



**UFG**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE LETRAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

BIANCA ALENCAR VELLASCO

**Pânico moral e higienismo verbal: a rede metadiscursiva  
sobre “linguagem neutra” no Brasil**

Goiânia

2024

Processo: 23070.002283/2024-81  
Documento: 4538773



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE LETRAS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

### 2. Nome completo do autor

Bianca Alencar Vellasco

### 3. Título do trabalho

Pânico moral e higienismo verbal: a rede metadiscursiva sobre 'linguagem neutra' no Brasil.

### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Bianca Alencar Vellasco, Discente**, em 30/04/2024, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joana Plaza Pinto, Professor do Magistério Superior**, em 02/05/2024, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4538773** e o código CRC **45FFC434**.

BIANCA ALENCAR VELLASCO

**Pânico moral e higienismo verbal: a rede metadiscursiva  
sobre “linguagem neutra” no Brasil**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Doutora em Letras e Linguística.

Área de concentração: Estudos Linguísticos

Orientadora: Joana Plaza Pinto

Goiânia

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Velasco, Bianca Alencar

Pânico moral e higienismo verbal [manuscrito] : a rede metadiscursiva sobre “linguagem neutra” no Brasil / Bianca Alencar Velasco. - 2024.

136 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Joana Plaza Pinto.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, 2024.

Bibliografia.

Inclui mapas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Pânico moral. 2. Higienismo verbal. 3. Linguagem neutra no Brasil. I. Pinto, Joana Plaza, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE LETRAS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 4 da sessão de Defesa de Tese de Bianca Alencar Vellasco que confere o título de Doutora em Letras e Linguística na área de concentração em Estudos Linguísticos.

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, a partir das 14h, na Sala 33, da Faculdade de Letras, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “Pânico moral e higienismo verbal: a rede metadiscursiva sobre 'linguagem neutra' no Brasil”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Joana Plaza Pinto (PPGLL/UFG) com a participação de demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Rodrigo Borba (PIPGLA/UFRJ), membro titular externo via Plataforma RNP; Professora Doutora Cristine Gorski Severo (PPGLIN/UFSC), membra titular externa via Plataforma RNP; Professor Doutor Hélivio Frank de Oliveira (PPGIELT/UEG), membro titular externo, via Plataforma RNP; Professora Doutora Kátia Menezes de Sousa (PPGLL-FL-UFG), membra titular interna. Durante a arguição, os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido a candidata aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Joana Plaza Pinto, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Joana Plaza Pinto, Professor do Magistério Superior**, em 27/03/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristine Gorski Severo, Usuário Externo**, em 27/03/2024, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Borba, Usuário Externo**, em 27/03/2024, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katia Menezes De Sousa, Usuário Externo**, em 28/03/2024, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hélivio Frank De Oliveira, Usuário Externo**, em 28/03/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4451030** e o código CRC **8FD49233**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.002283/2024-81

SEI nº 4451030

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, à minha irmã e ao meu sobrinho, por serem minha base, meu passado, meu presente e meu futuro.

À Universidade Federal de Goiás, por ter se tornado meu “segundo local” nessa cidade para a qual me mudei e que me trouxe a uma nova etapa da minha vida.

À minha orientadora, Joana Plaza Pinto, pois o meu trabalho não existiria sem sua orientação precisa e fundamental. Precisa em referências, rigor acadêmico, metodologias, cronogramas, (re)planejamentos, compromisso e interesse. Fundamental em dúvidas, perguntas, escutas, diálogos, descansos, detalhes, cafés, incentivos, flexibilidade, recálculos de rota, paciência e atenção.

Às professoras e professores que compõem minha banca de qualificação e defesa, por aceitarem participar e contribuir para a qualidade deste trabalho com seu tempo, conhecimento e ângulos de visão.

Às garotas do PPGLL, que me trouxeram reciprocidade e cumplicidade durante nossas orientações coletivas, grupos de estudos, almoços, conversas e happy hours.

Às amigas e aos amigos fora da Universidade, que sempre aparecem para trazer alívio, acolhimento, distrações necessárias e para perguntar “e aí, já entregou a tese?”

Ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por ter promovido o amparo financeiro e institucional que me possibilitou uma dedicação plena e integral – tão importante nestes (curtos e ao mesmo tempo longos) quatro anos de doutorado.

“Normativity is an inalienable part of using language (...) We are all of us closet prescriptivists — or, as I prefer to put it, verbal hygienists” *Deborah Cameron – Higiene Verbal (1995)*

“Moral panics rarely alleviate any real problem, because they are aimed at chimeras and signifiers. They draw on the pre-existing discursive structure which invents victims in order to justify treating ‘vices’ as crimes.” *Gayle Rubin – Thinking sex (1984)*

"não é mais necessário que o indivíduo seja moral, apenas que grite sobre isso." *Wendy Brown – Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente (2019)*



*Andréia Michels - Retratos, Detalhes e Entalhes do Brasil (2013)*

## RESUMO

O objetivo desta tese foi identificar o lugar do monolinguismo nos regimes metadiscursivos construídos em torno do debate público sobre a “linguagem neutra” no Brasil. Para identificar esse lugar, a investigação focou nas características metadiscursivas da redação de Projetos de Lei contrários ao uso desta linguagem no Brasil e também nos percursos e trajetórias relacionadas a estes textos, no status de suas tramitações e no debate público em curso gerado a partir deles. Ao longo de uma exploração digital prolongada, questões ligadas à ideologia da normatização e aos estudos feministas e de gênero passaram a integrar pontos nevrálgicos para uma apresentação construída dos dados mais adequada para o seguimento desta pesquisa. Tendo em vista esses desdobramentos, o desenho final da pesquisa assumiu o seguinte contorno: no primeiro capítulo, a base teórica foi construída a partir da confluência entre o campo das políticas linguísticas, da pragmática, das ideologias linguísticas e dos estudos culturais e de gênero. Algumas categorias que atravessam esse conjunto epistêmico são as noções de higienismo verbal, pânico social/moral, regimes metadiscursivos, ato performativo, e as ideologias da nacionalização, monolinguismo e normatização. Neste mesmo capítulo, também está a sustentação metodológica da pesquisa, que se respalda na etnografia digital e nos processos de entextualização, presentes nas etapas de registro do material empírico e de sistematização dos dados, esquemas visuais e determinante para as análises e conclusões. No segundo capítulo, trago uma contextualização sobre linguagem e gênero desde os anos 70 até os dias atuais e faço um gancho para apresentar a discussão pública em relação à linguagem neutra no Brasil, e também chego à noção de pânico social/moral, que atravessa todo este trabalho. No terceiro capítulo, apresento detalhadamente o material empírico registrado e como ele se desdobrou em uma face proibitiva e outra afirmativa, na forma de estabelecimento de dois regimes metadiscursivos. No quarto capítulo, desenho minha interpretação da discussão pública brasileira em torno da linguagem neutra a partir desta arquitetura composta de duas frentes discursivas e saliento três pontos de inflexão/reflexão que me levam a concluir que a linguagem neutra está sendo inventada no Brasil por um fio “monstruoso” de entextualizações, que carrega algumas contradições, articulações e divergências – em que ambos os regimes se mostram performativos e higienistas.

**Palavras-chave:** Pânico moral. Higienismo verbal. Linguagem neutra no Brasil.

## ABSTRACT

The main goal of this thesis was to identify the place of monolingualism in the metadiscursive regimes built around the public debate about “gender neutral language” in Brazil. To identify this place, this investigation focused on the metadiscursive characteristics of the drafting of Bills against the use of this language in Brazil and also on the paths and trajectories related to these texts, the status of their legal processing and the ongoing public debate starting from them. Throughout a prolonged digital exploration, issues linked to the ideology of standardization, feminist studies and gender studies became part of the critical points for a constructed presentation of the data more suitable for following up this research. Taking these developments into account, the final design of this research assumed the following contour: in the first chapter, the theoretical basis was built from the confluence between the field of language policies, pragmatics, linguistic ideologies and cultural and gender studies. Some categories that cross this epistemic set are the notions of verbal hygiene, social/moral panic, metadiscursive regimes, performative act, and the ideologies of nationalization, monolingualism and normalization. This same chapter also contains the methodological support of the research, which is supported by digital ethnography and entextualization processes, present in the stages of recording empirical material and systematizing data, visual schemes and determining factors for analyzes and conclusions. In the second chapter, I bring a contextualization about language and gender from the 70s to the present day and make a hook to present the public discussion in relation to neutral language in Brazil, and I also arrive at the notion of social/moral panic, which permeates the entire work. In the third chapter, I present in detail the registered empirical material and how it unfolded into a prohibitive and an affirmative facet, in the form of establishing two metadiscursive regimes. In the fourth chapter, I draw my interpretation of the Brazilian public discussion around neutral language based on this architecture composed of two discursive fronts and highlight three points of inflection/reflection that lead me to conclude that neutral language is being invented in Brazil by a thread “monstrous” of entextualizations, which carries some contradictions, articulations and divergences – in which both regimes appear to be performative and hygienist.

**Key words:** Moral panic. Verbal hygiene. Gender-neutral language in Brazil.

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 – “Há 20 anos... - Brasil 2021” .....   | 12 |
| Figura 2 – “Mandetta utiliza inglês e espanhol para defender uso da Língua Portuguesa por médicos” .....                   | 14 |
| Figura 3 – “Cíntia Chagas fala sobre o uso da linguagem neutra” .....  | 16 |
| Figura 4 – “Abominação linguística   Dep. Ana Campagnolo” .....  | 17 |
| Figura 5 – Início do encontro com os outros Projetos de Lei semelhantes.....   | 18 |
| Figura 6 - Trecho da planilha de entextualizações.....   | 37 |
| Figura 7 - Exemplos de Grafos simples.....   | 38 |
| Figura 8 – Exemplo de Grafo complexo.....  | 38 |
| Figura 9 - Manifestação contra a vinda de Judith Butler ao Brasil.....   | 41 |
| Figura 10 – Manifestação contra a vinda de Judith Butler ao Brasil.....  | 42 |
| Figura 11 - Manifestação contra a vinda de Judith Butler ao Brasil.....  | 42 |
| Figura 12 - Manual para o uso não sexista da linguagem.....  | 47 |
| Figura 13 – Manifestações contra a “ideologia de gênero” em Câmaras e Assembleias...56                                     |    |
| Figura 14 – Manifestações contra a linguagem neutra em Câmaras e Assembleias.....58  |    |
| Figura 15 – Mapa dos Projetos.....   | 62 |
| Figura 16 – Quantidade de proponentes e legendas partidárias.....  | 63 |
| Figura 17 - Árvore de Apensamentos.....  | 68 |
| Figura 18 – Justificativa do PL 5422/20.....   | 70 |
| Figura 19 – Justificativa do PL 12/21.....   | 70 |
| Figura 20 – Parte normativa do PL 1404/22.....   | 71 |
| Figura 21 – Parte normativa do PL 764/22.....  | 72 |
| Figura 22 – Justificativa do PL 0357/20.....   | 73 |
| Figura 23 – Justificativa do PL 2303/21.....   | 74 |
| Figura 24 – Justificativa do PL 2013/20.....   | 74 |
| Figura 25 – Entextualização entre o PL 117/21 e o PL 2303/21.....  | 76 |
| Figura 26 – Entextualização entre o PL 5198/20 e o PL 212/21.....  | 76 |
| Figura 27 – Entextualizações entre o PL 5248/20 e o PL 387/21.....   | 77 |
| Figura 28 – Entextualização 0357/20 e 5385/20 (Início do parecer técnico) .....  | 79 |
| Figura 29 – Entextualização 0357/20 e 120/21 (Miolo do parecer técnico) .....  | 80 |
| Figura 30 – Entextualização 0357/20 e notícia Gazeta do povo (Miolo do parecer técnico) .....                              | 80 |
| Figura 31 – Grafo 1: A rede textual articulada.....  | 82 |
| Figura 32 – Grafo 2: Identificação das entextualizações.....   | 83 |
| Figura 33 – Tweet de Cíntia Chagas.....  | 85 |
| Figura 34 – Mosaico de notícias.....   | 86 |
| Figura 35 – Pesquisa do termo “linguagem neutra”, período 2017-2023.....   | 87 |
| Figura 36 – Pesquisa do termo “linguagem neutra”, período 2019-2024.....   | 88 |
| Figura 37 – Comunicado do Colégio Franco-Brasileiro.....   | 89 |
| Figura 38 – “Discussão sobre gênero neutro em colégio tradicional do Rio vai parar na Alerj” .....                         | 90 |
| Figura 39 – Viagens textuais a partir do Comunicado.....   | 92 |
| Figura 40 – Postagens Carla de Toni.....   | 92 |
| Figura 41 - Publicação no Instagram de Nikolas Ferreira.....   | 93 |
| Figura 42 – Notícia sobre postagem de Nikolas Ferreira.....  | 93 |
| Figura 43 – Postagens instragram Carlos Bolsonaro e Alberto Barreto.....   | 94 |
| Figura 44 – “Outdoor em Rondônia comemora a aprovação da lei que proíbe o uso da linguagem neutra nas escolas de RO” ..... | 95 |

|  |     |
|--|-----|
| Figura 45 – Parecer do ministro Edson Fachin.....                                    | 95  |
| Figura 46 – continuação Parecer do ministro Edson Fachin.....                        | 96  |
| Figura 47 – Viagens textuais a partir do PL 948/21.....                              | 97  |
| Figura 48 - Convite para reinauguração do MLP.....                                   | 98  |
| Figura 49 – Portaria N° 604/2021 e tweets de justificativa.....                      | 99  |
| Figura 50 – Anúncio do PL de Rodrigo Valadares pela Alese.....                       | 100 |
| Figura 51 – Divulgação de um PL inexistente por Rodrigo Valadares.....               | 101 |
| Figura 52 – “Guia para a Linguagem Oral Não-binária ou Neutra (PT-BR)” .....         | 106 |
| Figura 53 – Aula de Introdução à Linguagem neutra, p. 34.....                        | 107 |
| Figura 54 – Publicação no Instagram Elumesme.....                                    | 107 |
| Figura 55 - Manual para o uso da linguagem neutra em língua portuguesa.....          | 108 |
| Figura 56 – Sistemas pronominais (Caê, 2020) .....                                   | 108 |
| Figura 57 – Aplicação dos sistemas não-binários em frases (Autoria anônima)<br>..... | 109 |

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1 - Ementas de alguns dos Projetos de Lei registrados.....                                       | 65  |
| Tabela 2 – Projetos de lei sem arquivo de texto.....  | 101 |
| Tabela 3 – Proponentes que repetem PL de mesmo teor.....  | 102 |
| Tabela 4 – Avanços afirmativos: legislação e gênero.....  | 104 |
| Tabela 5 – Metapragmáticas “INCLUSIVE - I Simpósio de Linguagem Inclusiva-Neutra-<br>Não-Binária” ..... | 111 |

## Sumário

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 13  |
| <b>CAPÍTULO 1: BASE TEÓRICA E CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA</b> .....   | 22  |
| 1.1 A invenção das línguas à luz das ideologias linguísticas e das políticas linguísticas .....                         | 22  |
| 1.2 O processo de entextualização e os procedimentos metodológicos.....   | 34  |
| <b>CAPÍTULO 2: ESTUDOS DE GÊNERO E A DISCUSSÃO PÚBLICA BRASILEIRA SOBRE “LINGUAGEM NEUTRA”</b> .....                    | 42  |
| 2.1 Pânico social e moral: deslizamentos e resíduos.....  | 53  |
| 2.2 Linguagem e gênero na discussão pública do Brasil: um breve panorama .....  | 56  |
| <b>CAPÍTULO 3: APRESENTAÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO: UMA EXPLORAÇÃO ETNOGRÁFICA PROLONGADA</b> .....                       | 62  |
| 3.1 Discussão proibitiva sobre “linguagem neutra” no Brasil .....   | 65  |
| 3.1.1 Os projetos de lei como uma rede textual articulada .....   | 82  |
| 3.1.2 A esfera digital como uma extensão discursiva da rede textual articulada.....                                     | 87  |
| 3.2 Discussão afirmativa sobre “linguagem neutra” no Brasil .....   | 105 |
| <b>CAPÍTULO 4: PÂNICO E HIGIENISMO NA INVENÇÃO DA “LINGUAGEM NEUTRA” NO BRASIL EM TRÊS PONTOS DE INFLEXÃO</b> .....     | 119 |
| <b>CONCLUSÃO: A HIDRA DE LERNA, O MONSTRO DA REGENERAÇÃO E A “LINGUAGEM NEUTRA”, O MONSTRO DA ENTEXTUALIZAÇÃO</b> ..... | 126 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 130 |

## INTRODUÇÃO

Comecei as minhas atividades de doutorado no início de 2020. Fui para o Campus pela primeira vez no dia 5 de março. Naquele mesmo mês e ano, a pandemia de COVID-19 começava a se alastrar pelo Brasil. De uma semana para outra, a Universidade estava fechada, e todas as minhas atividades passaram a ser remotas. Só pisei na Universidade novamente no dia 5 de maio de 2022. Um hiato de 791 dias. Um hiato presencial, mas não interacional. Em isolamento, iniciei e concluí todas as minhas disciplinas, realizei as duas etapas do meu estágio docente, assisti e apresentei trabalhos em eventos, frequentei um grupo de estudos, e estive em orientação com minhas colegas e minha orientadora. Assim transcorreu a metade do meu curso, em atividades “síncronas” e “assíncronas”, abrindo e fechando abas, sem me deslocar. Completei toda a minha carga horária de doutorado dentro de casa, enquanto uma crise sanitária global se agravava.

Figura 1 – “Há 20 anos... - Brasil 2021”



Fonte: Site oficial Angeli (11 set. 2021)  
Publicada originalmente na Folha de São Paulo em 13 set. 2001

Ainda é muito cedo para mensurar qual o verdadeiro impacto de se produzir uma pesquisa em estudos linguísticos, dentro de uma linha que se propõe estudar as relações entre linguagem, sociedade e cultura, estando em isolamento social. Mas já é possível

dizer com precisão qual foi o efeito deste isolamento em termos metodológicos: a pesquisa que trago é fruto de uma exploração etnográfica digital prolongada.

Quando eu ainda estava definindo meus objetivos e perguntas de pesquisa, eu sabia que queria falar sobre a língua como um projeto discursivo (WOOLARD, 1998) e produzir um trabalho que se afastasse “da ideia de que a língua é um fato (isto é, um sistema de regras sintáticas, semânticas e fonéticas), em direção à ideia de que a fala e a escrita são estratégias para orientar a manipular os domínios sociais de interação” (MIGNOLO, 2003, p. 309). O cerne do meu incômodo estava em como certas formas de se falar sobre a linguagem modelam também os sujeitos numa certa configuração de mundo (PINTO, 2018).

Foi assim que me vi dentro do campo das ideologias linguísticas. E, à medida que ia tendo contato com estudos que tratavam dessas ideologias como uma das dimensões da dominação, como um dispositivo de hierarquização, parte fundamental na formação de comunidades e de afirmação coletiva (ANZALDÚA, 2009; PINTO, 2011; PRATT, 2013; GONZALEZ, 2020), meu interesse ia se desenhando na tentativa de perceber as relações entre políticas, ideologias e cotidiano, no seguinte sentido: o que era estabelecido na forma de políticas linguísticas estava incrustado de ideologias presentes no debate público, bem como o debate público estava incrustado de ideologias presentes nas políticas linguísticas.

No projeto que entreguei em 2021 ao Programa de Pós-Graduação do qual faço parte, eu me propunha a “tratar o tema das ideologias monolíngues brasileiras”, “mapear políticas linguísticas brasileiras atuais” e buscar “a repercussão dessas políticas no debate público na Web 2.0”. Naquele momento, eu ainda não havia definido sobre qual debate público eu me debruçaria. Posteriormente, para tentar abarcar a esfera cotidiana, eu acrescentei àquele projeto a seguinte pergunta: “de que maneira a participação mediada pela Web 2.0 (comentários/posicionamentos em resposta à circulação do debate sobre políticas linguísticas oficiais e de planejamento linguístico) impacta o discurso hegemônico monolíngue que persiste no Brasil?”

De 2021 para cá, o meu objetivo de buscar os efeitos da persistência do monolingüismo no Brasil se manteve. Porém, o ângulo a partir do qual eu estava me posicionando para perceber o debate público estava me engolindo. Eu não estava conseguindo avançar entre os inúmeros assuntos com os quais me deparava. Foi durante esse período de incerteza que meu olhar para a minha exploração etnográfica foi amadurecendo, e o que parecia ser um procedimento caótico (BLOMMAERT; JIE 2010),

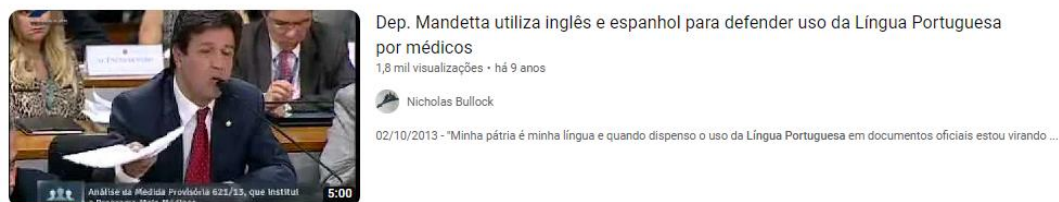
aos poucos foi transformando a minha perspectiva diante dos eventos linguísticos com os quais eu ia me encontrando em minha exploração etnográfica digital.

O aspecto mais determinante para o que considero um amadurecimento desta pesquisa está em não mais procurar por sentidos individualizados e escondidos “por trás” das palavras e dos discursos, e passar a olhar para as trajetórias e para os percursos dos fragmentos textuais (BAUMAN; BRIGGS, 1990; BLOMMAERT, 2008). Assim, questionamentos que antes orbitavam em torno de perguntas como “o que essa pessoa quis dizer quando proferiu isso?”, ou “o que esse comentário significa em termos ideológicos?” agora dão lugar a indagações como “o que aconteceu para esse texto estar aqui?”, “como ele circulou e como se deu essa circulação?”

Essa transformação de ótica, aliada a uma rotina de registro de um grande fluxo de informações, culminou numa sistematização voltada para o rastreo dos textos como fragmentos transmissíveis (SILVERSTEIN; URBAN, 1996) e de circulação performativa, que acrescentam à teia discursiva cada vez que se deslocam e se recontextualizam. Explico agora o caminho que percorri até encontrar o meu material empírico e o problema de pesquisa que ele me instigou, ocorrido nos termos de um debate público como eu tanto procurava, que apresento, descrevo e analiso ao longo deste trabalho.

O primeiro caso que considerei analisar chegou até mim em um grupo de mensagens instantâneas entre colegas de orientação e orientadora. Era um vídeo de 2013 em que o então deputado federal Luiz Henrique Mandetta (DEM-MS) se pronunciava “para chamar a atenção de deputados e senadores sobre a necessidade do uso da Língua Portuguesa por parte de médicos estrangeiros que atuarão no programa Mais Médicos”<sup>1</sup> (Figura 2).

Figura 2 – “Mandetta utiliza inglês e espanhol para defender uso da Língua Portuguesa por médicos”



Fonte: postado por Nicholas Bullock (Youtube, 2013)

<sup>1</sup> Disponível em:

<[https://www.youtube.com/watch?v=nf7mvBtrzkM&t=71s&ab\\_channel=NicholasBullock](https://www.youtube.com/watch?v=nf7mvBtrzkM&t=71s&ab_channel=NicholasBullock)>

Acesso em 02 jan. 2022

Considerarei esse caso analisável pois compunha o cenário que eu me interessava em investigar: uma tentativa deliberada de intervenção sobre o comportamento linguístico de um grupo de pessoas, orientada por uma ideologia de defesa da língua nacional, além de ser um vídeo postado numa plataforma com uma caixa de comentários ativa. Porém, não se tratava exatamente de uma situação inédita ou atual, e decidi seguir explorando.

Durante algumas semanas, procurei por mais situações compostas por algum agente público tentando intervir de algum modo na organização das interações linguísticas. No canal da TV Senado, com a chave “língua portuguesa”, o que encontrei foram discussões sobre o Acordo Ortográfico e reportagens sobre uma variedade de temas, como a história da literatura brasileira, sotaques do português brasileiro, comparações com a língua falada em Portugal, temas que já foram bastante estudados e indicam por onde circula o debate público. Mas, como eu ainda estava na fase exploratória da etnografia digital, continuei buscando entender por onde passam esses debates, e não me fixar em nenhum naquele momento.

Foi dentro de uma outra rede social (Instagram) que reparei em um recorte de um vídeo em que uma professora de língua portuguesa comentava sobre o uso da chamada “linguagem neutra” em um programa de TV.

Como eu não havia me deslogado das minhas redes sociais para fazer as pesquisas anteriores, acredito que a minha conta pessoal passou a se tornar um ambiente propício para o recebimento daquela economia de dados (CESARINO, 2022) que, no caso, indicava um interesse por temas concernentes à “língua portuguesa”. No recorte que chegou até mim (Figura 3), a professora em questão afirmava que a dita “linguagem neutra” deveria ser “evitada” e que era “desnecessária”.

Figura 3 – “Cíntia Chagas fala sobre o uso da linguagem neutra”



Fonte: *Reels* postado por Cíntia Chagas (Instagram, 2021)

Mesmo não se tratando de um agente exercendo uma função pública oficial, o tom proibitivo em torno de um comportamento linguístico me interessou, e resolvi procurar pelo vídeo na íntegra. Buscando com os descritores “cíntia chagas linguagem neutra” dentro do Youtube, encontrei dois debates completos com a convidada em questão, um de fevereiro de 2021 e outro de novembro do mesmo ano, ambos de aproximadamente uma hora de duração, postados pelo canal do programa “Opinião no Ar”, da emissora Rede TV. Assistindo ao programa de novembro, tomei conhecimento da Portaria nº 604 de 27 de outubro de 2021, da Secretaria Especial de Cultura<sup>2</sup>, a pauta motivadora da discussão. Em seu Art. 1º a portaria trazia: “Fica vedado, nos projetos financiados pela Lei nº 8.313/91, o uso e/ou utilização, direta ou indiretamente, além da apologia, do que se convencionou chamar de linguagem neutra.”

Aí estava o início do meu primeiro encontro com políticas linguísticas atuais e de cunho proibitivo em relação a uma forma específica de expressão linguística. Continuei a exploração por esse caminho.

Através do nome de Cíntia Chagas, muitos conteúdos que se relacionavam com políticas linguísticas explícitas começaram a aparecer na minha aba de vídeos. O algoritmo da minha timeline no Youtube já havia compreendido o meu interesse contínuo e eu havia começado a compreender que “quando ‘fazemos nossa própria pesquisa

<sup>2</sup> Durante o governo Bolsonaro (2018-2022), o Ministério de Cultura se transformou em um órgão dentro do Ministério do Turismo, e era referida como Secretaria Especial de Cultura (SECULT).

online’, encontramos a informação que buscamos porque essa informação também está, ativamente, nos procurando (Zuboff, 2021).” (CESARINO, 2022, p. 98)

A partir daí, minha conta passou a me entregar conteúdos como “os delírios da linguagem neutra”, “inquisição linguística”, “é errado usar pronome neutro?” etc. E foi nesse período que, entre as sugestões, reparei em um vídeo cujo título era “Abominação linguística – Ana Campagnolo”, pois o frame (Figura 4) indicava a situação que eu procurava desde o início:

Figura 4 – “Abominação linguística | Dep. Ana Campagnolo”

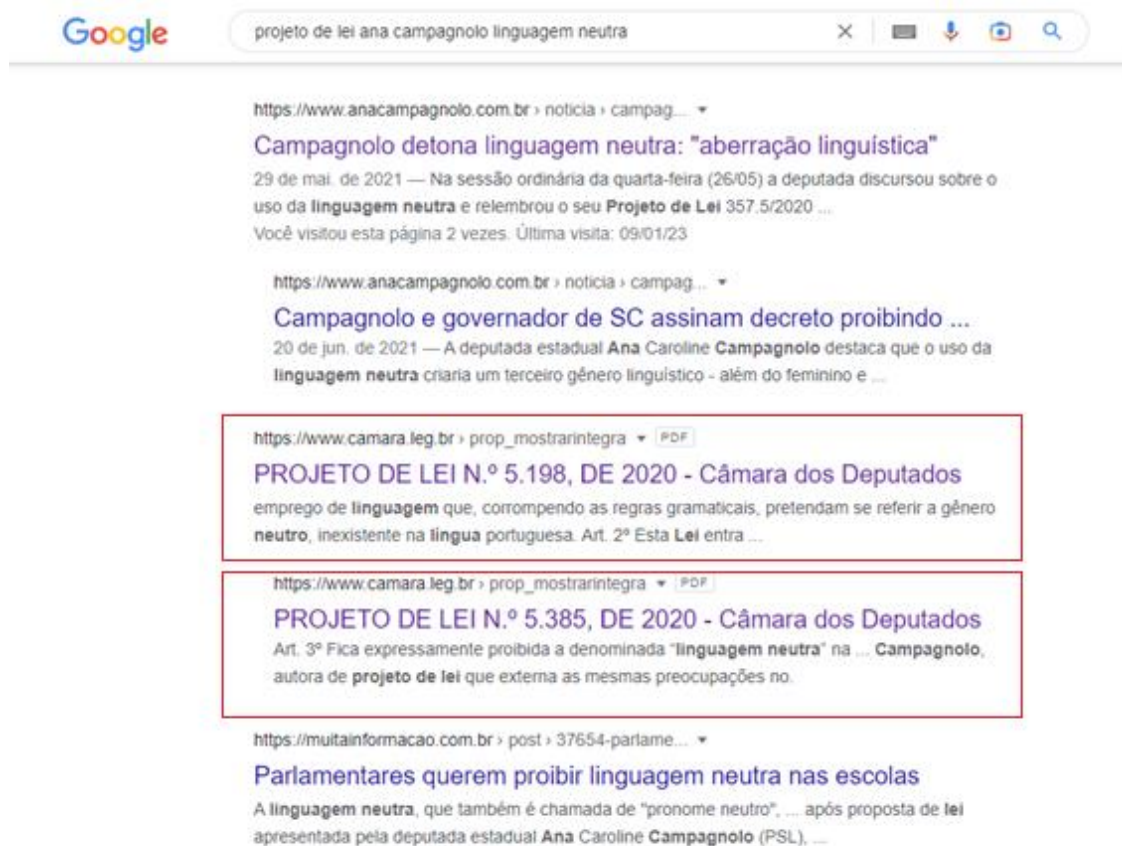


Fonte: postado por Ana Campagnolo (Youtube, 2021)

No vídeo em questão, Ana Campagnolo, deputada estadual de Santa Catarina, faz a arguição de um Projeto de Lei de sua autoria que “estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes de Santa Catarina”, e que em seu Art. 3º traz: “fica expressamente proibida a denominada ‘linguagem neutra’ na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos.” Novamente, eu havia encontrado uma situação exposta ao debate público e que se relacionava à implementação de uma política linguística. O caminho etnográfico parecia correto.

Em determinado momento do vídeo, quando a deputada menciona o número de identificação de sua proposta legislativa, decido procurar pelo texto através do buscador do Google. A pesquisa me entregou não apenas o Projeto 357.5/20 de Ana Campagnolo, mas outros dois Projetos, que haviam sido propostos em datas próximas ao da deputada (Figura 5).

Figura 5 – Início do encontro com os outros Projetos de Lei semelhantes



Fonte: Buscador do Google, pesquisa feita em 2022

Foi dessa forma que me deparei com o espraiamento de Projetos de Lei pelo Brasil interessados em restringir o uso da “linguagem neutra”<sup>3</sup>. Pesquisando de maneira específica por eles e me deparando com inúmeras ocorrências em diferentes estados e cidades, o volume parecia algo impossível de ser ignorado, muito pertinente de ser analisado dentro do que eu propunha, visto que eram dezenas, com propostas aparentemente muito similares, surgidos num curto espaço de tempo, e em sua maioria acompanhados de notícias e declarações/explicações de seus propositores. Foi dessa forma que se deu o meu encontro com o que se tornou o centro do meu material empírico.

<sup>3</sup> Ao longo deste trabalho, me refiro a “linguagem neutra” sempre entre aspas, na tentativa de sinalizar uma espécie de cooptação do termo pelo campo conservador e pelos grupos que agem para restringi-la/proibi-la. Ao mesmo tempo, outras formas para se referir a não marcação de pronomes na língua (linguagem não-binária, linguagem não sexista, linguagem inclusiva, neolingagem) também circulam, geralmente associados a uma discussão afirmativa.

Considero, a partir de tudo isso, que meu encontro com o que veio a ser o meu material empírico ocorreu através de uma lógica de radicalização do algoritmo<sup>4</sup>: me refiro aqui à ideia de que quando alimentamos a nossa “timeline” com as palavras-chave que escrevemos, com o tempo que passamos online, com os cliques que distribuimos, com os vídeos que entramos a partir de buscas relacionadas etc., a tendência é que os conteúdos se especifiquem cada vez mais, não de modo a diversificar as informações sobre um determinado tema, mas de forma a enviesar, particularizar e polarizar temáticas.

Já existem alguns trabalhos experimentais que tematizam uma provável “radicalização política em redes sociais digitais”, em que o objetivo é “testar a hipótese de que existe um processo de radicalização política encabeçado pelo algoritmo do YouTube” (KERCHE; MENDES, 2021). No meu caso, o que começou como uma gama de vídeos relacionados a conteúdos gerais sobre língua portuguesa caminhou para uma gama de recomendações sobre questões de gênero e linguagem majoritariamente composta por conteúdos anti-gênero (DIETZE E ROTH, 2020; CORRÊA, 2017, 2018; GRAFF; KOROLCZUK, 2022).

Em face desse encontro empírico durante a fase exploratória da etnografia digital empreendida, o objetivo desta tese é identificar o lugar do monolinguismo nos regimes metadiscursivos construídos em torno do debate público sobre a “linguagem neutra” (termo êmico utilizado nos Projetos de Lei). Para identificar esse lugar, a investigação foca nas características metadiscursivas da redação desses Projetos de Lei contrários ao uso desta linguagem no Brasil, nos percursos e trajetórias destes textos, no status de suas tramitações e no debate público em curso gerado a partir deles.

De maneira mais específica, este estudo objetiva descrever como as ideologias monolíngues se articulam em debates públicos contra o uso da “linguagem neutra” a partir de 2020; e analisar a relação textual entre os Projetos de Lei contrários ao uso da “linguagem neutra”, bem como seu contexto de circulação.

As três perguntas principais que a pesquisa busca responder são: Qual é o lugar do monolinguismo nos regimes metadiscursivos em torno de debates públicos sobre a “linguagem neutra”? De que forma as ideologias monolíngues atravessam os discursos que circulam em debates públicos contra o uso da “linguagem neutra”? Como a tentativa

---

<sup>4</sup> Aproveito a explicação de Kerche e Mendes (2021) para algoritmo: “Algoritmos podem ser definidos como ‘processos codificados etapa-por-etapa implementados pelo YouTube para aumentar ou restringir a visibilidade.’ (Bishop, 2019:2, tradução nossa). Em outras palavras, são um conjunto de códigos que criam critérios próprios para o bom funcionamento de uma plataforma.” (p. 129)

de implementação de políticas linguísticas contrárias ao uso da “linguagem neutra” e o debate público se articulam textualmente?

O compromisso com essas perguntas me levou a perceber<sup>5</sup> os seguintes desdobramentos: primeiro – eu estava apegada à temática monolíngue, e em determinado momento, o desenvolvimento das minhas análises começou a ser comprometido por esse apego; segundo – à medida em que eu ia me adaptando a um fazer etnográfico mais flexível, não limitado a um procedimento fixo (BLOMMAERT; JIE, 2010/2020; CIBORGA, 2022) e não determinado de forma apriorística, percebi que algumas temáticas evidentes poderiam estar sendo negligenciadas, como questões ligadas à ideologia da normatização e aos estudos feministas e de gênero, que passaram a integrar pontos nevrálgicos para uma apresentação construída dos dados (HYMES, 1996) mais adequada para o seguimento desta pesquisa.

Tendo em vista esses desdobramentos, a estrutura desta tese está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresento a base teórica, advinda sobretudo do campo das ideologias linguísticas e das políticas linguísticas, e em seguida explico meus procedimentos metodológicos e como o processo de entextualização esteve presente nas etapas de registro do material empírico e de sistematização dos dados e esquemas visuais. No segundo capítulo, trago uma contextualização sobre linguagem e gênero desde os anos 70 até os dias atuais e faço um gancho para apresentar a discussão pública em relação à “linguagem neutra” no Brasil, e também chego à noção de pânico social/moral, que atravessa todo este trabalho. No terceiro capítulo, apresento detalhadamente o material empírico registrado e como ele se desdobrou em uma face proibitiva e outra afirmativa. No quarto capítulo, desenho minha interpretação da discussão pública brasileira em torno da “linguagem neutra” a partir desta arquitetura composta de duas frentes discursivas (ou dois regimes metadiscursivos), e saliento três pontos de inflexão/reflexão que me levam a concluir que a “linguagem neutra” está sendo inventada no Brasil por um fio “monstruoso” de entextualizações, que carrega algumas contradições, articulações e divergências – em que ambos os regimes proibitivo e afirmativo se mostram performativos e higienistas.

---

<sup>5</sup> Essa percepção e os desdobramentos que menciono só vieram à tona e se tornaram sólidos após o processo de qualificação da primeira versão deste trabalho. A qualificação foi crucial para o desenvolvimento analítico e para o desenho final deste texto. Agradeço à banca presente, composta pela minha orientadora Joana Plaza Pinto e pelas professoras Cristine Severo e Kátia Menezes de Sousa.

## **CAPÍTULO 1: BASE TEÓRICA E CONSTRUÇÃO DA METODOLOGIA**

A base epistemológica para esta tese foi construída a partir da confluência entre o campo das políticas linguísticas, da pragmática, das ideologias linguísticas e dos estudos culturais e de gênero. Algumas categorias que atravessam esse conjunto epistêmico são as noções de higienismo verbal, pânico social/moral, regimes metadiscursivos, ato performativo, gramatização e discursivização, e as ideologias da nacionalização, monolinguismo e normatização. A sustentação metodológica se respalda na etnografia digital e nos processos de entextualização. Me proponho a apresentar de maneira geral agora essas categorias e noções, visto que elas perpassam toda a construção deste trabalho.

### **1.1 A invenção das línguas à luz das ideologias linguísticas e das políticas linguísticas**

A história da (des)invenção das línguas (MAKONI; PENNYCOOK, 2007, SEVERO, 2016; GRAMLING, 2016) é uma maneira crítica e provocativa de se abordar os estudos sobre linguagem. Essa perspectiva de tratar as línguas como uma invenção e não como um objeto autônomo é uma busca por desuniversalizar conhecimentos pretensamente tidos como garantidos de forma a reconhecer a importância do conhecimento localizado sobre linguagem, firmado dentro do campo dos estudos da linguagem pelo campo das ideologias linguísticas.

No início dos anos 2000, Kroskrity se referia ao estudo das ideologias linguísticas como um movimento teórico que apenas começava a emergir. Uma das definições clássicas do campo está no trabalho de Silverstein, quando ele apresenta “o conceito de ideologia linguística” como “conjuntos de crenças sobre a linguagem articulados pelos usuários como uma racionalização ou justificativa da estrutura e uso percebidos da linguagem” (Kroskrity, 2000, p. 4-5).

Outra definição clássica advém dos trabalhos de Irvine e de Woolard em que as ideologias linguísticas são apresentadas como “representações moral e politicamente carregadas da natureza, estrutura e uso das línguas em um mundo social”<sup>6</sup> (Irvine, 1989,

---

<sup>6</sup> No original: “morally and politically loaded representations of the nature, structure, and use of languages in a social world”

*apud* Woolard, 1998, p. 1) por representarem “implícita ou explicitamente não apenas como a linguagem é, mas como deveria ser”<sup>7</sup> (Woolard, 1998, p. 2).

A percepção e racionalização de como a linguagem “deveria” ser advém não somente de esquemas conceituais inundados de questões políticas e morais, como sistemas culturais localizados, mas também das ideias e das crenças dos falantes, que não só dizem respeito à linguagem, como também fazem parte dela (IRVINE; GAL, 2000).

Para Woolard, entre a língua e a estrutura social, estão as ideologias. Elas seriam como forças de mediação das práticas que ocorrem “não apenas como construções mentais e em verbalizações, mas também em práticas e disposições incorporadas e em fenômenos materiais, como representações visuais”<sup>8</sup> (p. 2). A partir delas distinções e diferenciações linguísticas são produzidas. Ela ainda explica que:

As ideologias linguísticas não dizem respeito apenas à linguagem. Elas estabelecem ligações entre a linguagem e outros fenômenos sociais, desde identidades (étnicas, de gênero, raciais, nacionais, locais, por faixa etária, subculturais), passando por concepções de personalidade, comportamento humano adequado, inteligência, estética e moralidade, até noções como verdade, universalidade, autenticidade (Woolard e Schieffelin 1994). Mesmo quando as representações expressam conteúdos estritamente linguísticos, por exemplo, em gramáticas formais ou classificações de famílias linguísticas, elas implicam relações sociais. Apenas o ato de categorizar variedades linguísticas como dialetos da mesma língua, ou de selecionar uma variedade como o padrão a ser codificado, isso legitima as fronteiras entre grupos étnicos ou nacionais e canaliza as relações de poder entre eles. (Woolard, 1998, p. 2)<sup>9</sup>

Em suma, as ideologias têm o poder de dar forma ao que representam e de representar o que dão forma, e essas representações operam a partir de uma situacionalidade social que é sempre parcial, conflituosa, algumas vezes dominante, outras vezes marginal etc., com consequências e efeitos reais e materiais tanto nas relações sociais quanto nas estruturas linguísticas. Na configuração atual, o que é chamado de português, de inglês, de espanhol etc. diz respeito aos efeitos de um regime

---

<sup>7</sup> No original: “implicitly or explicitly they represent not only how language is, but how it ought to be.”

<sup>8</sup> No original: “not only as mental constructs and in verbalizations but also in embodied practices and dispositions and in material phenomena such as visual representations”

<sup>9</sup> No original: “Language ideologies are not only about language. They forge links between language and other social phenomena, from identities (ethnic, gender, racial, national, local, age-graded, subcultural), through conceptions of personhood, proper human comportment, intelligence, aesthetics, and morality, to notions such as truth, universality, authenticity (Woolard and Schieffelin 1994). Even when representations are cast as strictly linguistic, for example, in formal grammars or classifications of language families, they implicate social relations. Just the act of categorizing linguistic varieties as dialects of the same language, or of selecting one variety as the standard to be codified, legitimizes boundaries between ethnic or national groups, and channels the power relations among them.”

discursivo dominante expresso em uma metalinguagem que dá suporte ideológico a ideais de coesão, oficialização, determinismo, sistematicidade e homogeneidade.

Moldada por ideologias racializadas, puristas e nacionalistas, a língua moderna está formatada numa configuração que se atualiza discursivamente de forma persistente e que reverbera um estilo utópico de se imaginar uma comunidade. Essa comunidade moderna imaginada é erigida para atender aos anseios de um protótipo de nação que opera sob um esforço de unificação e harmonização do mundo linguístico e social (PRATT, 2013), orientado para ver estabilidade onde tudo é movimento.

O romantismo alemão e o modelo das nações napoleônicas dos séculos XVIII e XIX foram os responsáveis pelo nascimento das consciências nacionais cuja máxima expressa que “a uma homogeneidade linguística corresponderia uma homogeneidade de território; assim uma nação deve corresponder a uma língua, uma região a um dialeto ou variedade (HUTTON, 2010; MIGNOLO, 2003)” (PINTO, 2012, p. 174).

A contraparte violenta da máxima “um estado, uma nação, uma língua” dos modelos alemão e napoleônico se manifestou na consequente necessidade de aniquilação da diversidade linguística para homogeneizar a nova nação do ponto de vista linguístico-cultural (MONTEAGUDO, 2012). A esse modelo de pavimentação cultural da diversidade linguística que relega a um território apenas uma única língua e que se vale dos braços do Estado para fazê-lo, já que uma língua oficial nada mais é do que “um dialeto com um exército a sua disposição”<sup>10</sup>, dá-se o nome de monolinguismo, uma das ideologias que mais persiste incrustada no imaginário social sobre as línguas erigido nos últimos dois séculos.

A invenção do monolinguismo é algo inseparável da invenção do Estado-nação (MONTEAGUDO, 2012; LAGARES, 2018). A língua única comum nacional faz parte da “etnicização do Estado” (GRILLO, 1989), e integra o nascimento de uma cultura política de formação das consciências nacionais (e consequentemente linguísticas). Fazia parte desse projeto da nacionalização aniquilar a diversidade linguística, encarada como um obstáculo à modernização desejada (lê-se homogeneização cultural, unificação de mercados, controle territorial e social).

O Brasil está entre os países que vive os efeitos de uma situação global de monolingualização paulatina (GOROVITZ, 2021). O estilo de imaginar as línguas foi capturado tão firme neste modelo utópico e monolíngue que, mesmo hoje, estudos dentro

---

<sup>10</sup> Gal & Irvine fazem referência a esse dito no seu texto *Language ideology and linguistic differentiation* (2000). A frase é atribuída ao sociólogo Max Weinreich, sem indicação de ano.

da área da linguagem que pretendem pensar a diversidade linguística (ALTENHOFEN, 2004; MAAS, FRTIZEN, 2017; CARBONI, BOENAVIDES, BARILI, MELEU, 2017) e movimentos de registro e cooficializações de outras línguas (IPOL, 2022; MORELLO, 2012; 2016), nem sempre rompem com a redoma do paradigma monolítico, realizando, muitas vezes, através da quantificação de várias realidades monolíngues, um “multilinguismo enumerável [que] não nos leva suficientemente longe” (MAKONI, 2019).

É como se essas estratégias estivessem reproduzindo novamente os tropos da invenção colonial, e a imaginação teórica não conseguisse se desenvolver para além desse modelo. Por isso, trabalhos como o de Makoni e Pennycook (2007) falam em “desinventar a língua”:

A desinvenção aqui está ligada a uma questão de repensar a compreensão da linguagem (como a linguagem como meio de comunicação, a linguagem como sistema, a linguagem como entidade descritível ou a linguagem como competência) que tendem a ser baseadas em noções de uniformidade e homogeneidade<sup>11</sup> (MAKONI; PENNYCOOK, 2007, p. 17)

O português é uma Língua de Estado (LAGARES, 2018). Como é de praxe dessa configuração, a sua chegada no território brasileiro foi fruto, em um primeiro momento, da colonização linguística (SEVERO, 2016; MARIANI, 2003), e em um segundo momento, de um projeto de nacionalização. Atualmente, ainda vivemos sob a manutenção desse monolinguismo, que foi produzido, descrito, e erigido através de práticas concretas e decisões deliberadas. Como parte desse projeto:

a própria língua nacional foi sujeita a uma série de profundas intervenções tendentes à estandardização, tanto mais intensas quanto menos tradição de elaboração e cultivo tivesse às suas costas (por caso, as línguas ágrafas tiveram de ser dotadas de um alfabeto e normas ortográficas etc.). Estes dois processos foram impulsionados por e acompanhados de grandes transformações na consciência linguística das respectivas comunidades idiomáticas, e em particular pela criação e difusão de ideologias e discursos legitimadores da uniformização linguística, da hegemonia da língua *nacional*, e da estandardização (com a correspondente preeminência da variedade padrão dessa língua).” (MONTEAGUDO, 2012, p. 51)

Pinto (2013), ao falar sobre as “prefigurações identitárias e hierarquias linguísticas na invenção do português” explica que:

---

<sup>11</sup> No original: “Disinvention here is tied to a question of rethinking understandings of language (such as language as a medium of communication, language as system, language as a describable entity, or language as competence) that tend to be predicated upon notions of uniformity and homogeneity”

Para descrever o português, [foi] preciso inventá-lo de antemão, deixar fluir um ‘regime de verdade’ (Foucault, 1979) [...] que, antes de tudo diz que ele existe. Para isso nomeamos o que lemos e ouvimos (...) de português, tratamos fenômenos os mais dispersos em território brasileiro como português.

A metapragmática da língua seria o que “organiza a pragmática” da língua, que “manipulamos continuamente” e [que] interferimos “[...] com propósitos sociais e culturais” (BLOMMAERT, 2005).

Ao “processo de regulação de discursos através de outros discursos” (POVINELLI, 2016), e ao “conjunto de recursos de ação reflexiva da língua que remete ao próprio uso” (SIGNORINI, 2008), associada às capacidades metalinguística e metacomunicativa dos falantes, se dá o nome de regime metadiscursivos. Para Makoni & Pennycook, eles são

representações da linguagem que, juntamente com instanciações materiais da linguagem real, constituem formas de “ação social, fatos sociais e podem funcionar como agentes no exercício do poder social e político” (Jaffe, 1999: 15). Ao lado, ou melhor, em relação direta com a invenção das línguas, criou-se, portanto, também uma ideologia das línguas como categorias separadas e enumeráveis.<sup>12</sup> (Makoni & Pennycook, 2007, p. 2)

Para existirem, os regimes de língua precisam ser descritos, e o processo de descrição necessita de metapragmáticas que dão contorno a arregimentações discursivas passíveis de serem reconhecidas a partir da configuração ideológica que estão enquadradas.

A reafirmação e a repetição são características relacionadas à discursividade e à performatividade da língua. Pensar no que essas características tem a capacidade de formar em termos simbólicos é pensar numa perspectiva de arregimentação dos discursos. Num nível mais complexo, o que ocorre é que os próprios discursos também regulamentam outros discursos, e assim sucessivamente. Um regime se “forma” a partir do que se diz/se faz para manter uma organização discursiva de determinado modo. Exemplo: o monolinguismo é um metadiscorso que mantém uma imaginação teórica específica sobre língua sempre em funcionamento. As diferenças aparecem de acordo com como o regime está enquadrado ideologicamente.

Alguns exemplos clássicos de regimes metadiscursivos com efeitos observáveis e repetido até a cristalização é a ideia de que as línguas são separáveis e enumeráveis; a

---

<sup>12</sup> No original: “representations of language which, together with material instantiations of actual occurring language, constitute forms of ‘social action, social facts and can function as agents in the exercise of social and political power’ (Jaffe, 1999: 15). Alongside or, rather, in direct relation with the invention of languages, therefore, an ideology of languages as separate and enumerable categories was also created.”

ideia de que as línguas são estruturas perfeitas e que os falantes que violam essa estrutura, a corrompendo e a usando de maneiras e formas erradas (MILROY, 1992); e também a ideia de norma culta, outro construto idealizado, materializado numa “codificação taxonômica das formas assumidas como um modelo linguístico ideal” (Faraco, 2016)

O processo de estabelecimentos dos regimes discursivos é performativo, no sentido não de configurar um “tipo especial de enunciado, mas uma visão da linguagem em relação com a construção social do mundo”. Essa construção se dá na medida em que “os performativos produzem efeitos que constroem o que alegam descrever em atos de fala ritualizados e iteráveis.” (PINTO, 2013, p. 124).

Além da ideologia monolíngue e nacional, outra ideologia que persiste no pensamento teórico sobre linguagem vem na forma de impulsos de standardização, padronização e normatização. A história contemporânea das línguas também pode ser contada através do fato de que “o que se acredita constituir uma linguagem dificilmente pode escapar da influência da ideologia da padronização”<sup>13</sup> (Milroy, 2001, p. 531).

Milroy (2001) chama de padronização a imposição de uniformidade a um objeto variável. Neste texto de 2001, ele está falando sobre como, do ponto de vista da ideologia da padronização, o que é considerado correto gramaticalmente ou indesejável “não tem nada a ver com 'intuição de falante nativo’.”<sup>14</sup>, e sobre como esse processo a língua se torna um objeto cultural “que se possui”, análogo “a religião e aos sistemas legais”. Nessa objetificação, dentro do enquadre da ideologia da padronização, frases regularmente usadas por falantes reais não são o critério principal para serem consideradas “gramaticais”, mesmo que estejam ocorrendo o tempo todo em contextos reais de fala. O que será considerado como legítimo tem a ver aqui com uma variante elegida como legítima.

Os processos de normatização demonstram como a ideia de que pessoas que “falam a mesma língua” pode funcionar como uma metáfora para pessoas que “compartilham entre si os mesmos valores e interesses”, de modo que controlar os usos linguísticos e classificá-los como bons ou ruins em certa medida também se torna uma classificação de comportamentos sociais (Cameron, 1995). Dessa forma, a gramática se torna uma figura de autoridade a qual se deve “respeito”, e o conhecimento gramatical vai se aproximando da moralidade: uma comunidade que consegue distinguir o certo do errado é a uma comunidade que segue regras da norma culta. Ideias de prestígio e

<sup>13</sup> “what is believed to constitute a language can hardly escape the influence of the standard ideology”

<sup>14</sup> No original: “has nothing to do with ‘native speaker intuition’.”

legitimidade vão sendo adicionadas nesse processo. As crenças sobre como a língua é ou deve ser tratada não se distinguem de manifestações de posições ideológicas enraizadas.

Deborah Cameron se debruçou criticamente sobre atitudes de regulação sobre o uso da linguagem e sobre a relação bidimensional entre normatização linguística e regulações morais e sociais ao perceber que “a ansiedade que se expressa em ‘se não obedecermos às regras não seremos capazes de comunicar’ pode igualmente ser definida como uma ansiedade sobre o relativismo moral ou a fragmentação social.”<sup>15</sup> (CAMERON, 1995, p. 25)

Ao lançar “higiene verbal” em 1995, ela captura uma nova perspectiva: todas as instâncias em que a língua é usada passam por julgamentos de valor, que não são neutros, mas ideologicamente orientados: na ciência, na política linguística, nos usos cotidianos etc. Cameron argumenta no sentido de borrar a linha entre “planejamento linguístico” e “prescritivismo”. As duas coisas são similares, pois “nem a visão leiga nem a visão dos especialistas são neutras em relação ao que é “bom” do ponto de vista linguístico”<sup>16</sup>, o que as diferencia é que são praticadas por agentes de poder diferentes.

Os processos que ocorrem na língua que se referem a “vontade/urgência de se intrometer em questões de linguagem” através de “julgamentos de valor sobre a linguagem”<sup>17</sup>, de “questões de certo e errado, bom e mau, e de “uso e abuso da linguagem”<sup>18</sup> são processos de higiene verbal. Cameron prossegue explicando como essas práticas englobam todas as maneiras de se produzir sentido sobre o fenômeno linguístico e uma tentativa de impor ordem ao mundo a nossa volta, e sobre como elas estão presentes tanto em discursos científicos e descritivos (acadêmicos) quanto em discursos leigos e nos usos cotidianos.

Todas as práticas linguísticas estão submetidas a características normativas: do que se pode ou não fazer, ou do que não se deveria ou não poderia fazer, e assim, higiene verbal se torna um impulso e assume variadas formas para além da prescrição (questões de estilo, gramática, politicamente correto, como falar etc. e preocupações com o que estaria “sob ameaça” na língua - e conseqüentemente nos comportamentos sociais) passam a integrar o rol dessa prática. Ela está chamando atenção para o que as avaliações

---

<sup>15</sup> No original: “anxiety that gets expressed as ‘if we don’t obey the rules we won’t be able to communicate’ might equally be defined as an anxiety about moral relativism or social fragmentation.”

<sup>16</sup> No original: “neither the folk nor the expert view is neutral with respect to what is ‘good’ linguistically speaking.”

<sup>17</sup> No original: “urge to meddle in matters of language” (...) “value judgements on language”

<sup>18</sup> No original: “questions of right and wrong, good and bad, ‘the use and abuse of language’.

e a habilidade metalinguística de avaliar usos de linguagem podem significar em termos sociais:

Na verdade, não seria exagero dizer que a maior parte do discurso cotidiano sobre a linguagem é acima de tudo um discurso avaliativo (mesmo o especialista em linguagem que simplesmente seleciona palavras incomuns concluiu que algumas palavras são mais interessantes do que outras).<sup>19</sup> (1995, p. ix)

(...)

“Bobos ou não, os julgamentos de valor sobre a língua fazem parte do repertório linguístico de todo falante competente. Uma das coisas que as pessoas sabem fazer com as palavras é avaliá-las, e não consigo ver nenhuma justificação de princípio para negligenciar ou ridicularizar esta capacidade metalinguística.”<sup>20</sup> (1995, p. x)

Cameron também argumenta no sentido de abalar o parâmetro básico do estudo da linguística moderna, que está fundamentado no binarismo prescritivismo/descritivismo, e na ideia de que a descrição é “boa” e o prescritivismo é “ruim”. “Planejamento linguístico” e “prescritivismo” passam a ser tomadas como duas coisas similares, e o que as diferencia é que são praticadas por agentes de poder diferentes. Todas as instâncias em que a língua é usada passam por julgamentos de valor, que não são neutros, mas ideologicamente orientados: na ciência, na política linguística, nos usos cotidianos etc.

Alguns dos exemplos que figuram a longa lista práticas de higiene verbal que lidamos cotidianamente são:

fazer campanha pelo uso de linguagem simples nos formulários oficiais; pertencer a uma sociedade de reforma ortográfica, a uma sociedade de preservação de dialetos ou a uma sociedade de linguagem artificial; fazer cursos de “artes da comunicação” ou “discussão em grupo”, frequentar aulas de elocução, enviar cursos por correspondência sobre “bom inglês” ou ler literatura de autoaperfeiçoamento sobre como ser um falante melhor; editar uma redação para se adequar a um estilo da requerido; produzir diretrizes sobre linguagem não sexista ou opor-se a tais diretrizes.<sup>21</sup> (p. 9)

<sup>19</sup> No original: “In fact, it would not be overstating the case to say that most everyday discourse on language is above all evaluative discourse (even the language maven who simply collects unusual words has made a judgement that some words are more interesting than others)”

<sup>20</sup> No original: “Silly or not, value judgements on language form part of every competent speaker’s linguistic repertoire. One of the things that people know how to do with words is to evaluate them, and I can see no principled justification for neglecting or deriding this metalinguistic ability”

<sup>21</sup> No original: “campaigning for the use of plain language on official forms; belonging to a spelling reform society, a dialect preservation society or an artificial language society; taking courses in ‘communication arts’ or ‘group discussion’, going for elocution lessons, sending for correspondence courses on ‘good English’ or reading self-improvement literature on how to be a better conversationalist; editing prose to conform to a house style; producing guidelines on non-sexist language, or opposing such guidelines”

Ela também menciona o papel dos “language mavens” (especialistas em linguagem), que são as pessoas compromissadas com a língua ao ponto de escreverem textos para o debate público avisando sobre supostos declínios dos usos da língua, e assim a cultura sobre a linguagem que se compartilha é formada por “consumers” (interessados) e “crusaders” (compromissados). O espaço que a mídia dedica para questões de higienismo<sup>22</sup> verbal também é determinante nesse processo, pois todos estamos prontos (e aptos) para opinar, palpitar, sentir etc. Isso porque:

A higiene verbal surge sempre que as pessoas refletem sobre a linguagem de uma forma crítica (no sentido de “avaliativa”). O potencial para isso está latente em cada ato comunicativo, e o impulso por trás dele permeia nossos hábitos de pensamento e comportamento. Nunca conheci ninguém que não subscrevesse, de uma forma ou de outra, a crença de que a linguagem pode ser “certa” ou “errada”, “boa” ou “má”, mais ou menos “elegante” ou “eficaz” ou “apropriada”.<sup>23</sup> (p. 9)

Um campo referente à língua que está totalmente baseado em atitudes de regulação sobre o uso da linguagem e em atividades de “descrição” e “prescrição” é o campo das Políticas Linguísticas.

O surgimento das políticas linguísticas está estritamente relacionado a atividades de manipulação das formas linguísticas (RICENTO & JOHNSON, 2013), a ações “planejadas entre uma situação inicial e uma condição que se deseja alcançar” (CALVET, 2007) e a esforços deliberados de intervenção em algum comportamento linguístico (na manutenção e na tentativa de alteração), não se restringindo a solução de problemas (COOPER, 1989).

A Política Linguística como disciplina é um campo multifacetado, complexo e polissêmico (SEVERO, 2013, CORREA, 2009). Trata-se de uma área que envolve: planejamento; planificação; proteção; manutenção; cultivo; ensino; patrimônio linguístico; tomada de decisões e implementação de ações concretas duradouras (anos, décadas, ou mais), e tudo isso sobre algo extremamente complexo, que nos atinge nos níveis cognitivo, identitário, subjetivo.

---

<sup>22</sup> Optei por traduzir em alguns momentos “verbal hygiene” como “higienismo verbal” na tentativa de me referir a um processo de higiene verbal estruturado.

<sup>23</sup> No original: “Verbal hygiene comes into being whenever people reflect on language in a critical (in the sense of ‘evaluative’) way. The potential for it is latent in every communicative act, and the impulse behind it pervades our habits of thought and behaviour. I have never met anyone who did not subscribe, in one way or another, to the belief that language can be ‘right’ or ‘wrong’, ‘good’ or ‘bad’, more or less ‘elegant’ or ‘effective’ or ‘appropriate’.”

Em uma abordagem tradicional, o grande desdobramento se dá pelos polos de Planejamento Linguístico e Políticas Linguísticas. Calvet (2007) diferencia esses dois polos dizendo que as decisões de poder se referem à Política, e à passagem à ação se refere ao Planejamento. A noção de planejamento muitas vezes é tomada como uma visão restrita por se tratar da execução de planos delimitados. Lagares (2018), por exemplo, se refere ao Planejamento como as disputas políticas em torno da oficialização das línguas que tomam forma por meio de uma agenda de atuação, através da criação de ações que atendam a uma agenda de governo específica.

A noção de “gestão” da língua aparece como um entendimento mais ampliado (Lagares, 2020), em relação à noção de planejamento, pois além de lidar com uma política explícita (SPOLSKY, 2004) e oficializada de uso das línguas também considera as crenças e ideologias linguísticas que afetam os usos linguísticos (SEVERO, 2013)

A noção tradicional, portanto, é a que se restringe ao âmbito tecnocrático, da legislação e da resolução de problemas. Já a noção expandida compreende este campo como multidimensional, englobando as práticas e os comportamentos linguísticos. (COOPER, 1989; SCHIFFMAN, 1996; SPOLSKY, 2009, 2012; JOHNSON, 2013).

Para Schiffman (1996), a política linguística está diretamente relacionada com o conjunto de comportamentos, preconceitos, crenças, sistemas, atitudes, estereótipos, maneiras de pensar a língua, circunstâncias religiosas e históricas, e a forma como tudo isso não apenas se reflete na linguagem, mas como se torna saberes compartilhados. A noção de Schiffman se assemelha, em alguns aspectos, com a noção de ideologias linguísticas, por considerar que as crenças sobre a linguagem fazem parte da linguagem. Ainda dentro dessa noção, as políticas linguísticas existiriam mesmo quando não estão em um texto, pois estão presentes na “bagagem” que os falantes trazem quando estão interagindo. A noção elaborada por Schiffman é considerada uma “noção cultural” (Sousa; Dionísio, 2019).

Em trabalho voltado para área educacional, Correa (2014) aborda o conceito de políticas linguísticas *in vivo* e *in vitro* (CALVET, 2007), que significam ações e intervenções implementadas “de baixo para cima” e “de cima para baixo”. Nesse sentido, assume-se que são os usuários que definem as práticas linguísticas a serem utilizadas, ao mesmo tempo em que existem agentes de controle que tentam agir e intervir, a nível institucional, nessas práticas.

Spolsky (2004) traz a ideia da multidimensionalidade para compreender política linguística. Nesse sentido, os componentes são as práticas, as crenças e o *management*.

As práticas se referem às escolhas linguísticas cotidianas, o que ele chama de “as reais políticas da língua” (SPOLSKY, 2004). Em sua definição, o elemento “crença” é sinônimo de ideologia. As crenças representam os valores atribuídos às formas e aos mitos. Já o que ele chama de *management*, outros autores poderiam chamar de planejamento, pois se trata do esforço consciente de um ator social para modificar alguma prática ou alguma crença em determinado domínio social.

Severo (2013) também argumenta no sentido de tornar mais tênues as fronteiras entre política em sentido estritamente legislativo e entre planejamento linguístico, propondo uma leitura de aproximação entre essas duas instâncias. Para ela, trata-se, portanto, de duas dimensões, sobretudo políticas, em jogo. Uma que “vincula a dimensão política mais fortemente às atuações institucionais, verticais, oficiais e jurídicas” (SEVERO, 2013, p. 454) e outra que “prioriza uma política vinculada às crenças e práticas locais, às ideologias e às motivações que levam os sujeitos a fazerem uma ou outra opção linguística.” (SEVERO, 2013, p. 454)

Uma abordagem mais crítica tem defendido a incorporação de crenças e ideologias como variáveis diretamente envolvidas na prática de política linguística; nesta perspectiva, “[...] política e planejamento linguísticos são processos ideológicos que contribuem para a manutenção de relações de poder desiguais entre grupos linguísticos majoritários e minoritários.” (BONACINA-PUGH, 2012, p. 216).

Autores como Rajagopalan e Cameron não separam os polos descritivos e prescritivos – políticos e ideológicos. Rajagopalan (2008), que se refere às políticas de linguagem como “atividades escancaradamente normativas, prescritivas”, explica que

política linguística e planejamento linguístico são, sem sombra de dúvida, questões que envolvem interferência proposital no destino de uma língua (ou de várias línguas). [...] Daí o motivo pelo qual os linguistas sempre encontraram certa dificuldade em abertamente assumir posturas políticas, posto que o seu grito de guerra – gesto que cabe dentro da política da linguística – sempre foi o de insistir em que suas investigações científicas eram rigorosamente descritivas, jamais prescritivas (Rajagopalan, 2008, p. 14)

Assim, é possível compreender a política linguística como um movimento. O sentido do movimento não é simplesmente de oficialização de algo que ocorre, mas de prescrição, de esforço de planejamento, numa ação de criação de condições para o que se quer oficializar, e isso não está aparatado do plano ideológico. Essas condições também envolvem o impedimento de certos arranjos linguísticos, e não somente a promoção de um.

Quando se inventa uma língua, também são inventados equipamentos linguísticos para ela (LAGARES, 2018). Alguns dos instrumentos próprios das línguas de colonização são a ortografia, a gramática e o dicionário, que se juntam para formar uma cartilha de conhecimentos técnicos e especializados a serviço de um projeto político articulado, em que se requer alguns equipamentos linguísticos (Lagares, 2018), a gramatização e a discursivização são exemplos desses equipamentos.

Sobre o processo discursivização das línguas coloniais, Severo (2016) explica que:

são tomados como exemplos dessa discursivização a produção de gramáticas, dicionários, listas de palavras, catecismos, além de uma profusão de traduções de gêneros europeus religiosos e administrativos para o contexto não-europeu. Defende-se que a discursivização colonial implicou o enquadramento dos povos e línguas em uma chave de interpretação eurocêntrica, gerando efeitos ainda vivos contemporaneamente. (p. 11)

O cenário de instalação das ideologias monolíticas, nacionais e da padronização portanto, está profundamente relacionado com uma lógica impositiva de controle das práticas comunicativas, em que o objetivo estruturador está em criar um ambiente de oficialização, e não oficializar práticas que já estão ocorrendo (LAGARES, 2018).

Nesse sentido, a gramática funciona como um instrumento de poder, que permite “controlar mais, classificar mais, excluir mais (...) [com] instrumentos para controlar a língua escrita e, através dela, indiretamente, a língua falada pela população” (OLIVEIRA, 2007, p. 88).

Para Severo (2013, p. 111), a “importância atribuída à gramática se vinculava ao papel desempenhado pelos saberes sobre as línguas no interior de um aparelho de governo, em que o que estava em questão era a gestão dos indivíduos, dos povos e das culturas.”. Em suma, “a língua portuguesa” como a conhecemos hoje é o resultado de um esforço de fabricação deliberado, acompanhado de alguns equipamentos linguísticos e ideologias formadoras. O campo das políticas linguísticas ilustra bem as formas de controle e os efeitos dessa fabricação. Durante a formação sociopolítica do português brasileiro, é notável uma sistematização de políticas monolíngues, assimilacionistas e proibitivas. Sob o período colonial, as políticas linguísticas assumiram formas violentas e repressivas. Sob o período republicano, as políticas linguísticas assumiram formas monolíngues e nacionalistas. Sob a contemporaneidade, as políticas linguísticas repetem e reforçam as mesmas ideologias linguísticas provenientes de uma parte bastante específica do globo. Os consensos operam o contexto prévio da ideologia nacionalista e

monolíngue, articulada tanto com aspectos plurais dos usos e políticas linguísticas durante a formação do Brasil quanto com aspectos comuns às experiências coloniais. (PINTO, 2012, p. 172). Os enunciados sobre língua no Brasil constroem performativamente consensos hegemônicos, ao mesmo tempo em que estão expostos a novos deslocamentos.

## **1.2 O processo de entextualização e os procedimentos metodológicos**

Como já comecei a explicar na Introdução deste texto, o meu encontro com o material empírico e a transformação do meu posicionamento diante da construção dos dados aconteceram por meio de uma exploração etnográfica digital prolongada, uma abordagem que “oferece uma pluralidade criticamente sustentada para lidar com o aparente caos da linguagem no ambiente digital” (CIBORGA, 2022, p. 27).

A sistematização do material empírico desta pesquisa ocorreu em duas fases/períodos: a primeira fase ocorreu no segundo semestre de 2022, e a segunda fase ocorreu durante todo o ano de 2023.

O que estou chamando de “primeira fase”, consiste no registro e mapeamento dos projetos de Lei (PL) contrários ao uso da “linguagem neutra” no Brasil, bem como seus efeitos e desdobramentos discursivos. A decisão de torná-los o centro do material empírico se deu devido ao grande volume textual produzido em suas órbitas, visto que é extensa a quantidade tanto de propostas legislativas quanto a produção de outros textos em outros domínios (notícias sobre a tramitação das propostas, debates sobre a pauta, postagens dos próprios parlamentares sobre suas iniciativas etc.) relacionadas a eles. E o que estou chamando de “segunda fase” corresponde à complementação deste material empírico, que até então estava composto apenas de textos de cunho “proibitivo” com um novo conjunto de textos, dessa vez “afirmativos” sobre a “linguagem neutra”: metapragmáticas coletadas em eventos acadêmicos online, vídeos e podcasts postados em plataformas, guias de introdução e de uso da linguagem não-binária etc. que se tornaram uma dimensão importante para o desenvolvimento da análise que trago a partir de um enquadre de disputa, conflito, contradições e também de aproximações inesperadas entre dois regimes metadiscursivos aparentemente distintos.

A descrição, historicização e a análise propostas a partir deste material empírico “bifásico” se relaciona com um desdobramento dos objetivos e perguntas que foi decisivo para o desenho atual e final desta pesquisa que, primeiro, havia sido desenhada para

compreender debates públicos que trouxessem à tona a persistência do regime monolíngue na sociedade brasileira e que, à medida que a exploração de campo avançava, se expandiu de forma a abarcar ideologias não somente monolíngues, mas também de normatização, higienização e concernentes a uma agenda anti-gênero (DIETZE E ROTH, 2020; CORRÊA, 2017, 2018; GRAFF; KOROLCZUK, 2022).

Antes de prosseguir, se faz necessário apresentar uma noção que foi essencial no processo de registro empírico desta pesquisa: o processo de entextualização.

É da natureza dos textos serem e “sucessiva ou simultaneamente descontextualizados e metadiscursivamente recontextualizados, de modo que se tornam um novo discurso, associado a um novo contexto e acompanhado por uma metadiscursividade particular.” (BLOMMAERT, 2005, p. 47). Compreendo as noções de descontextualização e recontextualização como dois aspectos de um mesmo processo: o processo de entextualização, que é “[...] o processo de tornar um discurso extraível, de fazer de um trecho de produção linguística uma unidade – um texto – que pode ser levada para fora de seu cenário interacional”<sup>24</sup> (BAUMAN; BRIGGS, 1990, p.73). A noção de entextualização, além de explicar a dimensão transformacional sob a qual os fragmentos discursivos estão sujeitos, também adiciona o elemento contextual ao processo: o fato de que eles podem ser retirados de um contexto e colocados em outro adiciona algo a eles e à teia discursiva cada vez que isso acontece. Por isso, esses fragmentos não são simplesmente deslocados, mas sim descontextualizados de um contexto e recontextualizados em outros contextos “que são projetivamente semelhantes aos contextos prévios” (VALLADA, 2021).

Ao se materializarem em textos, discursos experimentam sucessivos processos de entextualização. Conforme apontado por Blommaert (2005, p. 62), textos viajam, ou seja, seguem trajetórias por diferentes contextos. Essa compreensão envolve o fato de que um “pedaço de texto” ou “excerto”, entendido como objeto semiótico, pode ser extraído de seu contexto original de uso e materializado em um novo contexto (VARIS; BLOMMAERT, 2014). Também sublinha o fato de que um “mesmo” texto, quando transportado para além do seu contexto “original”, mobiliza processos amplos de mudança na construção de significados.

---

<sup>24</sup> No original: “it is the process of rendering discourse extractable, of making a stretch of linguistic production into a unit - a text- that can be lifted out of its interactional setting.”

Algumas vezes, o processo de deslocamento e recontextualização pode tornar um discurso emblemático. A ideia de emblemas culturais e discursos emblemáticos aparece em 1996 no texto de Silverstein & Urban quando eles se referem a como:

as pessoas sempre parecem tentar reperformar ou reanimar certos textos culturais fundamentais (...) o discurso entextualizado (...) só pode manter seu status de emblemático na cultura se houver repetições ou reintegrações periódicas em contextos de discurso reais que contam como projetivamente 'o mesmo'. (p. 12-13)<sup>25</sup>

Em Vallada (2021), a noção de emblema toma a forma de “um discurso amplamente entextualizado” que mantém “seu funcionamento dentro da cultura”. (p. 38)

O que prepondera na história natural dos discursos (SILVERSTEIN & URBAN, 1996), portanto, é a capacidade da linguagem de fazer coisas, e isso está ligado à capacidade cinética (de movimentação, de deslocamento, de retirada, de viagem) dos textos. O estudo do movimento texto-contexto-texto amparado a uma perspectiva cibernética e emblemática amplia o ângulo de visão, pois pressupõe que o sentido está na circulação, e se refere à interação de padrões complexos e heterogêneos na construção social da realidade em escalas globais.

Isso torna os limites entre texto e contexto e a distinção entre eles mais difícil de ser traçada, e é nesta percepção cinética que texto e contexto se transformam em entextualização, recontextualização e descontextualização. Bauman & Briggs (1990) entendem os constantes deslocamentos dos textos para novos contextos em termos de uma pragmática da textualidade, uma “estrutura conceitual, centrada na própria prática discursiva, que liga contextos situacionais separados” (BAUMAN & BRIGGS, 1990, p. 77, tradução livre).

Em termos metodológicos práticos, os procedimentos também ocorreram de forma “desdobrada”, pois também ocorreram duas fases de registro. Entre os vários procedimentos realizados, estão: o mapeamento dos PLs sobre “língua neutra” existentes no território brasileiro; o registro dos arquivos textuais desses PLs; a identificação da ordem cronológica das proposições; a leitura integral e análise das características discursivas dos textos, a identificação do volume de sequências repetidas; a classificação das proposições entre “textos fonte” (isto é, de onde partem as entextualizações), e “textos entextualizados” (que descontextualizam e recontextualizam

---

<sup>25</sup> No original: “peoples everywhere seem to attempt to reperform or reanimate certain key cultural texts (...) the entextualized discourse (...) can maintain its status as emblematic of the culture only if there are periodic reperformances or re-embeddings in actual discursive contexts that count as projectively 'the same'.”

sequências provenientes dos textos fonte); a organização de uma planilha<sup>26</sup> das entextualizações com os trechos mais recorrentes de forma cronológica; o desenvolvimento de esquemas visuais (grafos) com as conexões textuais a partir dessa planilha, no que culminou na visualização de uma “rede textual”; a seleção de alguns projetos para uma análise aprofundada do que esses textos acessam em termos de ideologias linguísticas; a esquematização de alguns episódios emblemáticos envolvendo os PLs e outros textos (notícias, postagens etc.). Tudo isso ocorreu durante o ano de 2022.

Em 2023, passei ao que considero ser o desdobramento da metodologia, visto que eu estava registrando mais material empírico, numa busca por conteúdos afirmativos em relação ao uso da “linguagem neutra”. Os procedimentos nessa fase envolveram: levantamento de conteúdos em plataformas digitais, participação como ouvinte em aulas e eventos voltados para a temática; leitura de guias e manifestos; transcrição de trechos de podcasts e vídeos; seleção de metapragmáticas e desenho final da análise como dois regimes metadiscursivos conflitantes e contraditórios.

Explico agora alguns detalhes sobre o desenvolvimento da planilha de entextualizações e dos esquemas visuais no formato de grafos. Observando as datas das proposições, percebi que, para me orientar, eu poderia interpretar esse conjunto de textos em dois grandes grupos: um de textos fonte e outro de textos formados a partir de cópias diretas ou transformadas. A relação entre esses dois grupos é o que posteriormente passei a chamar de uma “rede textual”.

As sequências textuais que se repetem aparecem ou totalmente idênticas (cópias diretas), ou quase totalmente (cópias transformadas), se diferenciando apenas por algumas escolhas lexicais distintas, e também em formato entrecortado (pedaços de sequências em posições diferentes do texto fonte). Como se tratava de muitas sequências retiradas de um local e colocadas em outro, a planilha de entextualizações surgiu como uma forma de me familiarizar com o conteúdo, como consulta e como o início da sistematização de uma visualização mais elaborada (que logo se tornou outra planilha).

Apresento um trecho da planilha para fins de acompanhamento. No campo “primeiro uso”, identifico os projetos classificados como textos fonte, e no campo “entextualizações”, identifico quais foram os projetos que recontextualizaram em seus textos as sequências destacadas.

---

<sup>26</sup> Foi utilizado o software Excel da Microsoft para construção das planilhas.

Figura 6 - Trecho da planilha de entextualizações

| PRIMEIRO USO       | SEQUÊNCIAS RECORRENTES  | ENTEXTUALIZAÇÕES  |
|--------------------|---|---|
| (PL 5248/20) 23/11 | Um dos mais polêmicos debates hodiernos sobre a Língua Portuguesa atine ao surgimento de uma neolinguagem que pretende modificar a utilização das vogais temáticas, ou, mais especificamente, implementar a chamada “linguagem neutra”.   | (PL 387/21) 18/08<br>(PL 3310/21) 24/09<br>“um dos mais polêmicos debates <u>contemporâneos</u> sobre a Língua...”<br>(PL 716/21) 10/10 |
| (PL 5248/20) 23/11 | A proposta primacial dos defensores dessa ideia baseia-se na premissa de que discursos direcionados a grupos de pessoas sejam alterados para que não se utilize mais o plural masculino. Nesse diapasão, estabelece-se uma identificação artificial de gênero neutro, substituindo-se o artigo “o” por “x”, “@” ou outro símbolo que supostamente afaste a marcação binária de sexo masculino ou feminino.  | (PL 205/21) “A proposta <u>principal</u> dos defensores...”<br>(09/04)<br>(PL 716/21) 10/10   |
| (PL 5248/20) 23/11 | Trata-se, em verdade, de uma <b>tentativa forçada de modificação da Língua Portuguesa, capitaneada por alguns movimentos sociais, com a falaciosa bandeira de democratização da linguagem.</b> (PL 387/21) Conforme salienta a presidente da Academia Argentina de Letras, Alicia Zorrilla, o modelo não possui qualquer apoio científico, carecendo de fundamento linguístico, o que o coloca fora do sistema gramatical. Diversos são os fatores que sustentam essa afirmação, os quais passaremos a destrinchar. | (PL 12/21) 11/01<br>(PL 205/21) 09/04<br>(PL 716/21) 10/10  |

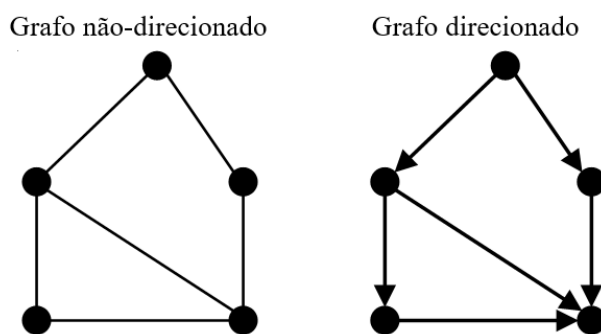
Fonte: Autora (2022)

A partir dessa planilha de entextualizações, passei a uma planilha de sistematização, em que eu identificava a recorrência de temas mais detalhadamente, de forma a identificar algumas sequências emblemáticas. Como se trata de uma planilha de Excel extensa, a visualização pode ser mais bem aproveitada em um link externo<sup>27</sup>.

Foi a partir desse trabalho de identificação das entextualizações dispostas de maneira cronológica e da verificação de semelhanças bastante recorrentes entre os Projetos por meio da planilha de sistematização que os esquemas de visualização evoluíram para “redes textuais”. Para representar essa ideia, a melhor forma que encontrei foi transformar essas planilhas em grafos. Um grafo é uma representação abstrata de um conjunto de objetos e das relações existentes entre eles. O aspecto de um grafo (Figuras 7 e 8) ajuda a demonstrar tanto relações simples quanto complexas, a depender da variedade de informações consideradas.

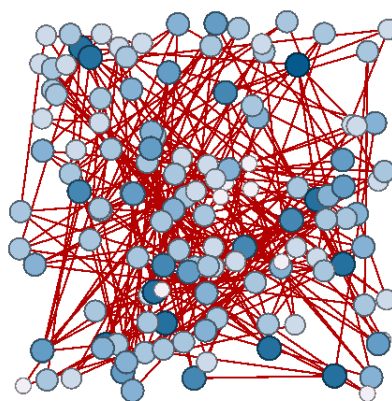
<sup>27</sup> Link para a planilha de sistematização: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1OT-dmGM0E00hovuDqFvIG2UM7H9okQ8KvDTK9EkHik4/edit?usp=sharing>

Figura 7 - Exemplos de Grafos simples



Fonte: <https://www.linkedin.com/pulse/causalidade-e-teoria-dos-grafos-uma-brev%C3%ADssima-ricardo-fischer/?originalSubdomain=pt>

Figura 8 – Exemplo de Grafo complexo



Fonte: <https://luzbitencourt.wordpress.com/2016/08/05/teoria-dos-grafos-uma-introducao/>

Para o desenvolvimento dos grafos, utilizei o software *Gephi* para redes visuais menores e um software de desenvolvimento de grafos em linguagem de programação *Python* para redes visuais maiores.

Para realizar a etapa de visualização cruzada das informações através da geração de grafos, contei com um auxílio técnico de uma programadora atuante na área de desenvolvimento de softwares. A partir da linguagem de programação *Python*, com a conversão da minha planilha de texto para arquivos de entrada em formato CSV (*comma separate values*), e com a manipulação dos dados através das bibliotecas *NetworkX* e *Matplotlib*, dois grafos foram gerados.

Em suma, a metodologia está composta de leitura, sistematização, produção de esquemas visuais simples e complexos, acompanhamento e registro de trajetórias textuais, conversão de dados e análise crítica. Entre os recursos utilizados estão a ferramenta de busca do Google, a ferramenta Google Trends, a ferramenta de busca dos

sites das Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais brasileiros, postagens em redes sociais dos proponentes das legislações, portais de notícias diversos, o software *Excel* e *Word* para a sistematização das planilhas, o aplicativo *Gephi*, e linguagem de programação *Phyton*.

A hipótese de que a redação semelhante que caracteriza os projetos, e que veicula informações repetidas numa mesma estrutura, seja uma rede de poder articulada através do volume textual, como a construção de uma continuidade discursiva com laços indexicais (BAUMAN; BRIGGS, 1990)<sup>28</sup>, é parte integrante de uma abordagem metodológica que considera que a conjuntura contextual é também uma conjuntura textual. Para me basear nisso, compreender o funcionamento dos textos num processo de entextualização foi fundamental.

Considerando o local onde o cerne empírico desta pesquisa ocorreu – a esfera digital – foi necessária uma perspectiva mais “desconfiada” e crítica para os modos de deslocamento textual que podem ocorrer. Para isso, o que Letícia Cesarino (2020, 2021, 2022) vem produzindo em termos de análise da esfera digital foi determinante.

Uma amplificação da noção de entextualização para o ambiente digital, onde “diferentes realidades parecem se proliferar em um contexto de desorganização epistêmica profunda” (CESARINO, 2020, p. 77), passa por compreender como os novos modelos de plataformização podem ser entendidos como uma tecnopolítica que vem transformando estruturalmente a esfera pública (CESARINO, 2022). Na esfera digital, as interfaces desempenham um papel nas disseminações de informações enviesadas, e alguns dos papéis até então tido como certos se desestabilizam, deixamos de ser agentes e nos tornamos ambientes.

Blommaert também chama a atenção para o fato de a infraestrutura digital já poder ser considerada como uma estrutura social *per se*. Ele enfatiza que a maneira como as novas práticas digitais de comunicação “moldam novas condições sociolinguísticas para produção, circulação e uptake de discursos, novos recursos, novos atores e novas relações entre os atores” (*apud* Vallada, 2021, p. 41) passam a ser estabelecidas.

A compreensão de que os textos ocorrem através de práticas concretas e determinadas e que não simplesmente “flutuam” (BRIGGS, 2005) é uma parte importante na tentativa de realizar uma etnografia digital menos ingênua em um momento dominado

---

<sup>28</sup> “on the indexical ties of the performed discourse to its situational surround” (BAUMAN; BRIGGS, 1990, p. 73)

por corporações de inclinações neoliberais como são as *Big Data*<sup>29</sup>. Maly (2021) chama a atenção para isso quando pede para que olhemos os “significados ideológicos dos algoritmos”.

\*\*\*

Para lidar com esses desdobramentos, realizei um levantamento panorâmico sobre estudos de gênero até chegar à discussão pública brasileira atual sobre linguagem, gênero e formas não-binárias de expressão, de forma a compreender o contexto histórico do que registrei empiricamente. É o que apresento no próximo capítulo.

---

<sup>29</sup> “Termo usado para fazer referência a um conjunto tão elevado de dados que se torna necessário o uso de outras tecnologias para o seu armazenamento, interpretação e uso. (...) Big Data também é uma forma de fazer menção às empresas que manipulam esses megadados, como a Amazon, a Microsoft, o Google, o Facebook, o Instagram e o WhatsApp.” (CIBORGA, 2022, p. 42)

## CAPÍTULO 2: ESTUDOS DE GÊNERO E A DISCUSSÃO PÚBLICA BRASILEIRA SOBRE “LINGUAGEM NEUTRA”

A primeira coisa que me vem à mente quando penso em uma contextualização envolvendo estudos de gênero e o cenário brasileiro é o que ocorreu quando Judith Butler veio ao Brasil em 2017. “Grupos protestam na Zona Oeste de SP a favor e contra filósofa Judith Butler” (Portal G1), “Filósofa Judith Butler é agredida no Aeroporto de Congonhas” (Revista Veja), e “Pensadora da teoria queer sofreu ataque antes de embarcar para o Rio de Janeiro” (Revista Época) foram algumas das manchetes que retrataram sua passagem pelo sudeste brasileiro.

Figura 9 - Manifestação contra a vinda de Judith Butler ao Brasil



Foto: Fábio Vieira/Foto rua/Estadão Conteúdo (2017)

Nas aglomerações que se concentravam em frente ao local onde Butler havia sido convidada a falar, pessoas empunhavam cartazes com os dizeres “#ForaButler” e “- Butler + Família” (Figura 9), bradavam contra a “ideologia homossexual nas escolas” (Figura 10) e gritavam “queimem a bruxa”<sup>30</sup> enquanto colocavam fogo no corpo de uma boneca de pano, tudo rodeado por muitas cruces e terços (Figura 11).

<sup>30</sup> <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/573413-queimem-a-bruxa-visita-de-judith-butler-provoca-manifestacoes-nas-ruas-de-sao-paulo>

Figura 10 – Manifestação contra a vinda de Judith Butler ao Brasil



Fonte: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/grupos-protestam-na-zona-oeste-de-sp-a-favor-e-contra-filosofa-judith-butler.ghtml>

Figura 11 - Manifestação contra a vinda de Judith Butler ao Brasil



Fonte: <https://www.metropoles.com/brasil/manifestantes-protestam-contra-e-a-favor-de-judith-butler-em-sao-paulo>

Uma das coisas que mais chamam a atenção nesse episódio, inclusive da própria Butler (como ela mesma escreveu, em texto<sup>31</sup> publicado sobre os ataques sofridos em solo brasileiro) não é tanto o teor dramático e violento, mas o fato de que essas manifestações aconteceram para protestar contra uma palestra que nunca existiu.

<sup>31</sup><https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/573806-judith-butler-escreve-sobre-sua-teoria-de-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil>

Ela veio ao Brasil em 2017 para participar de um evento intitulado “Os fins da democracia” e para falar sobre populismo e autoritarismo, enquanto um grupo de pessoas tentava impedir que “uma palestra sobre gênero” acontecesse. Esse é o aspecto mais agudo do sequestro da pauta sobre gênero no Brasil nos últimos anos: criação de levantes contra situações que nunca existiram.

Cinco anos após esse episódio em São Paulo, em 2022, numa mesa redonda sobre questões anti-gênero, política e resistência<sup>32</sup>, a mesma Butler, acompanhada de Sônia Correa – outra famosa estudiosa das questões de gênero atuais – se pergunta: mas como é que “gênero” veio a se tornar essa “figura fantasmagórica”, capaz de “contaminar” instantaneamente quem estiver exposto à discussão, e de suscitar levantes tão inflamados e articulados tão rapidamente?

Essa memória do que aconteceu em São Paulo em 2017 e esse questionamento lançado por Butler em 2022 funcionam como um ponto de partida para este capítulo de contextualização, no sentido de pensar em como episódios localizados reverberam discursivamente no imaginário social, ao ponto de causar efeitos concretos mesmo quando o fato motivador não encontra lastro na realidade; em como a discussão sobre linguagem neutra/não-binária é em alguma medida tributária dos estudos feministas; e quais são os caminhos por onde gênero e linguagem se interseccionam.

\*\*\*

A discussão sobre gênero e linguagem não é nova (BODINE, 1975; BUTLER, 1993, 1999; 2003; 2013; CAMERON; 1998, 2007; FONTANA, 2010; GAL, 1991, 1995; LAKOFF, 1975; MCELHINNY, 2003; MILLS, 2008; ANDRADE, OSTERMANN & FONTANA, 2011; PAUWELS, 1998; PENELOPE, 1988; PINTO, 2002, 2011; POVINELLI, 2016; PRESILER, 1986; RICH, 1980; SPENDER, 1980; TALBOT, 1998; TANNEN, 1999; VALLADA, 2020; WEATHERALL, 2022, 2015; WODAK, 1998) e a discussão em torno da neutralização das marcações de gênero está longe de ser exclusiva do Brasil e já avança (e também encontra resistência) há alguns anos em países como Estados Unidos, França, Argentina, Uruguai e Chile.

Há muito que o sistema gramatical de uma língua suscita questões sociopolíticas: essa relação começou a aparecer por volta dos anos 1970. Na teoria social feminista, o

---

<sup>32</sup> Promovida em 2022 pelo Department of Gender Studies (LSE – London School of Economics). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=p3aDDQZ4T\\_Q&ab\\_channel=LSEDepartmentofGenderStudies](https://www.youtube.com/watch?v=p3aDDQZ4T_Q&ab_channel=LSEDepartmentofGenderStudies) Acesso em 18 dez. 2023

gênero, tratado como um conjunto de atos, uma “estilização repetida do corpo” (BUTLER, 2003) que ocorre “no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.” (BUTLER, 2003, p. 59), é colocado em perspectiva, e passa a ser visto como “uma ‘cena’ cujos personagens permitem entender e formular os processos inerentes à subordinação, à subalternidade.” (SEGATO, 1998).

A reflexão sobre o papel do gênero na estruturação da sociedade é um dos fundamentos da ação política feminista e a reflexividade analítica e crítica uma característica marcante da epistemologia feminista (HARDING, 1987; PINTO, 2011).

Rita Segato (1998, p. 2), em trabalho sobre os “percursos do gênero” observa que:

Apesar de ter sido deixada tradicionalmente nas mãos das mulheres, a reflexão sobre gênero, na verdade, trata de uma estrutura de relações e, portanto, diz respeito a todos, esclarecendo-nos sobre os meandros das estruturas de poder e os enigmas da subordinação voluntária em geral, além de originar um discurso elucidador sobre a implantação de outros arranjos hierárquicos na sociedade, ao nos permitir falar sobre outras formas de sujeição, sejam elas étnicas, raciais, regionais ou as que se instalam entre os impérios e as nações periféricas.

Em se falando de outras formas de “implantação” dessa “estrutura de relações” determinadas pelo gênero e que reforça papéis de subordinação para mulheres, a configuração moderna e concepção estruturalista de língua/linguagem coroada pela Linguística tradicional pode ser incluída nesses “arranjos hierárquicos” do qual Segato fala. As premissas básicas de que a linguagem nas sociedades ocidentais enfatiza a dominação masculina e de que a ideia do homem como metonímia da humanidade (BODINE, 1975; BORBA, 2018) está refletida no masculino genérico como norma (SPENDER, 1980) demonstram como o espaço semântico reservado ao gênero, que cria e reflete espaços determinados para os papéis sociais, empurram as mulheres para papéis de inferência, derivação e invisibilidade.

Para o desenvolvimento dessa contextualização, me debruço sobre trabalhos que “entendem questões de gênero como centrais para lidar com questões de linguagem, e vice-versa” (VALLADA; PINTO, 2020) e que podem ser chamados de linguística feminista. A linguística feminista, em suas cinco décadas de existência (VALLADA; PINTO, 2020) tem sido explícita em demonstrar a relação entre papéis de gênero e espaço semântico.

Na década de 1970, Robin Lakoff (1975) apresentou um dos livros que inauguram a pesquisa feminista sobre as relações entre gênero e linguagem. Ela falava sobre como as implicações do sistema pronominal da linguagem foram erigidas para projetar uma dominação masculina sobre o feminino, e sobre como os registros linguísticos das mulheres poderiam contribuir para a “estilização de seu desempoderamento” (PINTO, 2011). A autora se pergunta então como lidar com uma “linguagem em que o espaço semântico é dominado pelos homens”, de modo a colocar em questionamento o paroxismo resultado da decisão de que, para se referir a um conjunto heterogêneo de pessoas, o melhor mesmo seria escolher em favor do masculino e ao mesmo tempo afirmar que isso seja alguma espécie de “neutralidade” ou de “não marcação” ou universalização, quando na verdade é apenas a marca explícita do sexismo e de para qual lado ele tende.

Outro estudo desse mesmo ano é o de Ann Bodine (1975), intitulado “Androcentrismo na gramática prescritiva” (*Androcentrism in Prescriptive Grammar*), em que ela demonstra como o masculino genérico se relaciona desde a sua implementação a retóricas sexistas, fabricadas para parecerem “tradicionais”. Um exemplo de como funcionavam certas “tradições gramaticais” advém do contexto da língua francesa. Em 1647, Claude Favre de Vaugelas, gramático francês, escrevia a seguinte justificativa “lexical/ortográfica”: a “concordância do predicado no gênero masculino com sintagmas nominais compostos por nomes de dois gêneros diferentes”, deve ocorrer porque “o gênero masculino, **sendo o mais nobre**, deve predominar todas as vezes que o masculino e o feminino se encontrarem juntos [...]” (Claude Favre de Vaugelas, 1647, p. 83 *apud* MADER, 2015, p. 143 grifo acrescentado).

Estudos da década de 1980 que tratam do surgimento e legitimação do “masculino genérico” como uma regra semântica que afeta diretamente o modo como as mulheres se excluem ou se incluem na língua foram assinados por Adriene Rich, Dale Spender, Julie Penelope e Janice Mouton, que também tomam como central a categoria da “invisibilidade” das mulheres nesse processo.

Dale Spender fala sobre como a ideia de “derivação” aparece na língua relacionada ao feminino: “o status da mulher é derivado do status do homem e sobre isso foram erguidos muitos estratos de classificações positivas e negativas.”<sup>33</sup> (1980, s/p).

---

<sup>33</sup> No original: “the status of the female is derived from the status of the male and on this has been erected many strata of positive and negative classifications”

Entre essas classificações, está o uso do pronome masculino como o novo “representante universal”, fruto de uma fabricação deliberada. Algumas autoras, como Janice Mouton, começam a se referir ao “mito” do masculino como universal no início da década de 80. Em *The Myth of the Neutral 'Man'*, de 1981, Mouton entende essa prática como “um lembrete desagradável do status inferior das mulheres”, contextualiza a discussão na época e parte de alegações que afirmam que

Recentemente, argumentou-se que as palavras “ele”, “homem”, etc. não deveriam ser usadas como termos neutros em termos de gênero porque são injustos para as mulheres; qualquer pessoa que procure o melhor homem para o cargo ou peça a um candidato para enviar suas credenciais terá menos probabilidade ou será menos capaz de considerar uma candidata do sexo feminino de forma justa.

[...]

usar esses termos como se fossem termos neutros causa injustiça. Isto porque, não sendo realmente neutro em termos de gênero, o uso de tais termos leva a aplicar o contexto aos homens e torna difícil aplicá-lo às mulheres.<sup>34</sup> (p. 125)

Julie Penelope, também na década de 80, se referia ao “mito da referência genérica”, e desconfiava dessa pretensa neutralidade de representação, chamando a atenção criticamente para a relação entre espaço social e espaço lexical explicando que “o lugar da mulher em nossa sociedade se reflete no espaço semântico que ocupamos. Um pequeno espaço que contém rótulos como prostituta, dona de casa, mãe, enfermeira e secretária”<sup>35</sup> (PENELOPE, 1988, p. 121)

Penelope então passa a chamar de “passividade prescrita” o efeito das escolhas lexicais de uma ‘linguagem [que] ajuda a definir, depreciar e excluir as mulheres linguisticamente” pelo uso do genérico masculino. Para que isso possa ser revertido de alguma forma, ela sugere que

marquemos o gênero explicitamente, criando pares de termos, por exemplo, presidente/presidenta, apresentador/apresentadora, vendedora/vendedora. O uso de termos neutralizados perpetua a invisibilidade das mulheres em

---

<sup>34</sup> No original: Recently it has been argued that the words "he," "man," etc. should not be used as gender-neutral terms because it is unfair to women; anyone who looks for the best man for the job or tells an applicant to send his credentials is less likely or less able to consider a female candidate fairly [...] using these terms as if they were neutral terms causes unfairness. This is because not really being gender-neutral, the use of such terms leads one to apply the context to males, and makes it difficult to apply it to females

<sup>35</sup> No original: “the place of women in our society is reflected in the semantic space that we occupy. A small space that contains such labels as prostitute, housewife, mother, nurse and secretary;”)

posições fora de seus papéis tradicionalmente definidos (...) Nossa linguagem é machista porque nossa sociedade é machista (PENELOPE, 1988, p. 137)<sup>36</sup>

A sugestão de usar outras estratégias semânticas está presente hoje em diversos manuais de linguagem não sexista, que falam do papel da linguagem na construção de uma “sociedade mais inclusiva” e como “agente socializante de gênero”. No lugar do masculino genérico, por exemplo, alguns guias falam em “genéricos reais” (Figura 12):

Figura 12 - Manual para o uso não sexista da linguagem

**Atenção! Genérico não é: “os homens”. Isso é masculino plural e representa apenas um coletivo: o de homens.**

### Genéricos reais são:

| Em lugar de:     | Utilizar:                        |
|------------------|----------------------------------|
| Os meninos       | As crianças / A infância         |
| Os homens        | A população / O povo             |
| Os cidadãos      | A cidadania                      |
| Os filhos        | A descendência / A prole         |
| Os trabalhadores | O pessoal                        |
| Os professores   | O professorado / O corpo docente |
| Os eleitores     | O eleitorado                     |
| Os jovens        | A juventude                      |
| Os homens        | A humanidade                     |

Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2014)

Atualmente, uma das primeiras sugestões em textos que focam nesse tipo de “etiqueta linguística” ou num modo mais “politicamente correto” passa por excluir o masculino genérico das formas de representação do coletivo. O enquadramento do masculino genérico como um “mito”, que hoje parece ocupar uma parte do senso comum, é tributário do esforço da epistemologia feminista, que há mais 50 anos vem focando uma parte de sua produção à desnaturalização do masculino como metonímia da humanidade.

Um outro exemplo de material (não tão) contemporâneo mas já comprometido em demonstrar que “o genérico 'homem' não é interpretado de forma neutra em termos de

<sup>36</sup> No original: "I suggest that we mark gender explicitly, creating pairs of terms, e.g., chairwoman/chariman, spokeswoman/spokesman, salesowman/salesman. The use of neutralized terms perpetuates the invisibility of women in positions outside their traditionally defined roles (...) Our language is sexist because our society is sexist."

gênero” é o manual *Guidelines for non-sexist language*, de 1994, que cita um estudo experimental de 1976:

Casey Miller e Kate Swift (1976) citam um estudo em que estudantes universitários escolheram imagens para ilustrar capítulos de um livro de sociologia. Aqueles com capítulos intitulados “Sociedade”, “Vida Industrial” e “Comportamento Político” tendiam a selecionar imagens tanto de mulheres quanto de homens. Contudo, quando os mesmos capítulos foram denominados “Homem Social”, “Homem Industrial” e “Homem Político”, os estudantes de ambos os sexos tenderam a selecionar apenas imagens de homens. Em alguns capítulos, as diferenças [entre os dois grupos] atingiram magnitudes de 30 a 40 por cento. Os autores concluíram: “Esta é uma evidência bastante convincente de que quando você usa a palavra homem genericamente, as pessoas tendem a pensar como homens e não tendem a pensar como mulheres” (Miller e Swift, 1976, p. 21).<sup>37</sup> (*Guidelines for Non-Sexist Use of Language*, 1994)

A partir dessa breve historicização dos anos 70 e 80, é possível observar que o entendimento do masculino genérico mais como um mito e uma projeção ideológica androcêntrica e menos como um fato linguístico com lastro na realidade das práticas comunicativas já era algo em disseminação.

A partir dos anos 90 e inícios dos anos 2000, com essa premissa praticamente já incorporada nos estudos de gênero e linguagem, os estudos subsequentes não focam mais em denunciar que há sexismo na linguagem, mas a analisá-lo, destrinchá-lo e explorá-lo. São trabalhos como “Linguagem e gênero, uma introdução” (TALBOT, 1998); “Gênero e discurso” (WODAK, 1998); “Entre a fala e o silêncio: a problemática da investigação sobre linguagem e gênero” (GAL, 1991); “Linguagem, gênero e poder: um olhar antropológico” (CAMERON, 1995) e “Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem” (PINTO, 2002)

Em relação às duas décadas dos anos 2000, estudos como “Sexo e o poder da fala” (CAMERON, 2010); “Problemas de gênero” (BUTLER, 2013); “Cisgeneridade como normatividade” (VERGUEIRO, 2015), “Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero” (BONASSI, 2017); “Pragmáticas íntimas: linguagem, subjetividade e gênero” (POVINELLI, 2016); “Navegando pelas normatividades: gênero e sexualidade no texto e na conversa” (HALL, 2019) e Vallada (2020), que percebe uma “plataforma

---

<sup>37</sup> No original: “Casey Miller and Kate Swift (1976) cite a study in which college students chose pictures to illustrate chapters of a sociology textbook. Those with chapters entitled “Society,” “Industrial Life,” and “Political Behavior” tended to select pictures of both females and males. However, when the same chapters were named “Social Man,” “Industrial Man,” and “Political Man,” students of both sexes tended to select pictures of males only. With some chapters the differences [between the two groups] reached magnitudes of 30 to 40 percent. The authors concluded, “This is rather convincing evidence that when you use the word man generically, people do tend to think male, and tend not to think female” (Miller and Swift, 1976, p. 21).

para o sexismo” ao investigar “como as ideologias linguísticas atuam na estilização de gênero para produzir e legitimar diferenças de gênero” (p. 3) avançam mais ainda na discussão, salientando como as práticas linguísticas reinscrevem categorias, hierarquias, valores e lugares, e ajudam a sedimentar o terreno para “uma teoria robusta de linguagem e gênero [que] precisa que a subjetividade seja vista como uma ordem de fenômeno distinta das ordens semântica e pragmática do fenômeno linguístico.” (POVINELLI, 2016, p. 205).

Buscando em periódicos voltados para a temática gênero e linguagem, através das chaves “linguagem neutra” e “linguagem não binária”, o que encontro são investigações como “Identidade de gênero e uso de pronomes não binários: explorando estratégias de referência para referentes de gênero desconhecido” (Sheydaei, 2021); “novas mídias, nacionalidade e o caleidoscópio antigênero” (Cesarino, 2023); “a política da misoginia e a misoginia da política” (Lakoff, 2021); “além do olhar cis dos gays cis: a necessidade de uma linguística trans” (Zimman, 2021); “além de ‘mulheres e linguagem’: uma história pessoal e política” (McConnel-Ginet, 2021); “a origem do sexismo na linguagem” (Coady, 2018); “língua, gênero e sexualidade em 2020: avançar no Sul Global” (Singh, 2021); “três décadas no campo de gênero e linguagem: uma perspectiva pessoal” (Tannen, 2021); “narrar sexualidades a partir das margens” (Linconstant; Beauvieux; Aix-Marseille, 2018); “A performatividade da linguagem comum na construção das lutas de gênero e feministas” (Laverge, 2019); “Linguagem Queering, Género e Sexualidade” (Martin; Davidel, 2020); “linguagem, gênero e sexualidade em 2021: futuros esperançosos em meio ao som e à fúria” (Fabrício, 2022).

Alguns dos trabalhos mais recentes relacionados a gênero que encontrei focalizam não somente a inclusão/exclusão de mulheres cis por uma ordem masculina genérica, mas também a invisibilidade das formas de existência e performatividade de gênero que estão fora das práticas cis-heteronormativas, e que extrapolam o espectro da divisão binária de gênero. São produções que se preocupam em apontar como “o uso da linguagem binária [...] apaga a experiência de pessoas trans cujas identidades estão fora da divisão feminino/masculino”.<sup>38</sup> (ZIMMAN, 2017, s/p).

Os estudos feministas, há mais de 50 anos, vêm abrindo os caminhos da relação entre desigualdade nas representações linguísticas e desigualdade nos papéis de gênero. Hoje, alguns estudos que aparecem junto a denominações “transfeministas” e

---

<sup>38</sup> No original: "the use of binary language [...] erases the experience of trans people whose identities fall outside the female/male divide."

“translinguísticos” trazem as “mesmas” questões, mas postas de uma maneira tensionada para dar conta “não (apenas) da misoginia, mas também da perpetração do heterossexismo, da homofobia e da normatividade de gênero.” (ZIMMAN, 2021, p. 88, tradução livre)<sup>39</sup>.

Destaco rapidamente a produção de um desses estudiosos relacionados a uma perspectiva “translinguística”: Lal Zimman, que vem estudando desde 2007 “a autodeterminação das pessoas trans sobre as opiniões dos médicos e cientistas cisgêneros”<sup>40</sup> e os desafios para uma “linguagem trans-afirmativa”.

Entre publicações acadêmicas, colunas em jornais digitais e workshops sobre “linguagem trans-inclusiva” no contexto estadunidense, Zimman (2016) traz atualizações sobre como “pronomes sempre foram políticos”, e sobre como essa “mudança socialmente motivada em nosso sistema de pronomes não é novidade” (s/p), e detalha alguns desafios para uma “reforma linguística” iminente.

De acordo com Zimman (2017), a questão linguística para a autodeterminação de falantes trans é crucial e o trans ativismo muitas vezes está organizado em volta da reforma linguística pois ela equivale a fechar uma porta para mais um tipo de assédio/violência: a verbal. Ele também reconhece que avanços têm ocorrido no sentido de “as pessoas trans começaram a alcançar maior agência sobre a forma como somos falados, o que também sugere maior agência sobre se e como somos vistos e compreendidos”<sup>41</sup>

Zimman menciona dois desafios principais:

O primeiro envolve conversar abertamente com as pessoas sobre como elas se identificam e que tipo de linguagem desejam que os outros usem ao falar sobre elas. O segundo é evitar a terminologia de gênero (por exemplo, escolher pessoa em vez de mulher ou homem) quando o gênero auto-identificado de uma pessoa não é conhecido e não pode ser determinado na prática perguntando-lhe diretamente. Ambas as abordagens são comuns nas comunidades trans e demonstram deferência à autonomia e autoridade dos indivíduos para autoidentificarem os seus gêneros.”<sup>42</sup> (ZIMMAN, 2017, p. 92-93)

<sup>39</sup> No original: “set of practices was brought into focus as the reflexes not (only) of misogyny, but also of the perpetration of heterosexism, homophobia and gender normativity.”

<sup>40</sup> No original: “trans people’s self-understanding over the views of cisgender doctors and scientists”

<sup>41</sup> No original: “trans folks have begun to achieve greater agency over the ways we are spoken about, which also suggests greater agency over whether and how we are seen and understood.”

<sup>42</sup> No original: “The first involves openly talking to people about how they identify and what kind of language they want others to use when talking about them. The second is the avoidance of gendered terminology (e.g. selecting person rather than woman or man) when a person’s self-identified gender is not known and cannot be practically determined by asking them directly. Both of these approaches are common within trans communities and both demonstrate deference to the autonomy and authority of individuals to self-identify their genders.”

O cerne do desafio, portanto, não se resume a conseguir nos referirmos a “todos” os gêneros na língua como uma soma de pronomes, mas por não mais necessariamente associar uma pessoa a um gênero com base em suposições pré-estabelecidas (e binárias). A melhor “alternativa” para a reforma linguística nesse sentido seria não mais atribuir gênero com base em performances de associação externa e desvincular a língua dos gêneros como um processo de autodeterminação, e isso passa por desvincular certos modelos linguísticos e reproduzir na língua a questão da autodeterminação, desvinculado a predeterminação das formas linguísticas radicalmente.

Outro trabalho que se volta para questões relacionadas a vivência de gêneros dissidentes é o de Vergueiro (2016), ativista transfeminista brasileira, que se debruça sobre o conceito de cisgeneridade a partir de três eixos: “a pré-discursividade, a binariedade e a permanência”, afirmando que esses traços funcionam como “atribuições culturais de corpos e gêneros [que] orientam uma cisnormatividade que anormaliza, inferioriza e extermina, interseccionalmente, diversidades corporais e de gênero.” (VERGUEIRO, 2016, p. 43).

Existências de identidades de gênero dissidentes (trans, não-binários etc.) e sexualidades fora da norma heteronormativa são campos que por vezes são confundidos ou tomados um pelo outro. Gayle Rubin, em um trabalho que relata “um amplo movimento para comprimir os limites do comportamento sexual aceitável”, faz a seguinte relação para falar dos dois campos:

Assim como o gênero, a sexualidade é política. Está organizada em sistemas de poder, que recompensam e encorajam alguns indivíduos e atividades, enquanto punem e reprimem outros. Tal como a organização capitalista do trabalho e a sua distribuição de recompensas e poderes, o sistema sexual moderno tem sido objeto de luta política desde que surgiu e à medida que evoluiu. Mas se as disputas entre trabalho e capital são mistificadas, os conflitos sexuais ficam completamente camuflados.”<sup>43</sup> (RUBIN, 1984, p. 170)

Neste texto, Rubin conta sobre a construção de um sistema hierárquico de valores sexuais atrelado a um sistema de comportamentos e identidades sociais aceitáveis. Abro

---

<sup>43</sup> No original: “Like gender, sexuality is political. It is organized into systems of power, which reward and encourage some individuals and activities, while punishing and suppressing others. Like the capitalist organization of labour and its distribution of rewards and powers, the modern sexual system has been the object of political struggle since it emerged and as it has evolved. But if the disputes between labour and capital are mystified, sexual conflicts are completely camouflaged.”

uma seção agora para apresentar propriamente um conceito específico apresentado por ela que reverbera em muitos momentos desta pesquisa: o conceito de pânico social/moral.

## 2.1 Pânico social e moral: deslizamentos e resíduos

Em *Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality* (1984), Gayle Rubin discute como a repressão e o controle da sexualidade nos Estados Unidos tomaram forma através das “leis anti-obscuridade”, da perseguição estatal e da atividade policial contra populações sexuais minoritárias. Ela se refere a esse período da história como uma das “cruzadas morais do século XIX” e que se estendeu durante quase todo o século XX, visto que a Suprema Corte interveio nesse tipo de moralismo legalizado apenas em 1975, considerando leis como as da “anti-obscuridade” inconstitucionais.

O critério para definir o que era “obscuridade” e quem eram as populações “minoritárias” aos poucos foi apagando a diferença entre práticas consensuais consideradas indesejáveis por grupos conservadores e crime sexuais e, assim, a prostituição, a masturbação, o erotismo, a homossexualidade, o estupro, o sadomasoquismo etc. eram colocados num mesmo patamar e se tornavam alvos do moralismo legalizado, pois se estava fora da norma monogâmica heterossexual, seus praticantes eram imediatamente associados a categoria de “sex offenders” (infratores sexuais).

Para estabelecer o que se convencionou chamar de “sex offenders” foi necessário “desenhar e manter uma linha imaginária entre sexo bom e ruim”<sup>44</sup> (RUBIN, 1984/2022, p. 152). Uma ferramenta crucial para o traçamento dessa linha foi uma cultura de diferenciação e classificação das práticas sexuais: de um lado da linha moral estavam as práticas “como santificável, seguro, saudável, maduro, legal ou politicamente correto” (Idem)<sup>45</sup>, relacionadas ao sexo bom. Do outro lado, ficaram as práticas eróticas “diabólico, perigoso, psicopatológico, infantil ou politicamente repreensível”. (Ibidem)<sup>46</sup>, associadas ao sexo ruim. A necessidade de apresentar o que é desejável e aceitável passava por apontar o que é indesejável e inaceitável.

A estratégia de se estereotipar práticas sexuais boas e ruins e de associá-las a “infrações sexuais” criou as condições para um ambiente de criminalização. A partir desse

<sup>44</sup> No original: “the need to draw and maintain na imaginary line between good and bad sex.”

<sup>45</sup> No original: “as sanctifiable, safe, healthy, mature, legal, or politically correct”

<sup>46</sup> No original: “devil, dangerous, psychopathological, infantile, or politically reprehensible”

“um amplo movimento para comprimir os limites do comportamento sexual aceitável” (RUBIN, 1984/2002, p. 147)<sup>47</sup>, se instaura uma dinâmica que preconiza proibir um comportamento antes que ele leve a algo “pior”, e é dessa forma que o comportamento sexual se torna um vetor de opressão e de formatação de identidades.

Partindo do trabalho de Jeffrey Weeks (1981), Rubin se refere a essa dinâmica de proibição de comportamentos, em nome de uma ansiedade e medo generalizado de que a sociedade se deteriore, como “pânicos morais” – termo cunhado/desenvolvido por Weeks (1981) como situações em que se “cristaliza[m] medos e ansiedades generalizadas, lidando com eles não procurando as causas reais dos problemas e condições que demonstram, mas deslocando-os para 'demônios populares' a partir de um grupo social que passa a ser identificado (como os 'imorais' ou 'degenerados' )”<sup>48</sup> (Weeks, 1981, p. 14 Apud Rubin, p. 161). Citando também o trabalho de Spooner (1977), Rubin acrescenta que:

Os pânicos morais raramente aliviam qualquer problema real, porque visam quimeras e significantes. Baseiam-se na estrutura discursiva pré-existente que inventa vítimas para justificar o tratamento dos “vícios” como crimes. A criminalização de comportamentos inócuos, como a homossexualidade, a prostituição, a obscenidade ou o uso recreativo de drogas, é racionalizada ao retratá-los como ameaças à saúde e à segurança, às mulheres e às crianças, à segurança nacional, à família ou à própria civilização. Mesmo quando a actividade é reconhecida como inofensiva, pode ser proibida porque se alega que “conduz” a algo ostensivamente pior (outra manifestação da teoria do dominó).<sup>49</sup> (p. 163)

Para Rubin, essa é uma lógica de uma “teoria dominó”, que está diretamente relacionada a uma sensação generalizada de pânico: é como se um deslizamento ou um desmoronamento pudesse ocorrer a qualquer momento caso as práticas indesejadas não sejam refreadas. No caso dos comportamentos sexuais, o efeito dominó recairia sobre “ideias de que a variedade erótica é perigosa, prejudicial à saúde, depravada e uma ameaça para tudo, desde crianças pequenas até a segurança nacional ”<sup>50</sup> (p. 152).

<sup>47</sup> No original: “an extensive movement to compress the boundaries of acceptable sexual behaviour”

<sup>48</sup> No original: “cristallizes widespread fears and anxieties, and often deals with them not by seeking the real causes of the problems and conditions which they demonstrate but by displacing them on to ‘Folk Devils’ in an identified social group (often the ‘immoral’ or ‘degenerate’).”

<sup>49</sup> No original: “Moral panics rarely alleviate any real problem, because they are aimed at chimeras and signifiers. They draw on the pre-existing discursive structure which invents victims in order to justify treating ‘vices’ as crimes. The criminalization of innocuous behaviours such as homosexuality, prostitution, obscenity, or recreational drug use, is rationalized by portraying them as menaces to health and safety, women and children, national security, the family, or civilization itself. Even when activity is acknowledged to be harmless, it may be banned because it is alleged to ‘lead’ to something ostensibly worse (another manifestation of the domino theory).”

<sup>50</sup> No original: “ideas that erotic variety is dangerous, unhealthy, depraved, and a menace to everything from small children to national security”

Além da característica dominó, que compreendo como um “deslizamento”, outro efeito da estratégia de pânico generalizado está atrelado a ideia de “resíduo”, que aparece “na forma de leis, práticas sociais e ideologias que afetam a forma como [uma discussão] é vivenciada”<sup>51</sup> (RUBIN, 1984/2002, p. 148). Rubin ilustra essa ideia de mancha/resíduo com o que ocorreu à época da epidemia de Aids, que foi atravessada por uma “perseguição estatal” que deixou esse “*imprint*” na discussão pública e contribuiu através de práticas discursivas associadas a um espalhamento generalizado de pânico sexual para fazer dela uma doença relacionada à promiscuidade e à homossexualidade, imprimindo uma mancha na ideologia sobre sexo daquele período e que ainda reverbera até os dias atuais.

\*\*\*

Com base no que foi reunido, é possível chegar a algumas conclusões: **a)** o masculino genérico não funciona para generalizar grupos de mulheres e homens, apenas para especificar o grupo masculino, foi deliberadamente fabricado e manifesta uma ideologia androcêntrica; **b)** gênero gramatical e gênero social estão associados num nível cognitivo, e afirmar que questões relacionadas ao gênero na língua não têm relação com o gênero nas formas de socialização é ignorar o avanço dos estudos feministas e culturais desenvolvidos ao longo dos últimos 50 anos; **c)** a discussão sobre neutralização do gênero é tributária da epistemologia feminista e, dentro do que alguns trabalhos com vistas a uma reforma transgênera da língua propõem, a questão pronominal aparece de forma secundária, pois a questão central mira numa dissolução da lacuna que seria preenchida por qualquer tipo de gênero pré-estabelecido por uma configuração binária; nos trabalhos mais críticos, a questão salientada passa por não simplesmente garantir que formas lexicais incluam dois ou mais gêneros, mas que a própria lacuna reservada para o gênero na estrutura da língua deixe de ser determinante para fazer referência a alguém.

Para além de rastrear como a questão do gênero e da linguagem vem ocorrendo de maneira interseccionada na esfera acadêmica desde os estudos feministas clássicos até os estudos mais contemporâneos que aparecem relacionados a estudos “translinguísticos” e “transfeministas” (ZIMMAN, 2016, 2017, 2021; VERGUEIRO, 2016) também tentei rastrear como esse assunto vem ocupado espaço na discussão pública brasileira nos

---

<sup>51</sup> No original: “leave a residue in the form of laws, social practices, and ideologies which then affect the way in which sexuality is experienced long after the immediate conflicts have faded.”

últimos anos para além do campo científico, cronologia que apresento agora na próxima seção.

## **2.2 Linguagem e gênero na discussão pública do Brasil: um breve panorama**

No horizonte da discussão pública sobre gênero no Brasil, muitas vezes, as iniciativas afirmativas são engolidas por uma ofensiva “anti-gênero”, que é sempre barulhenta, mas que parece entrar em ebulição sazonalmente. Se tentarmos colocar os capítulos que envolvem alguma discussão sobre gênero e linguagem no Brasil, os agentes envolvidos serão movimentos sociais progressistas e conservadores, comunidades religiosas, partidos políticos de direita, professores de língua portuguesa, linguistas, criadores de conteúdos independentes e ativistas da comunidade LGBTQIAPN+. É pensando no entrelaçamento desses agentes que tento apresentar agora um panorama de episódios emblemáticos e alguns dos desdobramentos discursivos que ocuparam textualmente o Brasil dos últimos 20 anos.

Em 2004, o primeiro governo Lula começou a elaborar um programa intitulado “Brasil sem homofobia” que objetivava - através da circulação de um material institucional sobre questões relacionadas a identidade e sexualidade – combater a violência contra as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, e outros grupos fora da matriz heteronormativa. Às vésperas da divulgação desse programa, em 2011, já no primeiro governo de Dilma Rousseff, o projeto foi barrado e o material nunca chegou a ser distribuído. Parte da mídia entendia que “o governo cedeu à pressão e suspendeu o projeto” (Nova Escola, 2015, s/p).

Essa “pressão” advinha de “setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional” (Idem), que mais tarde iniciaram uma campanha contra o projeto Escola sem homofobia - que passou a ser referido publicamente e repetidamente como “kit gay” – e que segundo eles próprios tinha como objetivo “estimular o homossexualismo e a promiscuidade.” (Ibidem).

Essa campanha foi se solidificando ao ponto de passar a ser denominada “Escola sem partido”. O Programa Escola sem Partido é um movimento político criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, e que no início consistia em “afixar nas escolas um cartaz com uma lista por ele chamada de ‘deveres do professor’.” (ABDALLA, 2016). Em alguns meses, uma aliança cada vez mais articulada se formava entre políticos de extrema-direita em defesa “da ideologia ultraliberal e [d]o fundamentalismo religioso dos

evangélicos neopentecostais e da Renovação Carismática Católica” (HERMIDA; LIRA, 2020).

Entre as pautas incorporadas pelo Escola sem partido estava a luta contra a “doutrinação ideológica de esquerda nas escolas”, e o objetivo central de “avançar uma agenda conservadora para a educação brasileira” (LIMA; HYPOLITO, 2020). Para cumprir esse objetivo, uma das estratégias foi a fabricação de um verdadeiro arsenal legislativo:

Desde 2014, 62 projetos de lei (PLs) relacionados ao movimento Escola sem Partido tramitaram ou tramitam no Congresso Nacional e nas casas legislativas de pelo menos 12 estados e 23 cidades do Brasil. Esses PLs tratam de temas como a proibição da discussão da questão de gênero nas escolas, materiais didáticos e em textos legais, como os planos de educação, e o combate à “doutrinação político-partidária” dos professores dentro da sala de aula. (KIM ABE, 2017, s/p)

O que esses projetos de lei propunham era o banimento da discussão sobre gênero nos contextos escolares através da exclusão de termos como “gênero” e “orientação sexual” dos currículos nacionais.

Foi assim que o que começou como um movimento de reação de ojeriza às políticas de afirmação promovidas pelo “Escola sem Homofobia”, logo evoluiu para uma articulação política, com aliança entre partidos de extrema-direita e organizações religiosas e conservadoras, cuja principal tática se voltava para uma produção legislativa organizada e barulhenta, com uma participação popular também orquestrada, principalmente em dias de votação dos tais Projetos:

Figura 13 – Manifestações contra a “ideologia de gênero” em Câmaras e Assembleias



<https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/26/a-ideologia-de-genero-e-as-ameacas-a-democracia/>;

<https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/alepe-aprova-apelo-para-vetar-ideologia-de-genero-nas-escolas/4630/>

Com isso, percebe-se que a contenda legislativa armada contra gênero no Brasil nos últimos anos não ocorreu de forma espontânea e nem por agentividade genuína: o volume textual disparado na verdade estava sob uma tutela política articulada.

Moura (2016) desenvolveu uma pesquisa em que analisa o Escola Sem Partido como “parte de um movimento conservador característico da sociedade brasileira, entendendo que os projetos do tipo escola sem partido funcionam no campo da educação como mecanismos de contenção que agem em conjunto com os mecanismos de imposição (ensino religioso e moral e cívica) contra os avanços da laicidade do estado e da secularização da cultura” (p. 6)

Sonia Correa salienta que “a cruzada contra o gênero foi, desde sempre, transnacional”. Gestada nas “altas esferas das arenas intergovernamentais e da elaboração teológica, ela hoje se manifesta em todo mundo, mas com especial intensidade na Europa e na América Latina” (Corrêa, 2017; Mikolsci; Campana, 2017; Patternotte; Kuhar, 2017)” (CORREA, 2018, p. 12) No Brasil, essa cruzada envolve o recolhimento de materiais nas escolas que explicam termos como sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual, que passam a ser acusados de “apologia à ideologia de gênero”<sup>52</sup>, com uma retórica similar ao de casos criminosos.

Por fim, é mister lembrar que o próprio termo “ideologia de gênero” não existe os estudos culturais, feministas e de gênero, sendo fruto de uma política antigênero “fabricada pelo Vaticano e seus aliados no contexto da conferência das Nações Unidas dos anos 1990 e começo dos anos 2000” (Correa, 2018, p. 1) e surge especificamente após a Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher de 1995, da seguinte maneira:

(...) o papa João Paulo II, em sua “Carta às mulheres”, se referiu à necessidade de defender a identidade feminina desde uma perspectiva essencialista e, alguns anos depois, na “Carta aos bispos”, de 31 de maio de 2004, manifestou-se contra o discurso feminista, reiterando que a maternidade era um elemento-chave da identidade feminina (ponto 13). A partir de então, a contraofensiva católica (e posteriormente de todo o conservadorismo religioso) seria o combate a essa “perspectiva de gênero”. Para isso, começou a atacar, afirmando que na verdade não era mais do que uma ferramenta ideológica de dominação e, assim, a desarticular, desconfigurar e reprovar as ideias e mensagens feministas. Esses setores começaram a definir a “ideologia de gênero” como “um sistema de pensamento fechado” a defender que as diferenças entre o homem e a mulher não correspondem a uma natureza fixa,

---

<sup>52</sup> <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/saiba-como-o-termo-ideologia-de-genero-surgiu-e-debatido.ghtml>

senão que são construções culturais e convencionais, feitas segundo os papéis e estereótipos que cada sociedade designa aos sexos (Scala, 2010). (MISKOLCI & CAMPANA, 2017, p. 727)

Durante as últimas duas décadas, o tema gênero/sexualidade/educação vem causando grande tumulto textual, legislativo e político. A proliferação discursiva em torno do banimento da “ideologia de gênero” já é passível de ser reconhecida como uma organização discursiva característica, e ela desemboca de alguma forma na tentativa de banimento da “linguagem neutra”, pois o mesmo *modus operandi* parece estar sendo reciclado: há novamente um arsenal legislativo em funcionamento acompanhado de manifestações organizadas (Figura 14):

Figura 14 – Manifestações contra a linguagem neutra em Câmaras e Assembleias



Fonte: <https://www.otempo.com.br/politica/lei-que-proibe-linguagem-neutra-nas-escolas-de-belo-horizonte-comeca-a-valer-1.3188241>

O curioso aqui é que a “ideologia de gênero”, que sequer existe nos estudos culturais, é combatida como uma realidade, enquanto a “linguagem neutra”, fenômeno que de fato existe em práticas linguísticas ativistas, é acusada de “não existir”. O que a ideologia de gênero representa em termos sociais e culturais, a “linguagem neutra” parece

representar em termos linguísticos, e a mesma preocupação com a “família” e com a “moral e os bons costumes” apenas se soma à preocupação com o “bom português” e com o “respeito pela língua” e pela “pátria”.

Além da contenda política teatral conduzida pelo *modus operandi* da nova direita brasileira, também é possível encontrar uma cronologia sobre o tema nas produções acadêmicas brasileiras, em investigações que retratam todas as controvérsias mencionadas acima e que acompanham as questões globais e especificidades que fazem parte do nosso tecido social, como o tema do masculino genérico e sexismo gramatical (MADER, 2015), os efeitos discursivos da “ideologia de gênero” (CÉSAR; DUARTE, 2017), a moralização do projeto “Escola Sem Homofobia” nas eleições presidenciais de 2018 (CASADO, 2020) e a associação do uso do gênero neutro da língua a uma imundície verbal (BORBA; LOPES, 2018) nos contextos escolares. Signorini e Lucena (2023) também notaram como a

a linguagem neutra assumiu a função de mais um indexador do rol de inimigos a serem combatidos e eliminados pelo ativismo algorítmico: mais um indexador da chamada “ideologia de gênero” e suas relações com uma esquerda dita corrupta e “relativista”, com o comunismo e o feminismo ditos ateus, globalistas e autoritários. (Signorini; Lucena, 2023, p. 10)

Por último, menciono algumas produções brasileiras que notaram a presença especificamente da “linguagem neutra” no debate público e que também notaram o conjunto crescente de Projetos de lei interessados em restringir o uso do “gênero neutro” no Brasil. Rodrigo Borba vem publicando textos de cunho crítico sobre a questão do gênero neutro desde 2018, acompanhando o cenário em torno dos PLs<sup>53</sup> e apontando o tom apocalíptico<sup>54</sup> das ideologias presentes nessas propostas. Butturi Junior, Camozatto e Silva (2022) tratam da “invenção da linguagem neutra e à agonística que ela faz funcionar”, e se referem à “linguagem neutra” como uma “reinvidicação de cidadania”, enquanto para os 12 PLs que eles analisam se trataria de uma “monstruosidade linguístico-moral”. Já o trabalho de Marinho (2021) notou “reações de ataque ou o riso, denotando repulsa ou desdém às pessoas que destoam da generificação dicotômica” (MARINHO, 2021). A discussão sobre a “linguagem neutra” também já chegou ao mercado dos livros, e atualmente dois números circulam no Brasil. Um deles, de 2022,

<sup>53</sup> O projeto de lei que proíbe a linguagem neutra deve ser aprovado no Congresso? NÃO. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/07/o-projeto-de-lei-que-proibe-a-linguagem-neutra-deve-ser-aprovado-no-congresso-nao.shtml>>

<sup>54</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=QAJccyxNdwQ&t=10s&ab\\_channel=JornadadeLetras-Organiza%C3%A7%C3%A3oUFSCar](https://www.youtube.com/watch?v=QAJccyxNdwQ&t=10s&ab_channel=JornadadeLetras-Organiza%C3%A7%C3%A3oUFSCar)

afirma ser “uma resposta de parte da comunidade linguística” (FILHO & OTHERO, 2022) à discussão. E outro, de 2021, oferece “uma série de apontamentos” amparados “na teoria linguística e em e estudos relativos à cognição e à neurociência” (JAMILK, 2021).

Até aqui, fiz um levantamento dos estudos de gênero e linguagem do campo acadêmico e adentrei alguns temas relativos a gênero e linguagem na discussão pública brasileira. Para o seguimento dessa contextualização, apresento como se deu a circulação do tema na discussão pública brasileira a partir do material empírico registrado, que está composto principalmente pelas propostas legislativas mas também por outros tipos de textos públicos brasileiros não acadêmicos assinados por diferentes atores sociais que concernem ao significado do que se convencionou chamar de “linguagem neutra”, “linguagem não-binária”, “neolinguagem” e “linguagem inclusiva de gênero” etc. para se referir a comportamentos linguísticos pautados por uma política linguística de tentativa de neutralização dos pronomes de tratamento.

### **CAPÍTULO 3: APRESENTAÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO: UMA EXPLORAÇÃO ETNOGRÁFICA PROLONGADA**

Antes de iniciar a apresentação propriamente dita deste material empírico, esclareço brevemente: um Projeto de Lei (PL) é uma atividade legislativa em que um agente parlamentar em exercício de qualquer uma das esferas governamentais (federal, estadual ou municipal) propõe alguma mudança ou algum tipo de regulação na legislação através de uma proposição textual e de uma apresentação em sessão ordinária ou extraordinária. Para se tornar efetivamente legal, a proposta é submetida a uma tramitação, “o curso regular das proposições pelas comissões técnicas e o Plenário da Câmara ou do Senado”<sup>55</sup> e, apenas se receber a maioria simples de votos favoráveis (e desde que a maioria esteja presente) avança para se tornar um decreto de lei.

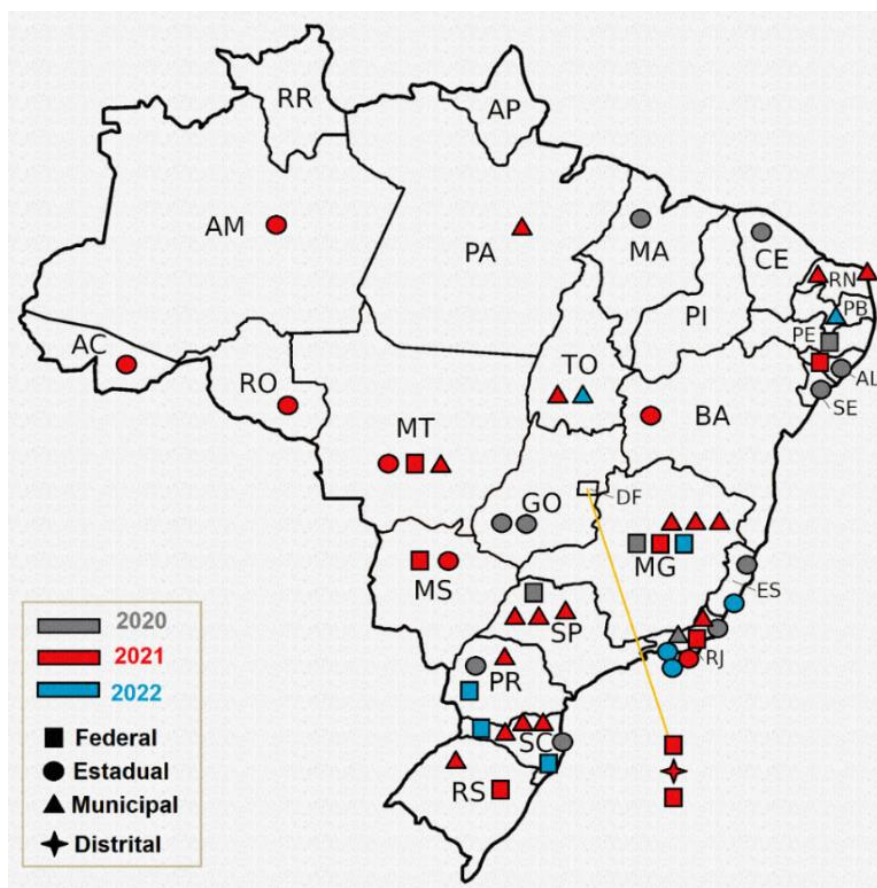
A estrutura de um PL consiste em uma parte preliminar (epígrafe de identificação, autoria, ementa, órgão proponente), uma parte normativa (artigos, incisos, parágrafos regulatórios) e uma parte final (justificativa e/ou exposição de motivos).

De julho a dezembro de 2022, procurei através do buscador do Google, e nos sites institucionais das Câmaras Municipais e das Assembleias Legislativas, por ocorrências de Projetos de Lei relativos ao uso da “linguagem neutra”. Identifiquei a existência de 56 propostas legislativas desse teor espalhadas pelo Brasil, e obtive o arquivo textual de 48 delas. Todas são proposições com teor proibitivo em relação ao uso dessa chamada “linguagem neutra”. A distribuição – cronológica e topográfica – dessas propostas estão dispostas no Mapa dos Projetos, esquema de visualização desenvolvido para essa pesquisa:

---

<sup>55</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/tramitacao>

Figura 15 – Mapa dos Projetos



Fonte: Autora (2022)

Dos 56 Projetos mapeados, 5 estão na Região Norte, 10 na Região Nordeste, 12 na Região Centro Oeste, 11 na Região Sul e 18 na Região Sudeste. 11 foram propostos em 2020, 36 foram propostos em 2021 e 9 foram propostos em 2022. 15 partem do âmbito federal, 20 partem do âmbito estadual, 20 partem do âmbito municipal, e 1 do âmbito distrital. Das 27 unidades federativas do Brasil, 24 contém propostas legislativas para proibir a “linguagem neutra”. Apenas em 3 estados, até a data de fechamento do mapeamento, isso não ocorreu: Roraima, Amapá e Piauí.

Não atesto que esta seja a quantidade absoluta de Projetos existentes no Brasil, já que algum pode ter escapado ao recurso de busca via Google, e vários podem ter surgido e circulado após dezembro de 2022, mês em que decidi encerrar essa etapa de mapeamento para poder prosseguir com as etapas de descrição e análise, visto que o intuito da pesquisa não depende fundamentalmente do aspecto quantitativo.

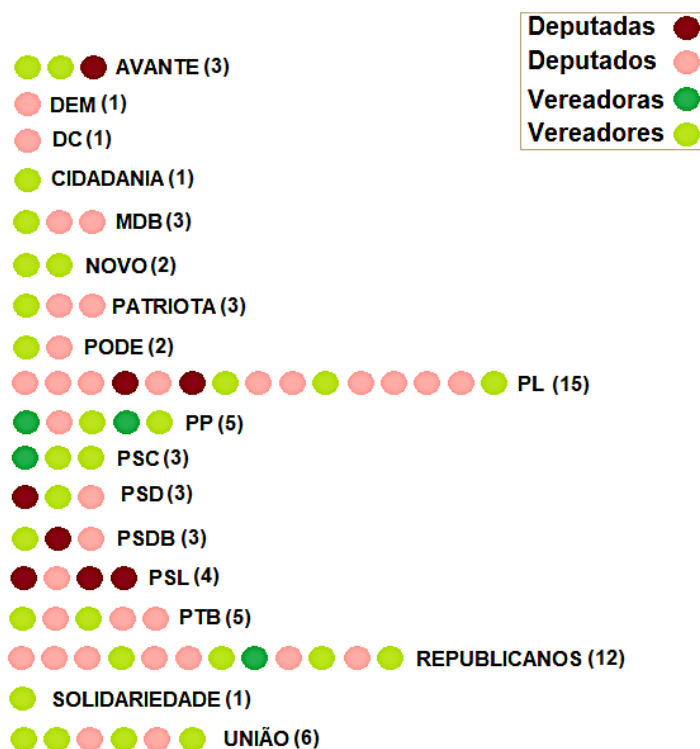
O mapeamento final realizado, portanto, traz 56 Projetos de Lei (PL) contrários ao uso da “linguagem neutra” e 48 arquivos contendo o texto destes PL. As afirmações

que faço abaixo, portanto, se referem a essas 56 ocorrências identificadas e mapeadas e aos 48 arquivos registrados, que se mostram suficientes para o estabelecimento da hipótese de que se trata de textos que ocorrem em uma rede textual articulada.

Para essa contagem que apresento, estou considerando os estados dos proponentes dos PLs e também o âmbito de incidência de seus mandatos como critério. Também estou considerando a Portaria Federal 604/21 dentro dessa contagem pois ela integra a rede de relações textuais. Mesmo não se tratando propriamente de um PL, ela não aparece diferenciada nos esquemas de visualização abaixo. O caso da Portaria Federal 604/21, que é assinada por um deputado federal da Bahia, aparece contada de Brasília por ter incidência federal. De resto, todos os casos coincidem em incidência/proponente.

Após visualizar a distribuição das propostas, decidi identificar de quais partidos políticos essas propostas partiam e quantos parlamentares estavam envolvidos em suas circulações. O resultado da quantidade de proponentes e legendas partidárias envolvidas aparece a Figura 17:

Figura 16 – Quantidade de proponentes e legendas partidárias



Fonte: Autora (2022)

Para o esquema visual dos partidos, considerei a filiação dos proponentes quando propuseram o PL em questão. Alguns partidos, como o DEM e PSL, não existem mais em 2023. Mesmo assim, os mantive no esquema pois meu intuito era visualizar o retrato das alianças e da atividade parlamentar ocorrida naquele momento, além do espectro ideológico predominante, incidência, âmbito e gênero dos proponentes envolvidos na protocolização das propostas.

O total deste gráfico é de 73 inserções pois o número que está sendo considerado nessa contagem é o número de proponentes que assinam a autoria de um mesmo PL. Por exemplo, o PL 77/21 é de autoria de 6 parlamentares, cada um de um partido diferente, então, em uma única inserção de projeto, temos 6 inserções de proponentes, daí o número total maior de proponentes que de projetos.

Todos os partidos que aparecem estão entre o espectro ideológico extrema-direita, direita, centro-direita e centro. Essa classificação ideológica parte de um estudo que objetiva apresentar “uma classificação atualizada da constelação partidária brasileira” (BOLOGNESI; RIBEIRO; CODATO, 2023, p. 21), em que o posicionamento ideológico dos partidos é avaliado tendo como base como os parlamentares votam nas proposições legislativas (se votam a favor ou contra pautas progressistas, que tipo de políticas econômicas, sociais, culturais apoiam etc.).

A fase posterior ao levantamento, mapeamento e classificação partidária das propostas envolveu a leitura integral e uma caracterização mais pormenorizada do conteúdo desses textos, bem como de seus contextos de circulação. Trago essa caracterização agora numa seção separada.

### **3.1 Discussão proibitiva sobre “linguagem neutra” no Brasil**

Basicamente, todos os Projetos de Lei registrados estão organizados discursivamente em torno da “proibição” e “vedação” do uso do que é chamado de “linguagem neutra”, “linguagem não-binária”, “linguagem estranha à Língua Portuguesa em utilização de flexão de gênero”, “dialeto não-binário” e “novas formas de flexão de gênero”. Muitos se referem ao estabelecimento de “medidas protetivas” à língua e aos estudantes brasileiros e também em “garantir” o “aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta”.

Quando um projeto de lei é apresentado, ele começa a tramitação pela Câmara. Na Câmara, ele é designado para uma Comissão de mérito específica a depender do seu assunto. A partir daí, outros parlamentares fazem relatorias e diligências, e decidem se a proposição deve avançar para outra casa ou não. Se tramitar em “caráter conclusivo”, segue para o senado sem precisar passar pelo plenário. Se passar pelo plenário, é colocado em votação que requer um quórum mínimo. Em seguida, duas coisas podem acontecer: o projeto ser aprovado por maioria simples dos votos, e avançar para ser sancionado como lei; ou ser vetado pelo Presidente da República.

Abaixo, trago na Tabela 1, algumas das ementas dos Projetos de Lei registrados e seus status de tramitação atualizados (última checagem em janeiro de 2024):

Tabela 1 - Ementas de alguns dos Projetos de Lei registrados

| EMENTA  | TRAMITAÇÃO   |
|---|--|
| <p align="center"><b>PROJETO DE LEI N.º 5.198, DE 2020</b><br/>(Do Sr. Junio Amaral)</p> <p>Veda expressamente a instituições de ensino e bancas examinadoras de seleções e concursos públicos a utilização, em currículos escolares e editais, de novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas.</p> | <p>Despachos para diferentes comissões. Despachado atualmente para comissão de Direitos Humanos.</p>   |
| <p align="center"><b>PROJETO DE LEI Nº 3325/2020</b></p> <p><b>EMENTA:</b><br/><b>ESTABELECE MEDIDAS PROTETIVAS AO DIREITO DOS ESTUDANTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO AO APRENDIZADO DA LÍNGUA PORTUGUESA DE ACORDO COM AS NORMAS E ORIENTAÇÕES LEGAIS DE ENSINO, NA FORMA QUE MENCIONA.</b></p>  | <p>Parecer favorável. Parecer contrário. Arquivamento. Parecer pela constitucionalidade. Pedido de desarquivamento.</p>  |
| <p align="center"><b>PROJETO DE LEI N. , DE 2020.</b><br/><b>(Da Senhora Deputada CAROLINE DE TONI)</b></p> <p>Estabelece medidas de proteção ao direito dos estudantes brasileiros ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona.</p>  | <p>Em decorrência dessa Apensação (ao PL 771/23), determino a inclusão de apreciação do mérito pela CCJC (Justiça e Cidadania), bem como apreciação pelo Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário</p> |

|   |   |
|---|---|
| <p>PROJETO DE LEI Nº <b>438</b> DE <b>03</b> DE <b>agosto</b> DE 2021</p> <p>Veda a utilização de linguagem neutra nas comunicações oficiais do Estado de Goiás.</p>  | <p>Convertido em Diligência, passou a ser identificado pelo número 6510/21.</p> <p>Rejeitada, no relatório a justificativa é: “Em que pese a louvável iniciativa do autor do presente projeto, a sua conversão em lei encontra óbice na Constituição Federal [pois atenta contra] III - a dignidade da pessoa humana;”</p>                                |
| <p><b>PROJETO DE LEI</b> PL./0357.5/2020</p> <p><b>Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes de Santa Catarina ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona.</b></p>   | <p>Comissão de Educação, Cultura e Deporto. Aguardando providências</p>   |
| <p>ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES</p> <p>PORTARIA Nº 604, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021</p> <p>O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, DA SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA DO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que conferem o art. 33 do Anexo I do Decreto nº 10.359, de 20 de maio 2020, Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020, Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, com base na Lei nº 8.313/1991 e no art. 6º do Decreto nº 10.755/2021, resolve:</p> <p>Art. 1º Fica vedado, nos projetos financiados pela Lei nº 8.313/91, o uso e/ou utilização, direta ou indiretamente, além da apologia, do que se convencionou chamar de linguagem neutra.</p> <p>Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p> | <p>O juiz Federal Herley da Luz Brasil, da SJ/AC, suspendeu os efeitos da portaria 604/21.</p> <p>Suspensa em 2022 por decisão do Ministério Público Federal, que considerou o decreto como discriminatório e ofensivo a princípios constitucionais fundamentais tais como o exercício da liberdade de expressão e à pluralidade de ideias e cultura.</p> |
| <p>Nº <b>948/21</b></p> <p><b>PROJETO DE LEI</b></p> <p><b>AUTOR: DEPUTADO EYDER BRASIL/PSL</b></p> <p>Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do Estado de Rondônia ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona.</p>   | <p>Sancionada como lei em outubro de 2021, foi revogada por ser considerada inconstitucional (órgão nacional de educação entrou com pedido ao STF). Parecer pelo ministro Edson Fachin.</p>   |
| <p><b>PROJETO DE LEI Nº , DE 2021</b></p> <p>(Autoria: Deputado Iolando - Gab 21)</p> <p><b>Proíbe o uso de “linguagem neutra” ou “linguagem não-binária” nas instituições especificadas.</b></p>   | <p>Proposição encerrada</p>   |

|  |  |
|--|--|
| <b>Proposição: PLEI - PROJETO DE LEI</b><br><b>Número: 000117/2021</b><br><br><b>Garante aos estudantes do município de Juiz de Fora o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino na forma que menciona.</b> | “Transformado em Norma Jurídica”: Lei nº 14498 |
|--|--|

Fonte: Acervo da pesquisa (2022)

Quando um Projeto de Lei apresenta teor muito similar a outro, eles são apensados, o que significa que eles tramitam juntos. Dos 48 arquivos textuais registrados no material empírico, em torno de 30 PLs estão em situação de apensamento. O PL 5198/20, o segundo PL a ser protocolado no Brasil, tem o maior número de apensamentos, e a partir dele é possível consultar uma “árvore de apensamentos” (Figura 18) disponível no portal da Câmara Legislativa, que mostra em detalhes as situações das tramitações apensadas:

Figura 17 - Árvore de Apensamentos

Página Inicial / Atividade Legislativa / Projetos de Lei e Outras Proposições / Árvore de Apensados - PL 5198/2020

## Árvore de Apensados - PL 5198/2020

## PL 5198/2020 Árvore de Apensados e Outros Documentos da Matéria



Fonte: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_arvore\\_tramitacoes?idProposicao=2265570](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_arvore_tramitacoes?idProposicao=2265570)

Em Brasília, o teor similar dos PLs não resultou em tramitação conjunta, mas num travamento da pauta. Provavelmente, isso é um impasse especificamente no Distrito Federal e não em outros estados pois não existe deputado federal ou estadual, somente distrital. Em notícia publicada pelo portal Brasil de Fato<sup>56</sup>, a situação é explicada da seguinte maneira:

Além do PL do deputado Iolando Almeida, outras duas **propostas de teor quase idêntico** também estão na Câmara Legislativa do DF, **o que pode levar, inclusive, a um impasse na votação** prevista essa semana. Isso porque os projetos de lei do deputado Robério Negreiros (PSD) e do deputado José

<sup>56</sup> Disponível em: <<https://www.brasildefatodf.com.br/2021/10/26/projeto-que-proibe-linguagem-neutra-em-escolas-pode-ser-votado-na-cldf>> Acesso em 09 nov. 2022

Homes (PTB) foram apresentados antes e eles reivindicam que a proposta de Almeida seja apensada às duas outras em tramitação. (Pedro Rafael Vilela, 2021, s/p, grifo acrescentado)

Na parte normativa (Artigos, incisos, parágrafos únicos), o que esses Projetos estão proibindo/vedando é: “o uso, o ensino, o fomento e qualquer forma de utilização da denominada ‘linguagem neutra’ e similares” (PL 211/21), “novas formas de flexão de gênero” (PL 6510/21), “qualquer expressão referente a gênero que não observe a norma culta da Língua Portuguesa” (PL 2303/21) e o “emprego de linguagem que, corrompendo as regras gramaticais, pretendam se referir a gênero neutro, inexistente língua portuguesa” (PL 5198/20).

A “linguagem neutra” é referida como “incompatível com a índole de nosso idioma” (PL 6510/21); como um “desvio da língua [...] [que] não provém de dialeto, de linguagem cultural, mas de construção arquitetada por militantes políticos” (PL 5773/22); como uma “linguagem estranha à Língua Portuguesa em utilização de flexão de gênero” (120/21); e que “ameaça gravemente a eficácia da própria língua portuguesa como veículo para a formação intelectual e a aquisição da cultura” (PL 211/21). Ela também é apontada como uma “engenharia comportamental” (PL 211/21), fruto de “tentativas” que seriam “inovações forçadas” (PL 5248/20) que “fere[m] a norma culta” (PL 6510/21), e também de “destruir não só o veículo pelo qual expressamos e transmitimos valores universais, mas principalmente a tentativa de reescrever a história para as gerações vindouras (PL 0357/20)”.

Enquanto alguns textos a tratam como “uma linguagem completamente errônea e descabida para a formação do aluno” [...] (PL 40/21); associada a “perversões e alterações maliciosas e progressistas” (PL 2013/20); outros nem mesmo a consideram como língua/linguagem, mas apenas como um “dialeto não binário” (PL 3310/21), e como algo “(que não é linguagem) [mas que] está destruindo os materiais linguísticos necessários para a manutenção e difusão da cultura” (Portaria 604/21).

O parágrafo único do PL 117/21 expande um pouco a definição de “linguagem neutra”, que passa a ser “toda e qualquer modificação do uso da norma culta” e fala em “infinitas possibilidades de gêneros não existentes”. Apesar de uma constante preocupação com a norma culta, alguns textos dessas proposições estão escritos de maneira incompatível com qualquer manual de norma culta, aparentemente sem nenhum trabalho de revisão ou tratamento textual padronizado. Considerando isso, alguns PLs

entram numa espiral paradoxal: se os textos fossem levados a sério literalmente, na íntegra, os próprios proponentes seriam alvos da punição que preveem. A proponente do PL 211/21, por exemplo, que sugere proibir “qualquer forma de uso que não esteja previsto pela norma culta” (PL 211/21) e o proponente do PL 511/21 que propõe que “a redação errônea de documentos, títulos e editais públicos nos termos deste artigo [ensejem] a sua invalidade” poderiam barrar a circulação de PLs como o 5422/20 que apresenta um texto com silepse de concordância, ortografia não padronizada e com falta de conectivos:

Figura 18 – Justificativa do PL 5422/20

Como legislador, precisamos fortalecer o padrão da norma culta do português, como se tem feito desde a sua fundação, evitando que qualquer tipo de discursão que não agregue valor ou que prejudique o ensino nas escolas possam ser motivos desconstrução da democratização da linguagem.

Fonte: Acervo da pesquisa (2022)

O PL 12/21, que propõe “vedar a deturpação da língua portuguesa”, também não segue a norma padrão de concordância de gênero, nem de uso padronizado de pronomes relativos e conjunções, tem redação truncada, não distingue sexo de gênero, e se refere a língua nacional como “língua nativa”:

Figura 19 – Justificativa do PL 12/21

#### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por escopo vedar a deturpação da língua portuguesa ocasionado pela imposição de “gênero neutro”, no qual, descaracteriza todas as diretrizes de educação estabelecidas pelos órgãos competentes, bem como a norma culta do português.

O “gênero neutro” é também chamado de terceiro sexo, haja vista que isso é comprovadamente inexistente, e a intenção é identificar quem não se reconhece como masculino ou feminino, mudando as letras “a” e “o” de adjetivos e substantivos por algo que se torne neutro, quando senão, utilizam-se “@” e “x” no lugar de vogais para que supostamente afaste a marcação binária de sexo.

Porém essa falaciosa bandeira de democratização da Língua Portuguesa nada mais é que apenas uma tentativa forçada de modificar a linguagem nativa, coordenada por alguns movimentos sociais, com intuito de influenciar e manipular tudo o que lhes convém ao seu favor, mesmo que não haja nenhuma base fundamental.

Fonte: Acervo da pesquisa (2022)

O PL 764/22, que também está preocupado em proibir o “uso direto ou indireto de neologismos não previstos na norma padrão da **lingua** portuguesa vigente” nem sequer acentua a palavra “língua” ao longo de seu texto.

Quase todas as proibições e vedações incidem sobre os mesmos espaços: “grade curricular, em materiais didáticos de instituições de educação infantil, ensino fundamental e superior e de cursos livres e assemelhados, públicos ou privados, bem como em editais de concursos públicos e em outros documentos oficiais” (PL 211/21; PL 54/21); “comunicações oficiais (todo e qualquer texto, verbal ou não)” (PL 6510/21); “nas prescrições indutoras das políticas educacionais e curriculares, bem como nos materiais didáticos utilizados nas instituições de ensino públicas e privadas.” (PL 2303/21); “escolas municipais mantidas pela Secretaria Municipal de Educação e demais equipamentos provedores de ensino; informação e cultura; e editais de concursos da Administração Municipal e nas escolas da rede particular da Cidade de São Paulo” (PL 12/21); “em certidões de nascimento ou quaisquer documentos oficiais de identificação expedidos, no âmbito do Estado do Espírito Santo.” (PL 191/22). A proposição 1404/22 extrapola um pouco o nível de censura e não só tenta coibir o uso da “linguagem neutra” nos espaços/materiais que estão sob alguma espécie de jurisdição pública/oficial, mas também propõe controlar a fala das pessoas, sugerindo proibir a “linguagem neutra” também “na comunicação oral”:

Figura 20 – Parte normativa do PL 1404/22

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2022.  
AUTORA: VEREADORA ELIZA VIRGINIA

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA  
“LINGUAGEM NEUTRA” NO ÂMBITO DO  
MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA decreta:

**Art. 1º** – Fica expressamente proibido, no âmbito do município de João Pessoa, a utilização da denominada “LINGUAGEM NEUTRA” na comunicação oral, na grade curricular ou no material didático de instituições de ensino públicos ou privadas, assim como em editais de concursos públicos, documentos, comunicações e publicidade oficiais de quaisquer repartições da prefeitura municipal de João Pessoa.

**Parágrafo único.** Para efeitos desta Lei entende-se por “LINGUAGEM NEUTRA”, toda e qualquer, forma de modificação do uso da norma culta da Língua Portuguesa e seu conjunto de padrões linguísticos, seja escrito ou falado, com a intenção de anular as diferenças de pronomes de tratamento masculinos e femininos baseando-se em infinitas possibilidades de gêneros não existentes, mesmo que venha a receber outra denominação por quem a aplica.

Fonte: Acervo da pesquisa (2022)

Outra prática recorrente na parte normativa dos Projetos são as penalidades decorrentes da “violação do direito do estudante” (PL 948/21) que, no caso, é o direito “ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta” (PL 948/21). As punições previstas ocorrem na forma de “sanções cabíveis por danos e ameaças ao patrimônio cultural, na forma da Seção IV da Lei nº 9.605/98” (PL 211/21); “sanções administrativas às instituições de ensino público e privado e aos profissionais de educação que concorrerem em ministrar conteúdos que prejudiquem direta ou indiretamente seu aprendizado à língua portuguesa culta.” (PL 27/22; PL 40/21); “multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) à instituição infratora, que será revertida à Secretaria de Educação do Distrito Federal” (PL 2303/21); e “multa no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais), cujo valor será revertido integralmente para a Secretaria de Educação para aplicação em programas de fomento, valorização e aprendizado da Língua Portuguesa Culta” (PL 2114/21).

Algumas proposições já preveem até mesmo punições para o caso de “reincidência” do uso de “linguagem neutra”: o PL 12/21 traz que “as escolas da rede particular de ensino da Cidade que incorrerem na vedação disposta no art. 1º desta Lei, estarão sujeitas às seguintes penalidades administrativas, **cumulativamente no caso de reincidência**: I - advertência; II - suspensão do alvará de funcionamento de estabelecimento.” (PL 12/21, grifo acrescentado); por fim, o PL 764/22 vai mais além prevendo que, em caso de reincidência, “as multas serão aplicadas em dobro”:

Figura 21 – Parte normativa do PL 764/22

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei garante aos estudantes, de todos os níveis de ensino público e privado, o direito ao aprendizado da língua portuguesa segundo a norma padrão vigente e de acordo com as orientações de ensino expressas no VOLP - Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.

Parágrafo único. Fica vedado, no âmbito educação brasileira, o uso direto ou indireto de neologismos não previstos na norma padrão da língua portuguesa vigente.

Art. 2º O infrator que, comprovadamente, descumprir esta Lei estará sujeito ao pagamento das seguintes multas:

I – R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em caso de pessoa física;

II – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em caso de pessoa jurídica.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, as multas serão aplicadas em dobro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fonte: Acervo da pesquisa (2022)

Em nenhuma dessas proposições com sanções financeiras e administrativas fica claro como isso de fato poderia ser fiscalizado. Como justificativa, os proponentes argumentam estarem lutando para “salvaguardar [e preservar] (...) a integridade do idioma pátrio” (PL 211/21 e PL 6510/21), idioma este que é reiteradas vezes adjetivado de “patrimônio cultural imaterial das nações” (PL 211/21) e “Patrimônio nacional” (PL 6510/21), e reiteram que “o respeito à língua pátria fortalece a cultura, o civismo e valoriza a Nação.” (PL 5773/22), e estarem empreendendo todos “os meios necessários para valorização da língua portuguesa culta em suas políticas educacionais, fomentando iniciativas de defesa aos estudantes na aplicação de qualquer aprendizado destoante das normas e orientações legais de ensino.” (PL 40/21).

Outra situação recorrente é que, em vários casos, o que começa como uma definição/descrição da “linguagem neutra” desliza para um cenário caótico associado a uma espécie de “destruição” cultural. O PL 40/21, que associa a neutralização dos pronomes com um atentado ao “direito do cidadão criciumense, sobretudo, dos estudantes, em obter uma educação que o qualifique para os desafios profissionais”, afirma que o recurso deve “ser rechaçado, sob pena de prejudicar, frontalmente, o **desenvolvimento social da população brasileira, como um todo.**” (grifos acrescentados).

O PL 0357/20, que reproduz um “parecer técnico” escrito por uma professora de língua portuguesa, encerra sua justificativa se referindo à “linguagem neutra” simplesmente como “um perigo linguístico mortal”:

Figura 22 – Justificativa do PL 0357/20



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Terminamos com os dizeres da L'Académie Française, órgão semelhante à nossa Academia Brasileira de Letras, o qual se posicionou sobre o movimento da linguagem neutra na língua francesa:  
“Frente a essa aberração ‘inclusiva’, a língua francesa está agora em perigo mortal, pelo qual nossa nação é responsável agora para as gerações futuras”.  
Perigo linguístico mortal é exatamente isso que representa o pseudoinclusivo dialeto não binário.”

Fonte: Acervo da pesquisa (2022)

O PL 2303/21, que inicia explicando que “a linguagem neutra consiste em não determinar gênero masculino ou feminino para incluir pessoas não-binárias (aquelas que não se identificam como homens ou mulheres)”, logo escala a descrição para dizer que isso representa “o princípio de uma tragédia histórica: a ideologia de gênero sendo propagada em escolas”, e em seguida fala sobre destruição do “princípio de separação entre meninos e meninas” e até sobre uma “eventual disforia de gênero” (Figura 24):

Figura 23 – Justificativa do PL 2303/21

A adoção de uma linguagem neutra a ser ensinada a crianças é o princípio de uma tragédia histórica: a ideologia de gênero sendo propagada em escolas. A linguagem neutra, além de ser um português ensinado errado, suprime as diferenças entre homens e mulheres, impõe uma assepsia de gênero que destrói o princípio de separação entre meninos e meninas.

Anular as diferenças de pronomes de tratamento em nome de uma eventual disforia de gênero de uma pequena minoria de pessoas que se sintam desconfortáveis dentro do seu próprio sexo para criar uma linguagem e um comportamento não binário, é uma ignorância calculada dentro do escopo de uma guerra cultural, isso significa perverter e confundir algo natural e ensinar isto a crianças é um crime monstruoso.

Fonte: Acervo da pesquisa (2022)

O PL 2013/20 não fica atrás em termos dramáticos, associando o uso da “linguagem não-binária” a uma “pressão vexatória” com “requisito de crueldade” da nossa “Língua materna” que estaria sendo “pervertida” no intuito de atender a uma “pauta identitária imaginária na contramão da ciência biológica”:

Figura 24 – Justificativa do PL 2013/20

rojeto de Lei

05/12/2020 09:20

### JUSTIFICATIVA

Atualmente, nos tornamos testemunhas da destruição sistemática de nossa cultura, em todos os níveis, com especial requinte de crueldade sobre a nossa Língua materna, pervertida para atender às pressões de grupos ínfimos que pretendem derrubar sua norma culta para implementar uma degenerescência canhestamente chamada de linguagem neutra, uma suposta "evolução" das regras gramaticais para atender outras supostas "evoluções" sociais em curso. Nada mais longe da verdade, pois mudanças linguísticas não ocorrem em função de pressões vexatórias e constrangedoras que são o método básico de ação desses grupos de pressão e nem surgem para atender pautas identitárias imaginárias e na contramão da ciência biológica.

Fonte: Acervo da pesquisa (2022)

Uma outra recorrência discursiva é que várias proposições afirmam estarem lutando contra uma espécie de “implementação” do gênero neutro no Brasil. O PL 12/21, por exemplo, tem “por escopo vedar a deturpação da língua portuguesa ocasionado pela **imposição** do “gênero neutro”. Outro que parte dessa premissa é o PL 27/22 que faz a seguinte análise: “Considerando o atual cenário no nosso país, não são raras as vezes em que o ensino da “linguagem neutra” é **imposto aos estudantes**, atendendo à uma pauta ideológica específica que tenta, diariamente, dissolver os conceitos de gênero e família.” (grifo acrescentado). Outro projeto de lei nesse sentido é o 5198/20 que é “apresentado em resposta a tentativas isoladas de **impor uma visão linguística** que reconheceria no português um terceiro gênero, o neutro, ao lado dos gêneros masculino e feminino”. Já o PL 24346/21 parte do pressuposto de que “Recentemente, alguns grupos da sociedade **passaram a tentar instituir** a chamada “linguagem neutra”, inventando palavras que seriam classificadas como de gênero neutro.” (grifos acrescentados).

Por fim, uma última característica predominante que identifiquei à medida que ia fazendo a leitura integral dos 48 PLs registrados é que os proponentes estavam cientes de não estarem propondo algo inédito. Vários são os Projetos que mencionam a existência de outros, seja como inspiração, como exemplo ou até mesmo como uma justificativa para sua existência.

O PL 663/20 menciona “outras proposições legislativas semelhantes” e faz uma menção direta a “Junio Amaral” (deputado proponente do PL 5198/20). O PL 1725/20 se diz uma proposição “orientada por outros Projetos de lei”. O PL 2013/20 menciona os nomes de “Márcio Gualberto e Anderson Moraes” e “Guilherme Derrite” (responsáveis pelas propostas 3325/20 e 5248/20, respectivamente). O PL 511/21 menciona simplesmente “BH” (fazendo referência ao PL 40/21), e os números “5248” e “3325”, números referentes a outros PL. O PL 120/21 menciona o nome “Caroline di Toni”, a proponente do PL 5385/20. O proponente do PL 2866/21 se diz “inspirados em Decreto editado pelo Governo do Estado de Santa Catarina” (a redação está na primeira pessoa do plural, mas o texto é assinado por apenas um proponente). E o PL 5773/22 faz menção direta à Portaria 604/21.

Além de menções explícitas a existência de outras proposições como inspiração, existe um outro tipo de diálogo entre essas proposições: frases, períodos e até parágrafos inteiros aparecem repetidos, não como citações, mas simplesmente replicados, sem menção a qualquer tipo de autoria original. Quando reparei que isso estava ocorrendo

algumas dezenas de vezes, comecei a tomar notas de maneira a fazer alguns agrupamentos. Ilustro essa situação através de oito PLs (Figuras 26, 27 e 28):

Figura 25 – Entextualização entre o PL 117/21 e o PL 2303/21

|   |   |
|---|---|
| <p><b>PL 117/21</b><br/>(14/06/2021)</p>  | <p><b>Não devemos permitir a confusão na cabeça de uma criança e a linguagem neutra pode lhe trazer a dúvida quanto a sua sexualidade. <u>Se um pronome de tratamento masculino ou feminino são proibidos, as diferenças biológicas naturais entre homens e mulheres começam a ser suprimidas. Homens e mulheres, são biologicamente separados, mas culturalmente unidos pelas diferenças. nunca pela subtração forçada e autoritária das diferenças, através de uma ideologia de gênero.</u></b></p>   |
| <p><b>PL 2303/21</b><br/>(20/09/2021)</p> | <p>Um princípio linguístico, a supressão de pronomes masculino e feminino, é o começo da ação da destruição de uma percepção natural, biológica dos sexos, pois começa a mudar a percepção da realidade através da linguagem. Se uma palavra é proibida, impede-se o pensamento e a conceituação que aquela palavra enseja. <u>Se um pronome de tratamento é proibido, as diferenças biológicas naturais entre homem e mulher começa a ser suprimida pelo ensino focado da ideologia de gênero.</u> A ideologia de gênero suprime as diferenças, estas é o que tornam ricas as experiências humanas culturalmente, socialmente, humanamente reunidos. <u>Pelas diferenças, numa pela subtração imposta e autoritária das diferenças. Pelas diferenças, nunca pela subtração imposta e autoritária das diferenças.</u></p> |

Fonte: Acervo da pesquisa (2022)

Figura 26 – Entextualização entre o PL 5198/20 e o PL 212/21

|   |   |
|---|---|
| <p><b>PL 5198/20</b><br/>(17/11/2020)</p> | <p>Na língua de uma nação nada se acresce pelo uso da força ou do enviesamento político-ideológico. A língua e suas regras gramaticais amadureceram ao longo de séculos e continuam a evoluir, mas de modo lento e extensivamente refletido. Qualquer arroubo de opinião nesta seara não merece qualquer acolhida mais séria, sob pena de se corromper o liame comunicacional mais elementar de um povo: sua língua, o que faria jogar por terra todos os seus valores, identidade e história comum.</p> <p>Este projeto de lei é apresentado em resposta a tentativas isoladas de impor ao conjunto do todo nacional uma visão linguística que reconhecera no português um terceiro gênero, o neutro, ao lado dos gêneros masculino e feminino. A justificativa seria a inclusão de pessoas que não se identificam com nenhum dos dois gêneros ou, no caso do plural, para se referir a ambos de modo neutro.</p> <hr/> <p>Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_7904<br/>CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO<br/>PL 5198/2020</p> |
|---|---|

|                                 |   |
|---------------------------------|---|
| <p>PL 212/21<br/>(08/07/21)</p> | <p>Na língua de uma nação nada se acresce pelo uso da força ou do enviesamento político-ideológico. A língua e suas regras gramaticais amadureceram ao longo de séculos e continuam a evoluir, mas de modo lento e extensivamente refletido. Qualquer arroubo de opinião nesta seara não merece qualquer acolhida mais séria, sob pena de se corromper o liame comunicacional mais elementar de um povo: sua língua, o que faria jogar por terra todos os seus valores, identidade e história comum</p> <p>Este projeto de lei é apresentado em resposta a tentativas isoladas de impor uma visão linguística que reconheceria no português um terceiro gênero, o neutro, ao lado dos gêneros masculino e feminino. A justificativa seria a inclusão de pessoas que não se identificam com nenhum dos dois gêneros ou, no caso do plural, para se referir a ambos de modo neutro.</p> |
|---------------------------------|---|

Fonte: Acervo da pesquisa (2022)

Figura 27 – Entextualizações entre o PL 5248/20 e o PL 387/21

|                                    |   |
|------------------------------------|---|
| <p>PL 5248/20<br/>(23/11/2020)</p> | <p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p><u>Um dos mais polêmicos debates hodiernos sobre a Língua Portuguesa atine ao surgimento de uma neolinguagem que pretende modificar a utilização das vogais temáticas, ou, mais especificamente, implementar a chamada “linguagem neutra”.</u></p> <p>A proposta primacial dos <u>defensores dessa ideia baseia-se na premissa de que discursos direcionados a grupos de pessoas sejam alterados para que não se utilize mais o plural masculino.</u> Nesse diapasão, estabelece-se uma identificação artificial de gênero neutro, substituindo-se o artigo “o” por “x”, “@” ou outro símbolo que supostamente afaste a marcação binária de sexo masculino ou feminino.</p> <p>Trata-se, <u>em verdade, de uma tentativa forçada de modificação da Língua Portuguesa, capitaneada por alguns movimentos sociais, com a falaciosa bandeira de democratização da linguagem.</u> Conforme salienta a presidente da Academia Argentina de Letras, Alicia Zorrilla, o modelo não possui qualquer apoio científico, carecendo de fundamento linguístico, o que o coloca fora do sistema gramatical<sup>1</sup>. Diversos são os fatores que sustentam essa afirmação, os quais passaremos a destrinchar.</p> |
|------------------------------------|---|

|                                   |   |
|-----------------------------------|---|
| <p>PL 387/21<br/>(18/08/2021)</p> | <p>Ora, em face disso, a presente proposta vem combater <u>um dos mais polêmicos debates hodiernos sobre a Língua Portuguesa atinente ao surgimento de uma neolinguagem que pretende modificar a utilização das vogais temáticas, ou, mais especificamente, implementar a chamada “linguagem neutra”.</u></p> <p>Os <u>defensores dessa ideia se baseiam na premissa de que discursos direcionados a grupos de pessoas sejam alterados para que não se utilize mais o plural masculino.</u> Sustentam que a Língua Portuguesa é preconceituosa e machista e por isso deve haver uma mudança radical em sua norma culta. Por exemplo, palavras como "todos" ou "todas" devem ser substituídas por "todes" ou "todx". Pronomes como "dele" ou "dela" são substituídos por "dili" ou "delx". Ou seja, buscam usar palavras neutras, impondo <u>uma identificação artificial de gênero neutro, onde há a substituição de artigos, como “o” por “x”, “@” ou outro símbolo que supostamente afaste a marcação binária de sexo masculino ou feminino, afastando a aplicação de ambos gêneros.</u></p> <p>Fato é, <u>em verdade, uma tentativa forçada de modificação da Língua Portuguesa, capitaneada por alguns movimentos sociais, com a falaciosa bandeira de democratização da linguagem.</u></p> |
|-----------------------------------|---|



Fonte: Acervo da pesquisa (2022)

O grupo de PLs acima recontextualiza a seguinte organização discursiva: qualquer mudança linguística que não as já estabelecidas por políticas linguísticas anteriores são artificiais, forçadas e ideológicas; as reivindicações de movimentos sociais são desnecessárias e não devem ser consideradas sob pena de prejudicar a estrutura da língua; e a associação entre alteração da língua a uma alteração radical da “percepção” – expressa na ideia ambivalente de que diferenças “naturais” serão “suprimidas” pela língua.

Há mais um grupo de PLs que fazem circular pedaços de um “mesmo” texto. O texto em questão é um “parecer técnico” (assim chamado/apresentado dentro das proposições), escrito pela professora de língua portuguesa Cíntia Chagas (a mesma que mencionei na Introdução desta tese). O texto, “encomendado” para integrar um PL em específico (o PL 0357/20, de Ana Campagnolo), foi descontextualizado e recontextualizados algumas vezes, viajando inclusive para outros domínios (como para dentro de uma notícia<sup>57</sup>). Ilustro essa trajetória nas Figuras 29, 30 e 31:



<sup>57</sup> Publicada no portal Gazeta do Povo, assinada por “Andressa Muniz”, o texto não só comenta a existência de um Projeto, mas reproduz no corpo de seu texto um dos parágrafos que compõem o parecer escrito por Cíntia Chagas que aparece complementando a justificativa do PL 0357/20 de Ana Campagnolo de novembro de 2020.

Figura 28 – Entextualização 0357/20 e 5385/20 (Início do Parecer técnico)

|   |   |
|---|---|
| <p><b>PL 0357/20</b><br/>(23/11/2020)</p> | <div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <div style="text-align: center;">  <p>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA<br/>DO ESTADO DE SANTA CATARINA</p> </div> <div style="text-align: right;"> <p>GABINETE DA DEPUTADA<br/>ANA CAMPAGNOLO</p>  </div> </div> <p style="text-align: center;">Assim, entende-se que o que está em curso no Brasil e consequentemente no Ocidente é uma tentativa de destruir não só o veículo pelo qual expressamos e transmitimos valores universais, mas principalmente a tentativa de reescrever a história para as gerações vindouras, de modo que não sejam capazes de se conectar aos elementos civilizacionais, reerguendo-os dos escombros.</p> <p style="text-align: center;">A manobra orwelliana de controlar o futuro é inteiramente rebatida pelo parecer técnico abaixo disposto, tecido pela professora de português <b>CÍNTIA CHAGAS*</b>, que foi quem trouxe ao conhecimento desta Deputada a elaboração de Projeto de Lei similar a este no Distrito Federal, o que motivou a apresentação do presente Projeto de Lei no âmbito do Estado de Santa Catarina.</p> |
| <p><b>PL 5385/20</b><br/>(03/12/20)</p>   | <p style="text-align: center;">Assim, entende-se que o que está em curso no Brasil e consequentemente no Ocidente é uma tentativa de destruir não só o veículo pelo qual expressamos e transmitimos valores universais, mas principalmente a tentativa de reescrever a história para as gerações vindouras, de modo que não sejam capazes de se conectar aos elementos civilizacionais, reerguendo-os dos escombros.</p> <p style="text-align: center;">A manobra orwelliana de destruir o arcabouço civilizacional é inteiramente rebatida também pelo parecer técnico abaixo disposto, tecido pela professora de português <b>CÍNTIA CHAGAS<sup>4</sup></b>, o que motivou a apresentação do presente Projeto de Lei para que tenha alcance nacional. Eis o parecer:</p>  |

Fonte: Acervo da pesquisa (2022)

Figura 29 – Entextualização 0357/20 e 120/21 (Miolo do parecer técnico)

|            |  |
|------------|--|
| PL 0357/20 |  <p>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA<br/>DO ESTADO DE SANTA CATARINA</p>  <p>GABINETE DA DEPUTADA<br/>ANA CAMPAGNOLO</p> <p>gêneros. Isso se dá pelo seguinte fato: no latim, havia três gêneros, o masculino (terminado em -o), o feminino (terminado em -a) e o neutro (terminado em -u). Na passagem do latim para o português, devido à semelhança da terminação masculina com a terminação neutra, adotou-se o masculino para designar o próprio masculino e também o neutro. É por isso que, em exemplo dado pelo renomado pesquisador e professor da Unicamp, Sírio Possenti, "dizemos que o circo tem dez leões, mesmo que tenha cinco leões e cinco leoas, mas não dizemos, no mesmo caso, que tem dez leoas. Também é por isso que se pode dizer que todos nascem iguais em direitos, o que inclui as mulheres, mas não se incluiriam os homens se a forma fosse 'todas nascem iguais em direitos'".</p> |
| PL 120/21  | <p>Na passagem do latim para o português, devido à semelhança da terminação masculina com a terminação neutra, adotou-se o masculino para designar o próprio masculino e também o neutro.</p> <p>É por isso que, em exemplo dado pelo renomado pesquisador e professor da Unicamp, Sírio Possenti: "dizemos que o circo tem dez leões, mesmo que tenha cinco leões e cinco leoas, mas não dizemos, no mesmo caso, que tem dez leoas".</p>  |

Fonte: Acervo da pesquisa (2022)

Figura 30 – Entextualização 0357/20 e notícia Gazeta do povo (Miolo do parecer técnico)

|                         |   |
|-------------------------|---|
| Trecho do PL<br>0357/20 | <p>Entretanto, esse tipo de medida, além de inconstitucional, não possui absolutamente nenhum embasamento científico. Vejamos, pois, o que o linguista Joaquim Mattoso Câmara Júnior, um dos mais renomados estudiosos do nosso idioma, cujas pesquisas em linguagem vêm sendo desenvolvidas desde 1940, diz sobre o assunto. <b>Em seu artigo Considerações sobre o gênero em português, um dos principais trabalhos produzidos no Brasil sobre o tema, Mattoso Câmara explica que o gênero feminino é, em português, uma particularização do masculino. Essa particularização é feita pela terminação "a", que é diferente da terminação neutra "o", não havendo, então, nenhuma causa relacionada a um suposto machismo, mas às características morfológicas da língua portuguesa.</b></p> |
|-------------------------|---|

|  |   |
|--|---|
| <p>Trecho notícia<br/>Gazeta do povo</p> | <p>É isso que aponta o linguista Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1904-1970), em pesquisas sobre linguagem desenvolvidas desde a década de 1940.</p> <p>No artigo “Considerações sobre o gênero em português”, um dos principais trabalhos produzidos no Brasil sobre o tema, o linguista explica que o gênero feminino é, em português, uma particularização do masculino. Essa particularização é feita pela terminação “a”, que é diferente da terminação neutra “o”.</p> |
|--|---|

Fonte: Acervo da pesquisa (2022)

A partir da circulação do parecer de Cíntia Chagas, obras “históricas” e “linguísticas” foram mobilizadas e alguns trabalhos, nomes e falas específicas passaram a ser redistribuídas em vários espaços. As sequências discursivas aproveitadas são uma citação de Joaquim Mattoso Câmara Jr., referido como “um dos mais renomados estudiosos do nosso idioma”, uma citação de Sírio Possenti, apresentado como “renomado pesquisador e professor da Unicamp”, e uma fala da “Academia Francesa de Letras”, sem indicação de quem exatamente teria se pronunciado (trecho que reproduzi na Figura 22).

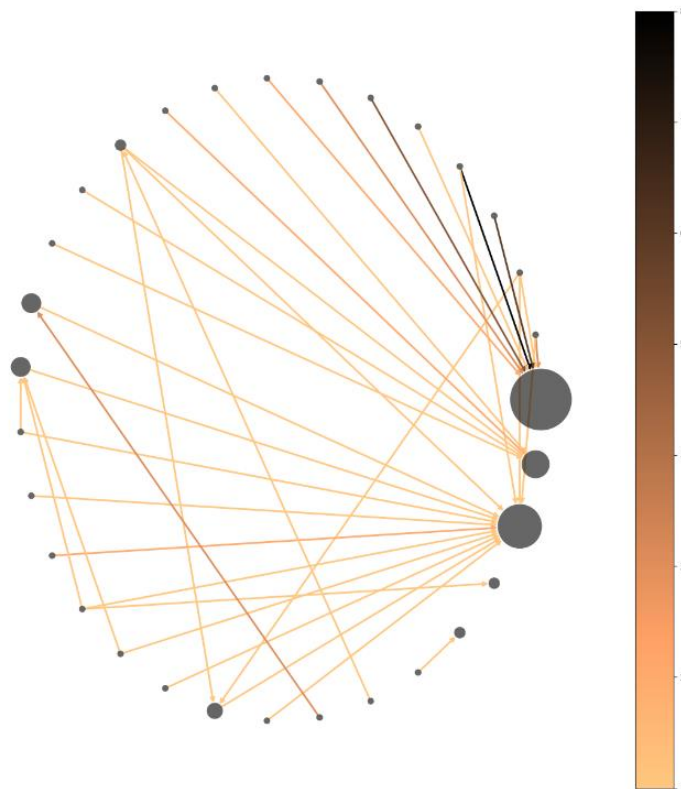
À medida que essa lista de pedaços extraídos e recontextualizados crescia nas minhas anotações, ela foi se tornando uma tabela; essa tabela logo se tornou uma planilha; e essa planilha logo se tornou uma sistematização a qual eu recorria para identificar sequências emblemáticas, recorrências e padrões discursivos. A partir dessa fase em que eu passei a tratar o material empírico de maneira sistematizada, me debrucei sobre o que parecia ser o primeiro resultado da exploração etnográfica: o funcionamento de uma rede textual articulada.

### 3.1.1 Os projetos de lei como uma rede textual articulada

Para visualizar melhor a ideia de “rede”, meu procedimento subsequente foi transformar a minha planilha de entextualizações (apresentada nos procedimentos metodológicos) num esquema visual de representação. Para isso, o grafo foi a alternativa visual que encontrei para dar o contorno às articulações que aparentemente se desenhavam. A Figura 32 é a primeira representação gerada a partir dos resultados da planilha que conecta 31 dos 48 arquivos de textos registrados, através de

entextualizações<sup>58</sup>, isto é, pedaços de texto que foram “sucessiva ou simultaneamente descontextualizados e metadiscursivamente recontextualizados” (Blommaert, 2005).

Figura 31 – Grafo 1: A rede textual articulada



Fonte: Autora (2023)

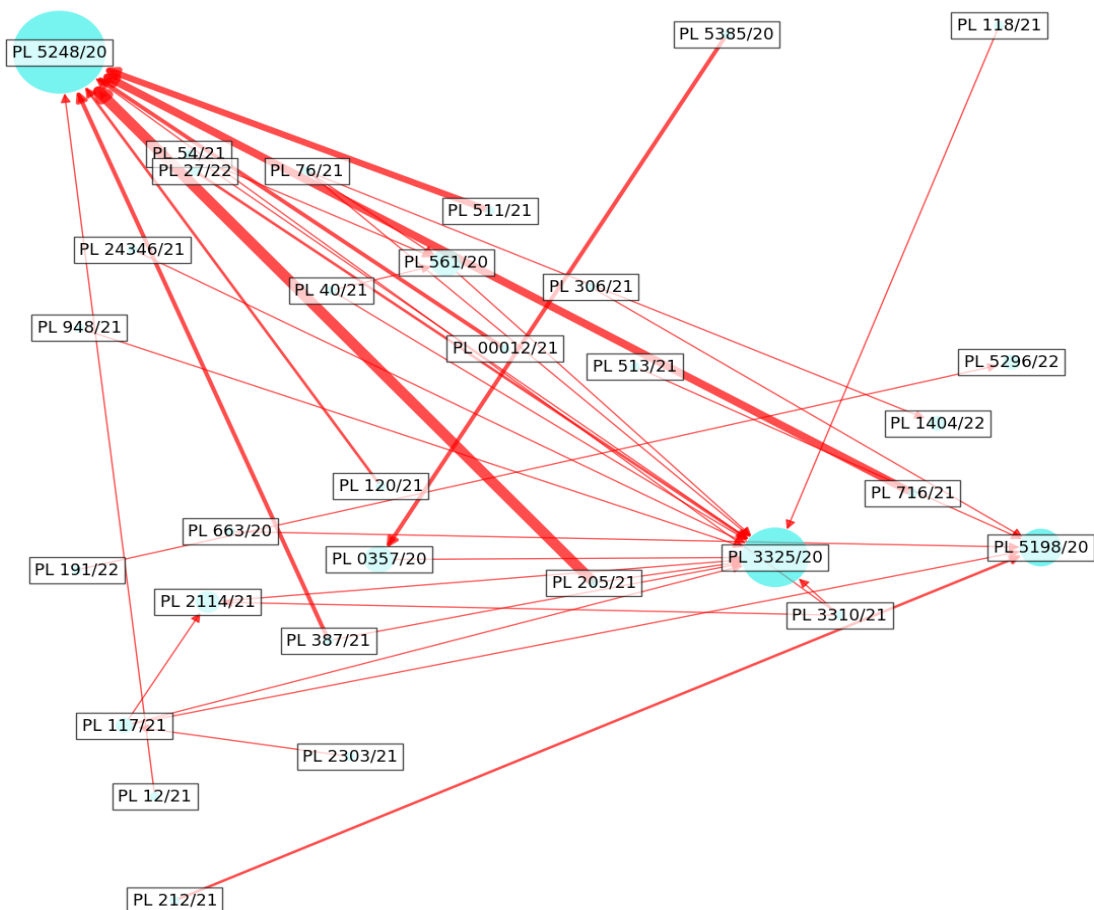
Cada circunferência preta neste grafo representa um PL. Cada linha de conexão representa as sequências textuais que os PLs têm em comum. Cada cor na escala cromática representa o volume de sequências repetidas. Quanto maior a circunferência de representação do PL, mais entextualizações esse PL fonte forneceu para outros. Quanto mais escura a linha de conexão que liga duas circunferências, mais sequências foram repetidas. Um exemplo: se olharmos para a maior circunferência da rede, é possível identificarmos uma linha totalmente preta que a conecta a uma circunferência bem pequena: isso significa que o PL fonte teve diversas sequências textuais copiadas pelo PL que realizou as entextualizações.

No intuito de nominalizar essas relações, gerei uma segunda visualização, identificando quais PLs estão conectados e de que forma (quem é o texto fonte, quem é o

<sup>58</sup> A planilha completa pode ser consultada aqui: <https://drive.google.com/file/d/1CU9BBnzLvFiPbSwHuYdBvlmsCd5r9nyh/view?usp=sharing>

texto que copia). O Grafo das entextualizações foi gerado com as mesmas informações do Grafo da rede textual articulada, mas está distribuído em um outro layout para uma melhor leitura dos números de identificação dos PLs:

Figura 32 – Grafo 2: Identificação das entextualizações



Fonte: Autora (2023)

Neste grafo, os critérios são: o tamanho das circunferências, a conexão e a espessura das linhas, e a direção das setas. O que marca a quantidade de vezes em que um PL foi fonte de entextualização para outro é o tamanho da circunferência. O que marca as entextualizações realizadas são as linhas de conexão e suas espessuras. A direção das setas mostra qual PL foi a fonte de entextualização para qual outro PL.

Um exemplo sobre as circunferências: os PLs 5248/20, 3325/20 e 5198/20 são as maiores fontes de entextualizações da rede (isto é, de onde as sequências repetidas

partem), e por isso aparecem nas circunferências maiores. Em relação às linhas de conexão: os PLs 205/21, 716/21 e 511/21 são os textos que copiaram o maior número de sequências textuais provenientes do PL 5248/20, e por isso aparecem conectados por linhas de espessura mais grossas. Sobre a direção das setas<sup>59</sup>: o PL 0357/20 foi a fonte para o PL 5385/20 realizar uma entextualização.

Um último episódio que encerra essa etapa da exploração voltada para a comprovação do funcionamento de uma rede textual articulada foi o meu encontro com um artigo de Signorini e Lucena, publicado em 2023. O artigo em questão trata da “captura da questão da linguagem neutra pelo sistema bolsonarista” e foca na análise da “economia política em ativismos no twitter”. Ao fazer uma contextualização e comentar a existência e circulação dos Projetos de Lei contrários à “linguagem neutra”, Signorini e Lucena – numa nota de rodapé - me fornecem o caminho direto para o “modelo textual” que eu estava há meses perseguindo:

São projetos semelhantes, **pois seguem um mesmo modelo, colocado à disposição para cópia, como explicitado pela então deputada estadual catarinense Ana Campagnolo** em entrevista videogravada, disponível em: <https://youtu.be/zAy1E4Ha8QI> . Acesso em 20.12.22. (SIGNORINI; LUCENA, 2023 p. 4, grifo acrescentado)

Além disso, entre os tweets que Signorini e Lucena analisam, um em específico me chamou a atenção: um em que Cíntia Chagas faz explicitamente o papel de uma “crusader” no sentido que Deborah Cameron (1995) explica sobre práticas de higienismo verbal – totalmente compromissada com uma verdadeira batalha contra a “linguagem neutra”, se colocando como disponível para qualquer deputado que necessite de “embasamento teórico para criar projetos de lei” (Figura 34):

---

<sup>59</sup> Para uma melhor visualização de todas as setas, ampliar zoom para 150%

Figura 33 – Tweet de Cíntia Chagas



Além de me fornecer esses ultimatoss empíricos, a leitura de Signorini e Lucena (2023) me ajudou a redimensionar uma última parte da exploração etnográfica voltada para o regime proibitivo: até então, eu estava tratando as notícias que ia encontrando pelo caminho apenas como um grande “volume textual”, como um mosaico de notícias. Porém, em determinado momento, percebi que elas poderiam estar funcionando também como parte integrante desse fio de entextualizações costurado pelos Projetos, pois estavam levando uma mesma organização metadiscursiva para fora do âmbito legislativo e alcançando um domínio discursivo que conta com uma estrutura propícia para o realce de extremos (CESARINO, 2022): o meio digital.

### 3.1.2 A esfera digital como uma extensão discursiva da rede textual articulada

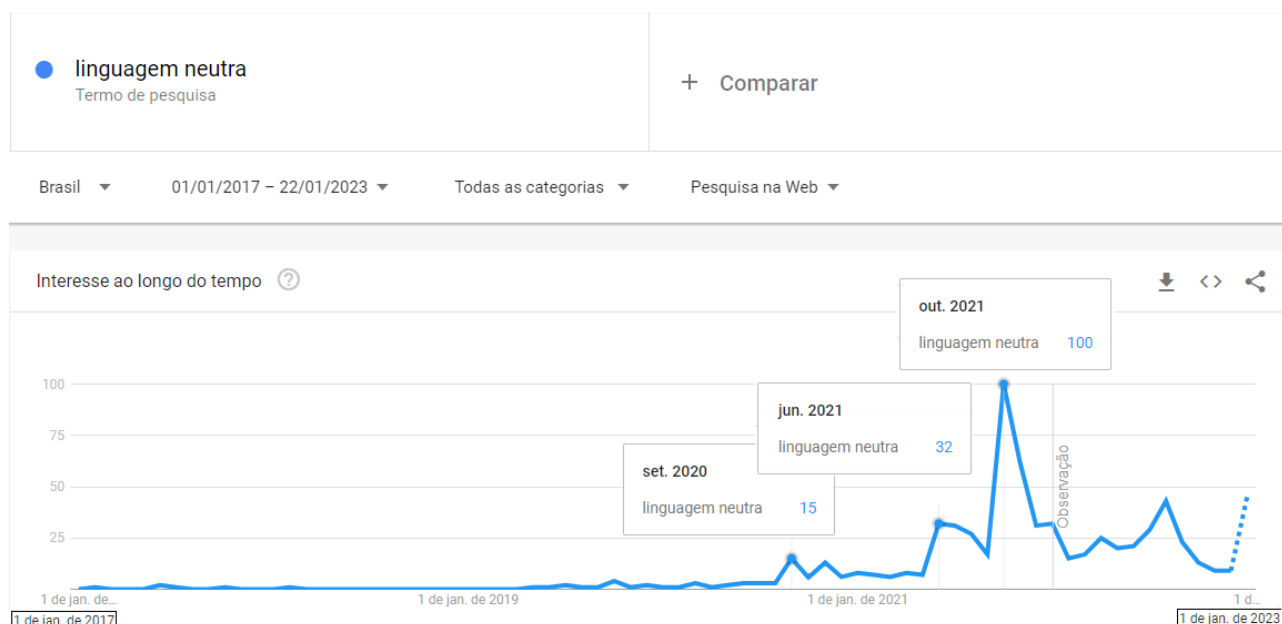
Durante o processo de registro e mapeamento do material proibitivo, muitos dos links que me direcionavam para o texto dos Projetos estavam dentro de portais de notícias diversos, sites das Assembleias e Câmaras, e para as redes sociais dos parlamentares envolvidos. Durante esse momento da exploração etnográfica, pude registrar algumas informações que expandiram a teia discursiva proibitiva para além dos Projetos de Lei. Apresento agora o que compreendo como uma extensão discursiva da produção legislativa: a circulação de textos que reproduzem a mesma organização metadiscursiva dos Projetos na esfera digital.

Figura 34 – Mosaico de notícias



O interesse pelo tema da “linguagem neutra” no Brasil teve um crescimento considerável nos últimos anos. De 2017 para 2023, as buscas pelo termo “linguagem neutra” aumentaram exponencialmente. A evolução dos números se dá sobretudo nos anos de 2020, 2021 e 2022, com o pico das buscas ocorrendo no mês de outubro de 2021. Para afirmar isso, estou usando como fonte dados fornecidos pela ferramenta Google Trends (Figura 36):

Figura 35 – Pesquisa do termo “linguagem neutra”, período 2017-2023



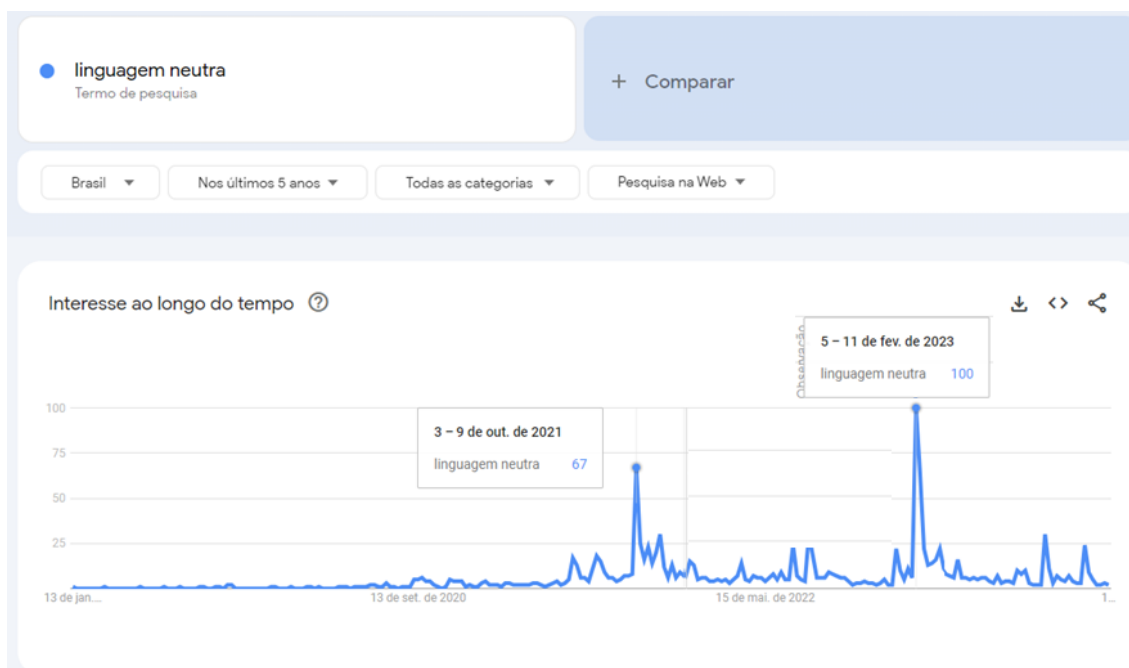
Fonte: buscador do Google (2023)

Esse modelo de gráfico de linhas mostra um parâmetro de evolução e regressão associado às buscas por um termo e é gerado automaticamente por uma ferramenta própria dentro do navegador do Google<sup>60</sup> a partir da escolha de um termo de pesquisa e de uma data específica. As legendas com os meses e os números relativos às buscas aparecem quando se passa o mouse por cima das linhas do gráfico. As linhas pontilhadas (ao final da linha cronológica) significam que os dados ainda são parciais. A marcação em que se lê “Observação” aparece com a seguinte explicação “Fizemos uma melhoria no nosso sistema de coleta de dados em 01/01/2022.”, mas sem detalhes sobre que tipo de melhoria seria essa.

Refazendo essa busca em 2024, consegui observar o relatório completo dos dados que apareciam como parciais no início de 2023, e o que encontrei foi um novo pico de buscas ocorrendo em fevereiro de 2023, com o resto do ano seguindo em baixa:

<sup>60</sup> Disponível em: <<https://trends.google.com/trends/?geo=BR>>

Figura 36 – Pesquisa do termo “linguagem neutra”, período 2019-2024



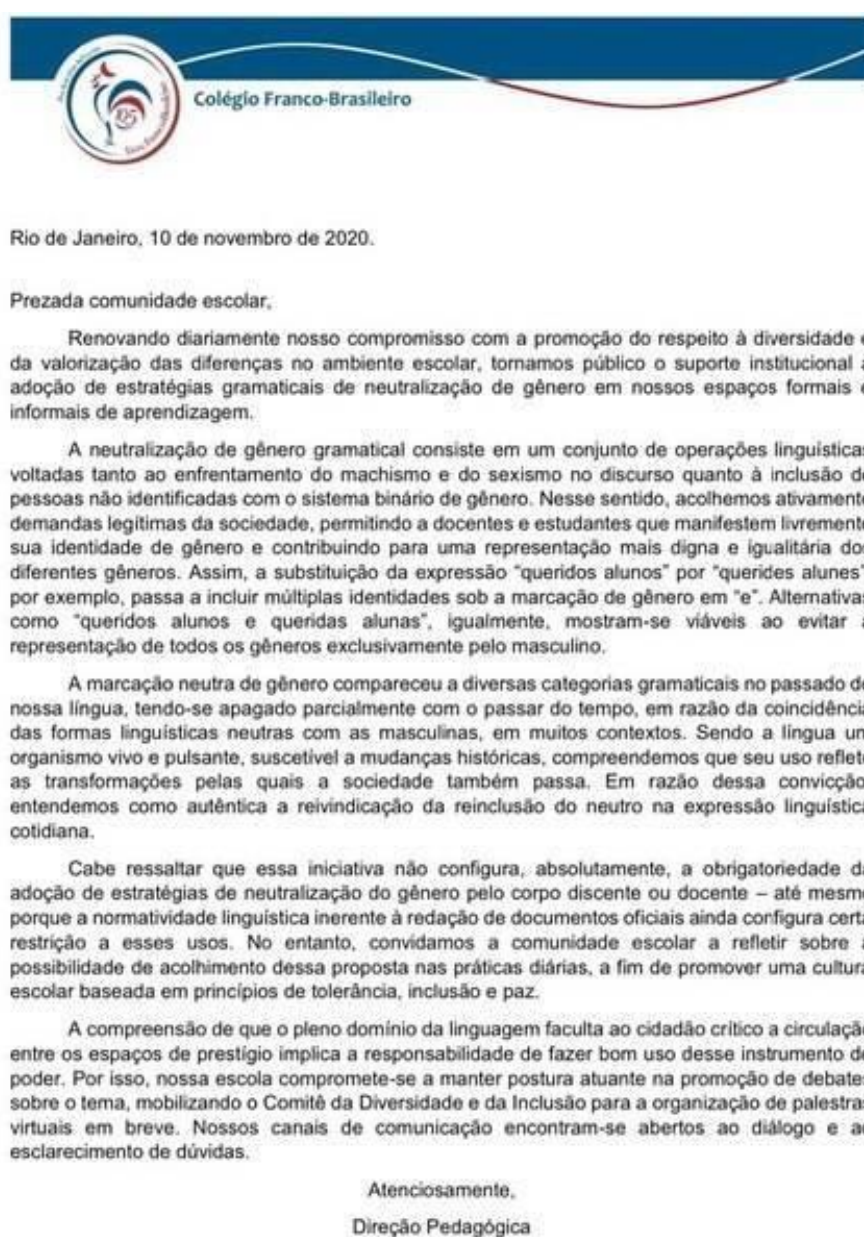
Fonte: buscador do Google (2024)

Exponho essa linha do tempo como uma representação do que apresentarei neste capítulo: a discussão pública sobre “linguagem neutra” no Brasil com base em um conjunto de textos, em uma linha cronológica textual que se inflama sazonalmente. Na tentativa de localizar alguns dos eventos motivadores ou relacionados a esses picos repentinos de interesse, apresento neste material empírico não só as propostas legislativas encontradas, mas também casos de repercussão nacional envolvendo a “linguagem neutra” que se entrelaçam com o contexto de circulação das proposições registradas.

Nesse processo, identifiquei alguns casos sobre a “linguagem neutra” que tiveram repercussão nacional, e que acredito terem relação com os picos de buscas que apresentei no início desse capítulo através da ferramenta Google Trends. Apresento aqui três casos: o caso envolvendo o primeiro PL a circular no Brasil (o PL 33250/20, do Rio de Janeiro), o caso envolvendo o primeiro PL a se tornar um decreto de lei no Brasil (PL 948/21, de Rondônia), e a primeira proposição a nível federal (Portaria 604/21). Em seguida, trago um mosaico de notícias e de postagens que reproduzem o seguinte ciclo textual: protocolização do projeto > postagem sobre tramitação do projeto > notícia sobre a postagem sobre a tramitação; e por fim trago alguns casos anômalos (projetos sem arquivo textual disponível, parlamentares que protocolizam projetos repetidos etc.).

A contenda envolvendo o PL 3325/20 se inicia em novembro de 2020 e envolve diretamente o Colégio Franco-Brasileiro, localizado no Rio de Janeiro. A polêmica se inicia a partir de um comunicado, postado no site institucional da escola e assinado pela Direção Pedagógica. O comunicado foi apagado do site institucional, mas foi possível encontrá-lo facilmente porque além de ter sido noticiado, foi replicado em diversas notícias divulgadas sobre o caso, que gerou uma cadeia intensa de outros textos, publicados nos jornais O Globo, Gazeta do Povo, Metrôpoles, Último Segundo IG, CNN Brasil, para citar apenas alguns (Figura 38):

Figura 37 – Comunicado do Colégio Franco-Brasileiro



Fonte: publicado no Último Segundo IG<sup>61</sup>

A CNN Brasil retratou o caso em seu canal de TV (Figura 39), usando o espaço para mencionar também a ocorrência de um outro tipo de texto: a protocolização do primeiro Projeto de Lei (PL 3325/20) a estabelecer “medidas protetivas ao direito dos estudantes do estado do Rio de Janeiro ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino”. A proposta data de 11 de novembro de 2020, um dia após a circulação do comunicado. Tudo indica que essa data marca o início da ofensiva legislativa contra a “linguagem neutra” no Brasil.

Figura 38 – “Discussão sobre gênero neutro em colégio tradicional do Rio vai parar na Alerj”



Fonte: Canal da CNN Brasil (Youtube, 2021)<sup>62</sup>

No dia 12 de novembro, um dia após a apresentação do PL, o Colégio publica novamente um outro texto, dessa vez em formato de “nota de esclarecimento”<sup>63</sup>, onde afirma que “continuará a seguir o padrão da norma culta do português, como tem feito desde sua fundação”, e reafirmando “respeito à autonomia de professores e alunos no uso da neutralização de gênero gramatical na escola”, e fazendo menção ao texto do dia 10 de novembro, que não consta mais no site da instituição, como “comunicado recente”.

A proliferação textual em torno desse acontecimento não se encerra aí. Alguns trechos do comunicado da escola e da nota de esclarecimento aparecem recolocados em

<sup>61</sup> Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2020-11-11/colégio-adota-linguagem-neutra-em-vocabulario-querides-alunes.html>>

<sup>62</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=SU3Q7XzpRmM&ab\\_channel=CNNBrasil](https://www.youtube.com/watch?v=SU3Q7XzpRmM&ab_channel=CNNBrasil)

<sup>63</sup> <https://liceufranco.com.br/nota-de-esclarecimento-neutralizacao-de-genero-gramatical/>

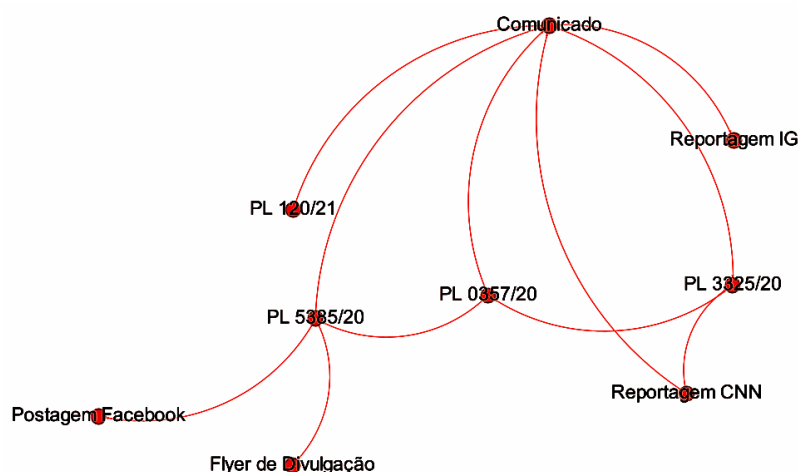
outros lugares. Uma parte da nota de esclarecimento foi reproduzida no texto da reportagem da CNN, e um trecho do comunicado da escola do RJ foi parar em três PLs de Santa Catarina (o PL 0357/20, de 23/11/20, o PL 5385/20, de 03/12/20 e o PL 120/21 de 15/06/21). O trecho aparece dentro de um parecer técnico escrito pela professora Cíntia Chagas. Reproduzo o trecho que se repete em questão:

Esse movimento [se referindo a “linguagem neutra”] tem tomado tamanha proporção que alcançou, em novembro deste ano, uma escola do Rio de Janeiro, cuja circular de comunicação aos pais saiu nos mais diversos jornais brasileiros. Nesse documento, os responsáveis pelo Colégio Franco-Brasileiro afirmaram: “(...) tornamos público o nosso suporte institucional à adoção de estratégias gramaticais de neutralização de gênero em nossos espaços formais e informais de aprendizagem”. (trecho da redação dos PL 0357/20, 5385/20 e 120/21)

O emblema “medidas protetivas aos estudantes” que aparece em dezenas de ementas de vários PLs surgidos após novembro de 2020 advém especificamente da situação ocorrida no colégio do Rio de Janeiro. O primeiro PL a usar esse texto foi o 3325, a partir dele, vários outros PLs anunciam “medidas protetivas educacionais”, repetindo esse fragmento em suas ementas mesmo sem nenhum fato motivador nos seus respectivos estados/municípios.

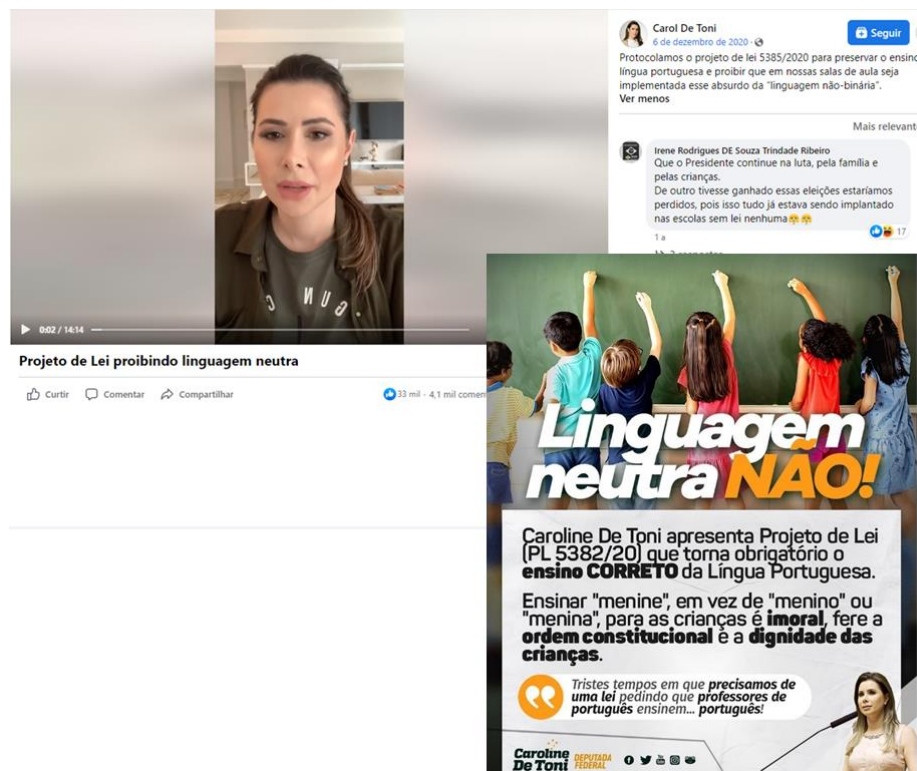
A trajetória desse caso do comunicado do Colégio Franco-brasileiro mostra como este tema se inflama e se multiplica – textualmente e discursivamente - muito rapidamente. A partir da situação ocorrida na escola – que começa com o Comunicado, quatro projetos de lei surgem, bem como notícias, postagens e reportagens para relatar o ocorrido. Acredito que o caso do Comunicado do colégio do Rio de Janeiro e o do PL 3325/20 sejam o início de um fio extenso de entextualizações que contam em várias arestas o desenrolar da produção discursiva em torno da “linguagem neutra”. Fiz uma esquematização para representar visualmente a “viagem” e o volume de textos gerados a partir desse caso:

Figura 39 – Viagens textuais a partir do Comunicado



As pontas que se referem a “postagem Facebook” e “Flyer de divulgação” e que aparecem diretamente relacionadas ao PL 5385/20 se referem a conteúdos postados no perfil da parlamentar Caroline de Toni, que imediatamente após a protocolação de seu Projeto, já estava fazendo a divulgação em suas mídias digitais:

Figura 40 – Postagens Carla de Toni



Fonte: Facebook Carla de Toni (2020)

Muitas vezes também ocorre uma reciclagem de postagens: o próprio parlamentar printa uma publicação feita em uma rede e a recontextualiza para outra rede. O ciclo textual aqui ocorre no seguinte sentido: um projeto é protocolado, em seguida o próprio parlamentar promove uma postagem sobre sua protocolação, a postagem sobre o projeto gera uma notícia, e algumas vezes uma outra notícia é gerada para noticiar a postagem, como se vê no caso abaixo:

Figura 41 - Publicação no Instagram de Nikolas Ferreira



Na Figura 42, o parlamentar Nikolas Ferreira publica em seu instagram um print de seu próprio tweet, para divulgar a aprovação em 2023 de seu projeto proposto em 2021. Esse mesmo “fato” foi noticiado no portal Estado de Minas, alguns meses depois:

Figura 42 – Notícia sobre postagem de Nikolas Ferreira



Fonte: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/08/19/interna\\_politica,1548649/nikolas-comemora-lei-que-proibe-linguagem-neutra-nas-escolas-de-bh.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2023/08/19/interna_politica,1548649/nikolas-comemora-lei-que-proibe-linguagem-neutra-nas-escolas-de-bh.shtml)

Vários outros parlamentares parecem estar reproduzindo esse mesmo ciclo textual. Através da chave “projeto linguagem neutra + nome do parlamentar/nome do estado”, inúmeros “flyers” aparecem e seguem um padrão (projeto > postagem > notícia):

Figura 43 – Postagens instagram Carlos Bolsonaro e Alberto Barreto



\*\*\*

Mais um caso que atingiu grandes níveis de repercussão teve seu início em março de 2021, o PL 948/21 era proposto para “estabelecer medidas protetivas ao direito dos estudantes de Rondônia ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona”. Após tramitar durante alguns meses, em outubro de 2021, o PL 948 se torna a primeira lei a ser sancionada no Brasil proibindo o “gênero neutro” nas escolas (do estado de Rondônia). A comemoração da decisão chegou ao nível de ser exibida em um outdoor (Figura 21):

Figura 44 – “Outdoor em Rondônia comemora a aprovação da lei que proíbe o uso da linguagem neutra nas escolas de RO”



Fonte: Gustavo Luz/Rede Amazônica (G1, 2021)

Além de ter sido a primeira lei a ser aprovada nesse sentido, o caso do PL 948/21 abre um precedente para todos os PLs subsequentes: uma resposta a nível federal, na forma de um parecer, que considerou o teor da proposta inconstitucional. O PL vai contra “a dignidade da pessoa humana”, um dos fundamentos da Constituição Federal de 1988.

Figura 45 – Parecer do ministro Edson Fachin

---

*Supremo Tribunal Federal*

**ADI 7019 MC / RO**

A norma é, ao menos do que se tem deste primeiro exame da matéria, formalmente inconstitucional, por usurpação da competência privativa da União.

A Lei 5.123/2021 do Estado de Rondônia visa estabelecer medidas protetivas ao direito dos estudantes do Estado de Rondônia ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona.

As competências federativas sobre a matéria são distribuídas entre a União, que privativamente legisla sobre diretrizes e bases da educação, e entre a União e os Estados, que concorrentemente legislam sobre educação.

Figura 46 – continuação Parecer do ministro Edson Fachin

Sendo esses os parâmetros nacionais, é fácil reconhecer que a norma impugnada, ao proibir determinado uso da linguagem, atenta contra as normas editadas pela União, no legítimo exercício de sua competência privativa, já que, a pretexto de valorizar a norma culta, ela acaba por proibir uma forma de expressão. O diploma impugnado é, portanto, formalmente inconstitucional.

A norma também ofende materialmente a Constituição.

3

O parecer de inconstitucionalidade foi emitido pelo ministro Edson Fachin em 16 de novembro de 2021. Naquele período, sua existência e circulação começaram a aparecer como entrave na tramitação de outros projetos, como ocorreu no PL 6510/21 de Humberto Teófilo, em que a relatoria cita o teor inconstitucional da proposta explicitamente, com base tanto na Constituição Federal quanto no parecer do Ministro.

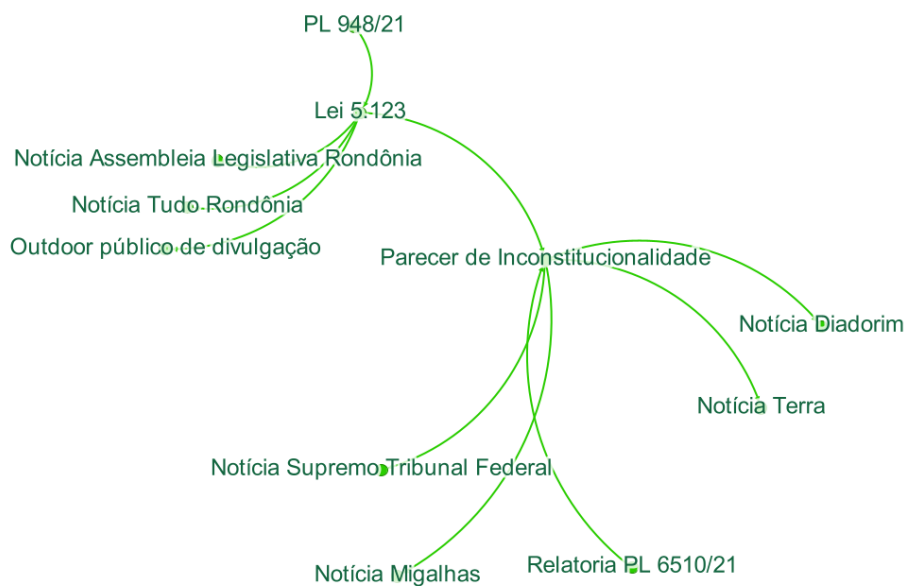
O relator do PL 6510/21 também argumenta que “a restrição da linguagem para se referir às pessoas conforme o seu gênero restringe o direito de personalidade, que integra o direito constitucional à dignidade da pessoa humana.” (Amilton Filho, p. 2), cita o caso da lei de Rondônia, replica o parecer integral de Edson Fachin<sup>64</sup>.

A partir do caso envolvendo o PL 948/21, vários outros textos nasceram e circularam. Novamente, há uma profusão textual intensa em volta de uma protocolação. Ilustro essa viagem textual gerada a partir do caso PL 948/21 na Figura 47:

---

<sup>64</sup> O parecer completo pode ser consultado aqui:  
<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI7019.pdf>

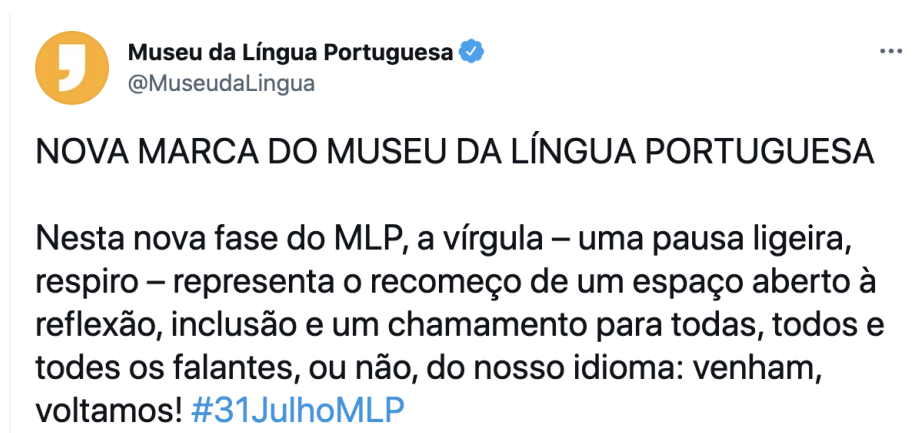
Figura 47 – Viagens textuais a partir do PL 948/21



Apesar do precedente aberto – isto é, a partir do fato de que após o parecer de Fachin os projetos subsequentes nascem todos inconstitucionais - até hoje, em 2024, parlamentares estão propondo a proibição da “língua neutra” e tramitações continuam avançando (até onde estou informada em fevereiro de 2024, o último a ser aprovado foi em janeiro de 2024, na Câmara Municipal de Natal).

Outubro de 2021 também se relaciona com uma terceira e última situação que ocupou textualmente alguns espaços digitais. Esse caso tem início em julho de 2021, mas passou por um “prolongamento” que levou a uma geração de textos até outubro. Os agentes envolvidos são Museu da Língua Portuguesa, o Secretário de Cultura do governo federal à época (Mário Frias), e seu assessor (André Porciuncula). Tudo começa a partir da seguinte publicação (Figura 49):

Figura 48 - Convite para reinauguração do MLP



Fonte: twitter oficial do MLP (2021)

O MLP sofreu um incêndio no dia 21 de dezembro de 2015, e desde então estava fechado e em reforma. Esse tweet foi uma das formas de convidar as pessoas para a sua reinauguração, 6 anos depois, no dia 31 de julho de 2021.

A publicação, no entanto, gerou discussão por conta da palavra “todes”, e diversos portais de notícias (O tempo, Portal Correio, Folha Uol) replicaram não o fato de o MLP estar em reinauguração depois de tantos anos, mas as escolhas linguísticas da instituição nesse tweet, e o que inflamava mais ainda o assunto era a menção à reação do então Secretário de Cultura Mário Frias, que se manifestou publicamente (em seu perfil oficial do Twitter) dizendo que “tomaria medidas”<sup>65</sup> para “impedir que usem o dinheiro público federal para suas piruetas ideológicas.” Após essa postagem, mais portais de notícia (Correio Braziliense, Metrôpoles, Jovem Pan News) começaram a replicar o tweet do secretário, que se referia ao tweet do MLP.

O secretário também afirmou à época que “se o governo paulista se comporta como militante, vandalizando nossa cultura, não o fará com verba federal.”<sup>66</sup> Alguns meses depois, em outubro de 2021, a Portaria 604/21, que veda “nos projetos financiados pela Lei nº 8.313/91, o uso e/ou utilização, direta ou indiretamente, além da apologia, do que se convencionou chamar de linguagem neutra”, é publicada e assinada por André Porciuncula, subsecretário adjunto à pasta gestada por Mário Frias naquele período.

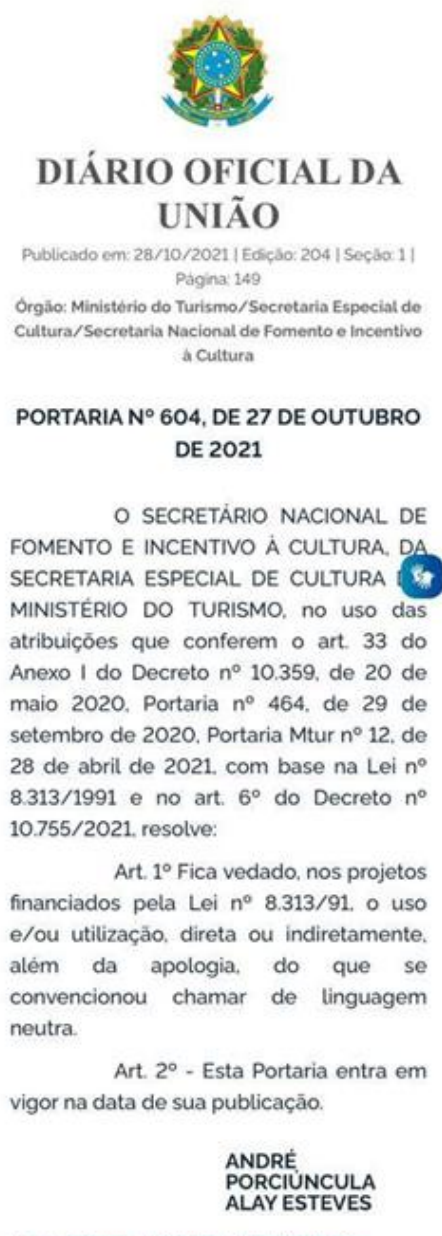
Esse caso também demonstra como o espaço digital pode funcionar como uma extensão de divulgação das propostas: no caso da portaria 604/21, que foi “justificada”

<sup>65</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/07/mario-frias-diz-que-museu-da-lingua-portuguesa-vandaliza-cultura-ao-usar-todes.shtml>> Acesso 12 nov. 2022

<sup>66</sup> Disponível em: <<https://twitter.com/mfriasoficial/status/1418704496427995146>> Acesso em 14 nov. 2022

no twitter, pelo secretário. André Porciuncula usou de uma rede social como uma extensão contextual de sua proposta. O texto da Portaria não fornece espaço para justificativas, então ele usou a rede Twitter para publicar uma série de tweets “explicando” sua iniciativa (Figura 50):

Figura 49 – Portaria Nº 604/2021 e tweets de justificativa



Fonte: Twitter oficial de André Porciuncula (2021)

Como foi possível perceber pelos casos acima, dezenas de portais digitais veicularam e veiculam textos sobre a existência, tramitação, justificativas,

desdobramentos e até levantamentos sobre as proposições legislativas contrárias à “linguagem neutra” espalhados pelo Brasil.

Por fim, ainda quando eu estava na busca por registrar todos os arquivos textuais dos Projetos de que tinha notícia, notei algumas anomalias. A primeira envolve o parlamentar Rodrigo Valadares:

Figura 50 – Anúncio do PL de Rodrigo Valadares pela Alese



Fonte: postado no twitter da ALESE (2020)

No tweet acima, a Alese (Assembleia Legislativa de Sergipe) informa que o parlamentar em questão apresentaria “projeto de lei para regulamentar a linguagem neutra como forma de preservar a língua portuguesa”. Além da “notícia” estar redigida de maneira imprecisa, visto que Rodrigo Valadares desejava proibir a “linguagem neutra” e não regulamentá-la, a proposta nunca se concretizou.

Figura 51 – Divulgação de um PL inexistente por Rodrigo Valadares



Fonte: postado no facebook de Rodrigo Valadares (2020)

Em vídeo postado em seu próprio perfil, Rodrigo afirma que protocolou um projeto contra a “linguagem neutra”. Mas até a presente data (27/01/2024)<sup>67</sup>, o texto não existe na Assembleia Legislativa do estado do proponente. Mas existe como postagem, como vídeo, como proclamação, um ato de fala performativo.

O caso de Rodrigo Valadares é um entre oito anomalias que encontrei nesse mesmo sentido: propostas que foram noticiadas, postadas e comentadas, mas que não foram de fato protocoladas. Na Tabela 2, elenco todos os projetos que encontrei noticiados, com número de identificação ou com autoria responsável, mas cujos arquivos textuais não estão disponíveis em sistemas de busca digitais (buscador Google e buscador em site de órgãos legislativos):

Tabela 2 – Projetos de lei sem arquivo de texto

| Número do PL   | Proponente      | Partido       | Âmbito    | Estado | Data       |
|----------------|-----------------|---------------|-----------|--------|------------|
| PL 007/21      | Filipe Martins  | PL            | MUNICIPAL | TO     | ??/??/2021 |
| PL 105/22      | Marcos Duarte   | Solidariedade | MUNICIPAL | TO     | 26/07/2022 |
| PL 1073/21     | Rafael Correia  | PP            | MUNICIPAL | RN     | ??/??/2021 |
| NÃO ENCONTRADO | Cadmiel Bomfim  | PSDB          | ESTADUAL  | AC     | ??/10/2021 |
| NÃO ENCONTRADO | Pastor Jeferson | PSD           | MUNICIPAL | MT     | 28/09/2021 |

<sup>67</sup> As únicas atividades registradas de Rodrigo Valadares no estado de Sergipe são votos em requerimentos, e nenhum se relaciona com “linguagem neutra”.

|                |                   |       |           |    |            |
|----------------|-------------------|-------|-----------|----|------------|
| PL 4430/21     | Rodrigo Amorim    | PTB   | ESTADUAL  | RJ | 29/06/2021 |
| NÃO ENCONTRADO | Rodrigo Valadares | União | ESTADUAL  | SE | 04/12/2020 |
| NÃO ENCONTRADO | Felipe Alves      | União | MUNICIPAL | RN | 28/04/2021 |

Fonte: Autora (2022)

Uma última anomalia que notei são parlamentares que submeteram dois Projetos de Lei para restringir a “linguagem neutra” em anos diferentes. Três proponentes (Capitão Assunção, Rodrigo Amorim, Carlos Bolsonaro) protagonizam a seguinte situação: eles propõem, em anos diferentes, dois projetos diferentes, de mesmo teor.

Tabela 3 – Proponentes que repetem PL de mesmo teor

| Identificação | Proponente   | Ementa   |
|---------------|--|--|
| PL 561/20     | Capitão Assunção                                       | Estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes do Estado do Espírito Santo ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino, na forma que menciona.   |
| PL 191/22     | Capitão Assunção                                       | Fica proibida a utilização de “linguagem neutra de gênero”, gênero “não binarie”, “não binário” ou similares, em certidões de nascimento ou quaisquer documentos oficiais de identificação expedidos, no âmbito do Estado do Espírito Santo.                             |
| PL 2013/20    | Carlos Bolsonaro                                       | Dispõe sobre a vedação do uso de novas formas de flexão de gênero e de número das palavras da língua portuguesa, em contrariedade às regras gramaticais consolidadas no país e aprovadas pela comunidade lusófona, no município do Rio de Janeiro, na forma que menciona |
| PL 1352/22    | Alexandre Isquierdo, Carlos Bolsonaro, e Felipe Michel | Proíbe o uso de linguagem neutra ou linguagem não-binária nas publicações, propagandas publicitárias e mídias da prefeitura  |
| PL 4430/21    | Rodrigo Amorim   | TEXTO NÃO ENCONTRADO (Caso Anômalo)  |
| PL 5296/22    | Rodrigo Amorim   | Veda a utilização de “linguagem neutra de gênero”, gênero “não binarie”, “não binário” ou similares, em certidões de nascimento ou quaisquer documentos oficiais de identificação expedidos no estado do Rio de Janeiro  |

Fonte: Autora (2022)

Foi após me deparar com essas anomalias que eu percebi que o jogo discursivo neste regime metadiscursivo proibitivo da “linguagem neutra” envolvia bem mais

camadas que apenas a política/legislativa. Após tantas arestas abertas, várias delas sem respostas, decidi que estava na hora de encerrar a etapa de registro da discussão proibitiva, pois ela já estava extensa e difusa o suficiente.

Em suma, as políticas linguísticas higienistas proibitivas registradas aqui giram em torno basicamente do cerceamento da “língua neutra” em contextos escolares e públicos oficiais – ou seja, em textos escritos e em contextos educacionais e culturais institucionais. Um único caso extremo extrapola para proibição na comunicação oral; há uma preocupação constante com a ideia de preservação da norma culta; da ideia de língua como patrimônio nacional que precisa ser preservada e celebrada como símbolo.

Nesse processo de reverberação discursiva algumas ideologias linguísticas hegemônicas são acionadas. O que a discussão proibitiva reverbera em termos discursivos reforça a ideologia da língua nacional; a reificação da língua como algo estanque que deve ser “respeitado” independente da realidade das práticas e que valorizam a variante padrão escrita como superior à realidade das práticas correntes. Outra ideologia é a da estandarização/padronização (Milroy, 2001). Como Milroy (2001) bem salientou há algumas décadas, a ideologia da padronização é a que estabelecerá que mesmo que alguma prática esteja ocorrendo em usos reais ainda assim não existirá na língua, pois só a norma culta oficializada conta com o status de legítima. E é aí que uma contradição persiste: alguns textos afirmam que essa linguagem “não existe”, mas que, ao mesmo tempo, estaria sendo “implementada”.

Outro aspecto desse modus operandi é a extrapolação do discurso legislativo proposto para a esfera digital. Vários são os parlamentares que divulgam em plataformas como Instagram, Facebook e Twitter a protocolização de seus projetos, juntamente a um texto semelhante ao que foi proposto, insistindo nos mesmos argumentos e enquadramentos discursivos – mesmo antes de qualquer avanço de tramitação.

Identifico a partir de tudo isso que um fio de entextualizações integrado está se estendendo para fora do que chamei de “rede textual articulada”, representada até então somente pelos Projetos. A esfera digital parece funcionar como um palco a mais para a circulação performativa das propostas legislativas, que já foram declaradas como inconstitucionais em 2021. Os deslizamentos para um quadro de pânico social mais recorrentes que ocorrem aqui são os que associam o uso da linguagem da neutra à destruição da norma culta, e eventualmente de toda uma cultura civilizacional e de um modelo de mundo.

Essa aparente contradição entre implementação-inexistência foi o principal motivo que me levou a buscar por um “outro lado” da discussão, a qual passo agora.

### 3.2 Discussão afirmativa sobre “linguagem neutra” no Brasil

Durante o ano de 2023 e 2024, busquei por textos que pudessem representar um contraponto ao regime proibitivo, de forma a acrescentar uma outra dimensão discursiva a este material empírico. O ponto de partida dessa busca era descobrir se havia alguma proposta de “imposição” ou de “implementação” oficial da “linguagem neutra” no Brasil, como era alegado nos PLs encontrados.

A única legislação diretamente relacionada a pessoas não-binárias que encontrei diz respeito a alteração de documentos para “gênero indefinido”<sup>68</sup> e para “não-binário”<sup>69</sup>, por solicitação individual, e alguns precedentes sobre o registro de recém-nascidos intersexos<sup>70</sup>.

Já em relação a gênero e linguagem, encontrei um PL de 2019 que dispunha sobre o uso de “linguagem não sexista”, em que o objetivo era “garantir a utilização da linguagem não sexista no âmbito da Administração Estadual, garantindo a inclusão do gênero feminino nos textos, sempre que houver referência às mulheres”, e a Lei federal 12.605 de 2012 que tornou obrigatória a flexão de gênero em diplomas. Esquematizo isso na Tabela 4:

Tabela 4 – Avanços afirmativos: legislação e gênero

| Ano  | Política  |
|------|---|
| 2012 | LEI Nº 12.605: Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas.             |
| 2016 | Registros recém-nascidos “intersexo” e “indefinido”   |
| 2019 | PL 43/19 - DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM NÃO SEXISTA ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO |

<sup>68</sup> <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/08/23/pessoas-nao-binarias-podem-pedir-mudanca-de-nome-e-genero-diretamente-nos-cartorios-do-df-veja-como-fazer.ghtml>>

<sup>69</sup> <[https://www.youtube.com/watch?v=peaEZpwC6PE&ab\\_channel=TVBrasil](https://www.youtube.com/watch?v=peaEZpwC6PE&ab_channel=TVBrasil)>; <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/01/30/genero-nao-binarie-e-incluido-em-certidoes-de-nascimento-no-rio.ghtml>>

<sup>70</sup> <<https://blog.registrocivil.org.br/2021/09/23/pessoas-com-sexo-indefinido-na-declaracao-de-nascido-vivo-podem-ser-registradas-em-cartorio/>>; <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/cnj-atualiza-regras-que-permitem-o-registro-de-criancas-que-nascem-com-o-sexo-indefinido-os-intersexos/1271480292>>

|      |  |
|------|--|
| 2021 | Alteração de certidões de nascimento de masculino/feminino para gêneros “indefinido” e “não-binário” |
|------|--|

Como não encontrei nada em específico sobre “linguagem neutra” na forma de um avanço legal afirmativo oficial, segui buscando por definições, explicações e uso em outros domínios. Encontrei inúmeras discussões na forma de políticas de uso cotidiano, sobre o que era o “melhor” a se fazer, sobre o que deveria ser evitado etc. Logo, eu havia reunido inúmeras metapragmáticas que mobilizam significados relativos ao uso já corrente da “linguagem neutra” e também a recomendações para um uso “mais correto” ou “melhorado” dessa forma de expressão.

Entre essas metapragmáticas, algumas a associam a uma “ferramenta para chegar na abolição do gênero” (DEGENERADOS, 2020), a uma forma de “indicar a existência de pessoas não-binárias” (INCLUSIVE, 2023), de “inclusão e respeito” (CUP, 2016), e a um “espaço protegido” (CUXIXO, 2021). Nesse conjunto de textos - que estou chamando aqui de afirmativos – pois todos discutem algum tipo de uso e reconhecem que se trata de uma linguagem que já está circulando - também encontro algumas manifestações mais críticas, que a enquadram como uma “uma forma que você rechaça por se incomodar com aquilo que ela representa, que tem a ver com a existência de indivíduos na sociedade com os quais você não quer conviver” (VISCARDI, 2021)

O conjunto que elenco abaixo compreende o período entre 2014 e 2024 e é todo proveniente da esfera digital (vídeos, blogues, podcasts, evento acadêmico, debates, postagens em rede social, entrevistas palestras, aulas, guias, manuais de uso e manifestos).

Primeiramente, esclareço que, até aqui, eu me referia aos termos “linguagem neutra” e “linguagem não-binária”, “linguagem inclusiva” e “neolinguagem” como intercambiáveis, mas durante essa exploração, encontrei textos que se referem a esses termos de maneiras distintas, não sinônimas, e até divergentes.

Na maioria das ocorrências identificadas, “linguagem neutra” se refere a uma alteração propriamente dita da estrutura linguística da língua portuguesa, se referindo não somente a pronomes, mas também a adjetivos, substantivos e artigos.

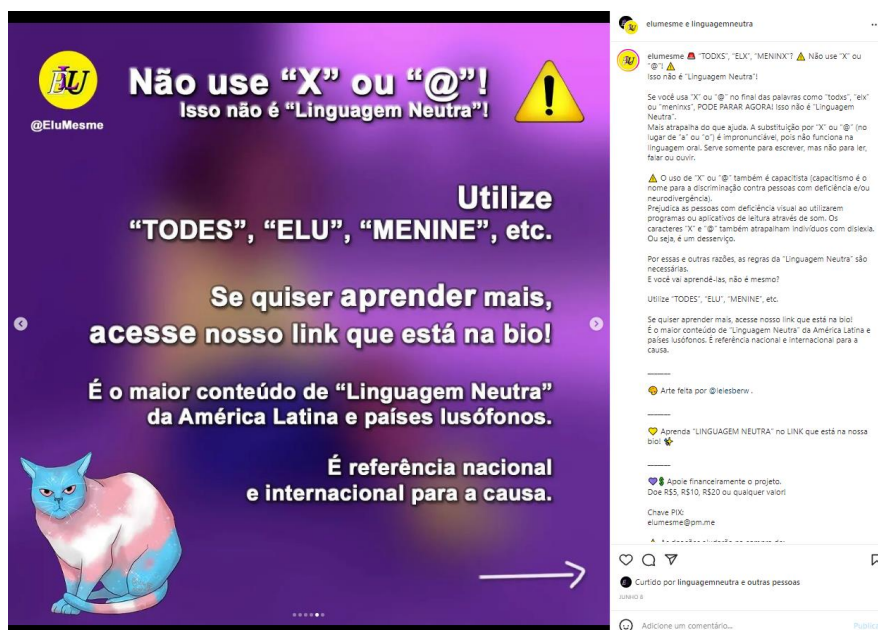
Um dos primeiros materiais que registrei foi *O Guia para a Linguagem Oral Não-binária ou Neutra (PT-BR)*, de 2014, postado inicialmente em um Tumblr intitulado

Espectrometria Não-Binária<sup>71</sup> e assinado por Ophelia Graciano, que se apresenta como “ativista não-binária”. Nesse guia, é apresentado um sistema gramatical, com propostas de padronização de escrita e fala, exemplos de substituição em frases, como um extenso curso voltado para dicas prescritivas e normativas, inclusive com aulas baseadas no Guia sendo fornecidas mediante pagamento. Ophelia apresenta o termo “linguagem neutra” dentro desse Guia como:

um processo de reestruturação e questionamento da língua que pauta a inclusão de pessoas não binárias, intersexo, de gênero não-conformante e indeterminado, além de combater o "Masculino Genérico" (por conta do machismo presente no idioma) utilizando um gênero neutro (GRACIANO, 2014).

Além de explicar o que é a “linguagem neutra”, o *Guia* também traça uma linha dizendo o que **não** é. Para Ophelia, “X” e “@” não são recomendados como formas válidas pois “não são linguagem neutra”:

Figura 52 – “Guia para a Linguagem Oral Não-binária ou Neutra (PT-BR)”



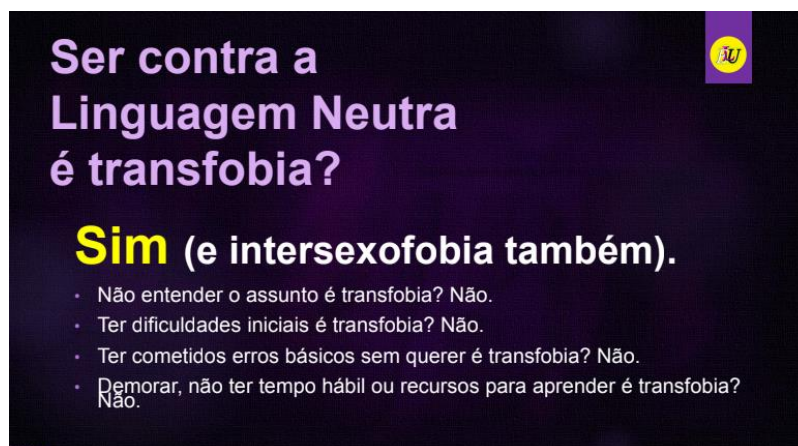
Fonte: Instagram @elumesme (junho, 2022)

Os conteúdos provenientes do Guia estão publicados tanto no arquivo referente ao manual quanto na página de Instagram, em vários posts. Além disso, Ophelia também oferece aulas pagas de “Introdução à Linguagem Neutra”, se referindo ao material que

<sup>71</sup> Disponível em: <<https://espectrometria-nao-binaria.tumblr.com/post/95838656403/guia-para-a-linguagem-oral-nao-binaria-ou-neutra>> Acesso em 13 nov. 2022

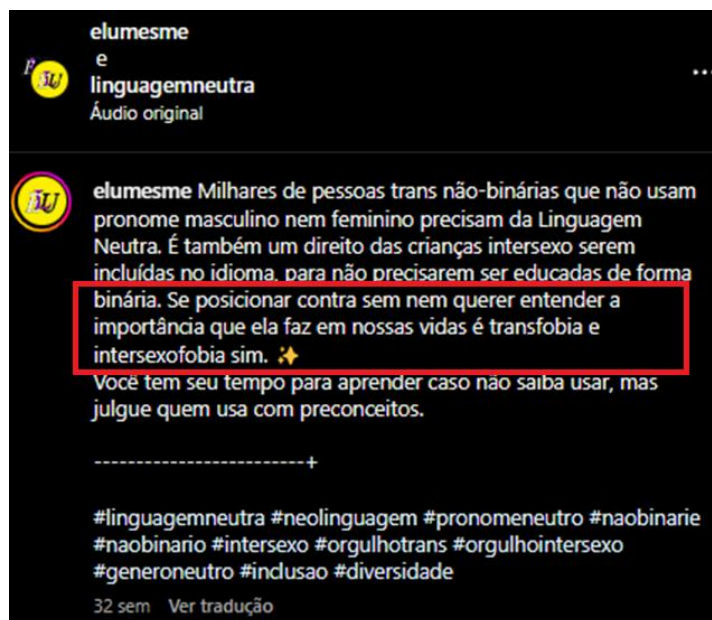
oferece como “o maior conteúdo da América Latina e países lusófonos”. Acompanhando uma dessas aulas, além do conteúdo gramatical e normativo, um argumento que me chamou a atenção foi a associação da recusa à “linguagem neutra” equivaler a uma prática transfóbica, que também circula em postagens no Instagram:

Figura 53 – Aula de Introdução à Linguagem neutra, p. 34



Fonte: Linguagem Neutra: Introdução & Regras Gramaticais por Ophelia Cassiano (2022)

Figura 54 – Publicação no Instagram *Elumesme*



Fonte: Instagram @elumesme (junho, 2023)

Outro manual de retórica similar ao do *Guia* de 2014, é o *Manual para o uso da linguagem neutra em língua portuguesa* (2020), assinado por Gioni Caê, em que a “linguagem neutra” é introduzida da seguinte forma:

Desde que nascemos estamos imersos a uma língua/linguagem binária (homem/mulher, ele/ela), é assim que aprendemos a nos comunicar, logo, não será ‘simples’ se acostumar com a linguagem neutra, é necessário treino e reconhecer que o erro faz parte do processo de aprendizagem” para que com o tempo “se torne natural falar e escrever de forma neutra”. (CAÊ, 2020, p. 6)

No Sumário deste Manual, existe um tópico específico para “linguagem neutra” e outro tópico para “linguagem inclusiva”, e na explicação de Gioni, a diferença entre as duas seria o fato de que a linguagem inclusiva, para “não demarcar o binarismo de gênero”, ao invés de “flexionar adjetivos, pronomes e outros, dedica-se em alterar ou reformular frases, de modo que os termos utilizados não se refiram a nenhum gênero.” (CAÊ, 2020, p. 6)

Figura 55 - Manual para o uso da linguagem neutra em língua portuguesa (Caê, 2020)

## SUMÁRIO

1. Introdução
2. Conceitos
3. Linguagem neutra
4. Linguagem inclusiva
5. Não use “X” e “@”
6. Sistemas
  - | Sistema Elu
  - | Sistema Ile
  - | Sistema Ilu
  - | Sistema El

A diferença, portanto, seria a alteração da sintaxe que a “linguagem neutra” preconiza pra se referir ao gênero não-binário, enquanto para o alcance de uma linguagem inclusiva bastaria uma alteração lexical com base em palavras já existentes para que se evite a demarcação dos gêneros. Além dessa diferenciação, o Manual de Gioni apresenta no Sumário o conceito de “Sistemas”, e traz uma tabela com a diferenciação de cada um:

Figura 56 – Sistemas pronominais (Caê, 2020)

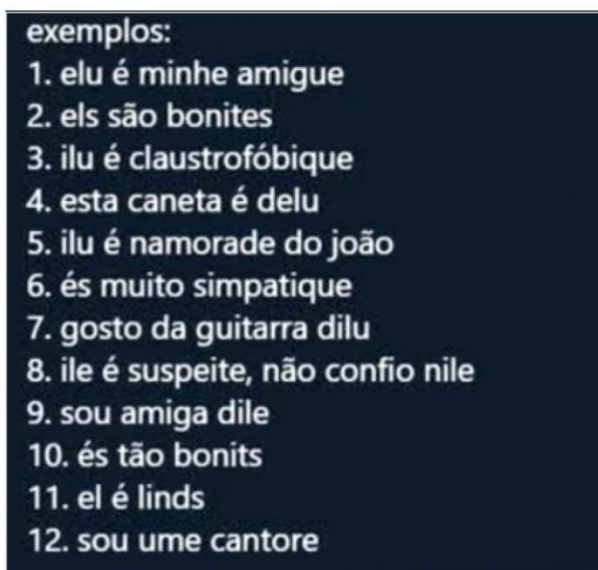
**Tabela com os pronomes em todos os sistemas**

| Pronomes   | Sistema Elu | Sistema Ile | Sistema Ilu | Sistema El |
|------------|-------------|-------------|-------------|------------|
| Ela/Ele    | Elu         | Ile         | Ilu         | El         |
| Elas/Eles  | Elus        | Iles        | Ilus        | Els        |
| Dela/Dele  | Delu        | Dile        | Dilu        | Del        |
| Delas/es   | Delus       | Diles       | Dilus       | Dels       |
| Nela/e     | Nelu        | Nile        | Nilu        | Nel        |
| Nelas/es   | Nelus       | Niles       | Nilus       | Nels       |
| Aquela/e   | Aquelu      | Aquile      | Aquilu      | Aquel      |
| Aquelas/es | Aquelus     | Aquiles     | Aquilus     | Aquels     |

**Imagem 1:** Tabela com a reestruturação do quadro pronominal do PB sugerida pelo Manual para uso da Linguagem Neutra em Língua Portuguesa.

Essa lógica de sistemas pronominais diferentes é bastante difundida. Através da chave “linguagem neutra exemplos” é possível encontrar vários quadros avulsos com exemplos de aplicação frásicas, em que cada sistema respeita uma ordem gramatical específica:

Figura 57 – Aplicação dos sistemas não-binários em frases (Autoria anônima)



<https://www.facetubes.com.br/envios/2021/10/17/62891852c02b6b0418905837a99d7e936c1d6e5e.jpg>

Outro conteúdo que circula para explicar a origem de sistemas pronominais está no “Manifesto ILE” (2014, s/p), que afirma que “nossa língua não é flexível o suficiente pra designar alguém que não se sente nem homem, nem mulher”, e que por isso “o pronome de gênero neutro ILE foi criado por Pri Bertucci e Andrea Zanella”, em resposta a “necessidade de um pronome em português que não tenha gênero”.

Neste Manifesto também uma possível explicação para a não recomendação do “X” e do “@”:

\*Usamos o ‘e’ , e não ‘x’ ou ‘@’ por conta do leitor de palavras para deficientes visuais. Usamos o ‘e’ como tentativa de inclusão do gênero não-binário na língua portuguesa e como alternativa para a usual generalização no masculino... (Manifesto ILE, 2014, s/p)

Outro termo recorrente é o da “linguagem não-binária”. A partir daqui, comecei a notar que geralmente o termo não-binário aparece associado a noção de “sistemas.”

De acordo com o Blogue “Diversidades fandom” o termo “não-binário” foi originalmente criado com o objetivo de ser essencialmente descritivo e não político (ao contrário de genderqueer, que é um termo essencialmente político)<sup>72</sup>, e estaria circulando também para resolver problemas da linguagem oral:

Este sistema foi denominado de “linguagem oral não-binária ou neutra” em vez de somente “linguagem oral neutra”, porque o conceito de não-binário inclui todos os gêneros não-binários, então é uma noção muuuito abrangente, enquanto que a definição de neutro pode levar pessoas à confusão sobre o que é neutro neste contexto e o que ele envolve. Por exemplo, pessoas podem achar que a linguagem neutra só pode ser usada por quem é do gênero neutro, quando, na verdade, essa linguagem pode ser usada por qualquer pessoa independentemente de seu gênero.<sup>73</sup>

No final de 2023 acompanhei um evento transmitido pela Youtube, intitulado “INCLUSIVE - I Simpósio de Linguagem Inclusiva-Neutra-Não-Binária”, e algumas metapragmáticas que circularam neste espaço me chamaram a atenção pela criticidade envolvida e por uma cisão com o termo “neolinguagem”, usado em oposição à “linguagem neutra e não-binária”

Durante a mesa do primeiro dia do evento, a discussão orbitava em torno da tomada do dispositivo de gramatização pela própria língua, em torno das problemáticas associadas a traduzir experiências e vivências em usos de linguagem e a como isso pode ser reduzido a leituras simplistas, à leitura cisgênera da não-binariedade como uma nova forma de colonização da discussão, e à crítica a manualização excessiva em torno da linguagem inclusiva, que é onde aparece a cisão que menciono: a diferenciação ocorre quando alguns dos palestrantes afirmam que a “linguagem neutra/não-binária” são as formas de não marcação de gênero binário que já existem de várias maneiras na língua corrente (como substituir “professoras/professores” por “corpo docente”, e estratégias de

---

<sup>73</sup> Disponível em: (<https://diversidades.fandom.com/pt-br/wiki/Genderqueer>)

redução de palavras como “fi” no lugar de “filho/filha”), enquanto a neolinguagem se refere a uma outra coisa que estaria sendo “criada” por manuais, movimentos e manifestos.)

Abro a Tabela 5 para expor as metapragmáticas que me levaram a ter essa leitura, pois elas são longas e precisam ser trazidas na íntegra:

Tabela 5 – Metapragmáticas “INCLUSIVE - I Simpósio de Linguagem Inclusiva-Neutra-Não-Binária”

|                             |   |
|-----------------------------|---|
| <p>1.<br/>(33:52-37:35)</p> | <p>"as pessoas tentam fazer uma leitura muito simplificada disso que a gente tá tentando trazer (...) tamo aqui falando de linguagem neutra, linguagem não-binária, linguagem inclusiva, neolinguagem e parece que isso quer dizer simplesmente transformar palavras com final em "e" e não é disso que a gente tá falando (...) então isso é uma leitura muito simplista de toda a questão da não-binariedade</p> <p style="text-align: center;">[...]</p> <p>"primeiro, existem pessoas trans não-binárias e existem pessoas não-binárias que não são trans... <b>quando a gente começa a pensar na linguagem não binária gente tá falando que a gente tá trazendo uma linguagem que traz visibilidade para pessoas que não tem visibilidade</b></p> <p style="text-align: center;">[...]</p> <p>"uma pessoa ser não-binária não significa exatamente que ela vá usar pronomes não-binários significa que (...) eu não sou um crente em gênero (...) acredito que a binariedade de gênero é uma crença (...) de seguir determinadas regras (...) que eu não estou disposto a seguir (...)</p> |
| <p>2.<br/>(37:58-46:46)</p> | <p>"o uso de pronomes não-binários é muito importante para visualizar pessoas não-binárias (...) <b>o uso de pronomes neutros não é pra dissolver gêneros, não é pra fazer de conta que nós somos uma sociedade em que gêneros não existem</b> (...) então a gente chega numa sala e fala boa tarde a todes como se a gente viesse numa sociedade neutra? porque não é... não é uma sociedade neutra é muito pelo contrário</p> <p style="text-align: center;">[...]</p> <p>"é uma luta cara, não é pras pessoas cisgêneras saírem usando a torto e a direito por aí (...)"</p> <p style="text-align: center;">[...]</p> <p>"quer falar não-binário? quer usar isso? então marca, fala boa tarde a todas a todos e a todes... <b>marca que você está falando com as pessoas não-binárias...</b> não vai dissolver todo mundo num pote não"</p>  |

|                        |   |
|------------------------|---|
| 3. (42:32-44:44)       | <p>o meu pai por exemplo não conseguia me tratar no masculino. e foi muito engraçado porque o meu pai se transformou num mestre da linguagem não-binária. (...) ele queria me chamar de filha e não conseguia me chamar de filho, então em minas gerais e ali no interior de são paulo como você chama... de "fi" (...) então essa é uma técnica né, a redução das palavras... isso é coisa que acontece muito no nosso cotidiano de uma forma natural da língua (...) por exemplo "amigo" "amiga" "ami..." (...) o que que eu tô querendo dizer com isso... <b>tem muitas formas de se falar português brasileiro de uma forma natural que já existe e que são linguagens neutras (...) então eu desconfio muito desses manuais que vem de grandes capitais que vem desses movimentos que acho que na linguística vocês também usam que é o trickle down e não desses movimentos que são o bubble up que é uma coisa que já tem, que já existe que a nossa sociedade que a nossa população já usa que é uma coisa que já é popular e a gente pode de repente dicionarizar (...) que não pesquisada que não é interessante e que não é capturada por muitos movimentos sejam eles também acadêmicos (...)</b></p> <p style="text-align: center;">[...]</p> <p>o que eu tô dizendo é isso há colonizações internas e regionais (...) porque se a gente vai pros interiores (...) <b>eu acho que há outras línguas no Brasil e que há linguagens não-binárias que vão pra além das neolinguagens que parece que é uma neolinguagem que precisa ser criada (...)</b> essa linguagem já existe no nosso país e a gente precisa se apropriar dela (...) <b>bom mas beleza vamo lá pra neolinguagem... ela existe também ela tá aí em uso corrente (...)</b> se a gente vai fazer uso dessa neolinguagem por favor vamo ter concordância nessa neolinguagem... <b>não dá pra falar "meus querides" ... não dá, nã dá pra falar "os amigos", não dá pra falar "os não-binários" (...)</b> aí você se entrega né... não tem nada de não-binária em falar "meus querides" <b>você tá marcando o masculino ali...pronto, se entregou"</b></p> |
| 4. (1:15:52 - 1:25:11) | <p>"tem um esforço de visibilização por uma linguagem não-binária (...) que é sobre as pessoas não-binárias via linguagem (...) mas ao mesmo tempo a gente tem lá um bomcismo heterocisnormativo que coloniza (...) e acabam apagando as marcas das próprias pessoas trans e não-binárias porque fala em nome desse geral (...) <b>e por outro lado me parece um ímpeto de gramaticalização de gênero gramaticalização de experiência (...)</b> uma certa hipernormatividade disso</p> <p style="text-align: center;">[...]</p> <p><b>"mas pra aquele sujeito, aquela pessoa que tá lá nos rincões do mundo a manualização não é útil pra poder existir na escola (...)</b> tem muita limitrofia na nossa epxperiência porém tem uma injunção sem limitrofia... binária lá fora... e lá fora é que a gente tem se haver porque é lá que a gente tá correndo perigo"</p>   |
| 5. (1:25:42 - 1:32:30) | <p>"eu não vejo problema em gramaticalizar (...) <b>porque gramaticalizar é o que nos protegeria por exemplo da proibição de linguagem não-binária... se você coloca isso no dicionário e tá no dicionário como você vai proibir uma coisa que tá no dicionário? (...)</b> mas veja bem... <b>eu não acho que é preciso você criar coisas pra falar de formas não-binárias (...)</b> todos os meus textos são escritos de forma não binária, em nenhum deles você vai encontrar neolinguagem (...) eu não vou falar os professores e as professoras eu vou falar o corpo docente...</p>   |

O evento INCLUSIVE traz alguns deslocamentos interessantes que vão na contramão de alguns até então consensos sobre a “linguagem neutra”. Em um podcast intitulado Degenerados, no episódio “Não binariedades e sexualidades” (2023), por exemplo, as participantes entendem a linguagem não binária como “uma ferramenta para chegar na abolição do gênero, de quebra de estereótipo”, pois “o não-binário como ele se expande muito o gênero para de fazer sentido”<sup>74</sup> e por isso, para elas, a “linguagem neutra” ocorreria no sentido de elo/pertencimento/manifestação de uma possível “dissolução” dos gêneros.

Já o *Diversidades Fandom*, outro blogue independente, afirma que “não-binários são livres para escolher seus próprios sistemas de “linguagem neutra” e devem ser respeitads sempre”. E a youtuber Cup, que se apresenta como “uma pessoa agênero, assexual e pan” e que mantém uma produção extensa sobre o tema em seu canal, enfatiza em um vídeo intitulado “linguagem neutra **ou** não-binária” (não fazendo distinção entre as duas), que sempre fala com base em sua “experiência” e que não está “ditando regras”, pois “se as pessoas estão usando de determinado modo, é uma forma válida que pode se alterar no futuro”<sup>75</sup>.

No vídeo em questão, Cup também faz algumas considerações relativas à estrutura da língua portuguesa, acionando algumas ideologias linguísticas mais tradicionais no sentido de dizer que por não ser uma língua “preparada” para estratégias de neutralização e por ter uma estrutura que “diferencia tudo em masculino e feminino”, isso estaria “dificultando muito” a aprendizagem de formas linguísticas que visem o “respeito a pessoas não-binárias” - ela faz essa afirmação comparando com a língua inglesa.

Também circulam alguns conteúdos que não priorizam a explanação de prescrições normativas específicas geralmente focam na importância/necessidade/presença da “linguagem neutra” nas práticas linguísticas, independente da forma em que ela ocorra. São textos como o de Marinho (2021):

Precisamos de mais gente usando a “Linguagem Neutra” do que mais gente evitando usar ela. Até porque, não incluir gênero neutro no seu diálogo, é silenciar e apagar novamente a existência das pessoas não-binárias e intersexo. Inclua-as já! Precisamos que todes as representem em suas narrativas! Não esqueça! (MARINHO, 2021, p. 103)<sup>76</sup>

<sup>74</sup> Disponível em:

<<https://open.spotify.com/episode/4OCKCkmUpl2wsrqAgfYz4a?si=16ac98828678499d>>

<sup>75</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Szi5B18muAU&ab\\_channel=Cup](https://www.youtube.com/watch?v=Szi5B18muAU&ab_channel=Cup)>

<sup>76</sup> (Gênero Neutro: o novo “neutro universal” no português? “Linguagem Neutra ou Não-Binária”: Contribuição em vídeo de “Cup” em 2016/2017. <https://youtu.be/Szi5B18muAU>)

Jana Viscardi, que também já publicou dezenas de vídeos sobre a linguagem neutra em seu canal da Youtube, se refere aos termos não-binário, neutro e inclusivo de maneira intercambiada e também reproduz um certo nível de flexibilidade no quesito gramatical, que fica em segundo plano nas discussões que ela propõe. Em um texto para a revista *Marie Claire*, ela apresenta a questão do seguinte modo:

A linguagem inclusiva de gênero, ou neolinguagem, procura trazer à língua formas que se adequem melhor a comunidades de falantes que não se identificam com o uso das formas feminina e masculina correntes, hoje, na língua portuguesa. Essas formas [...] têm transitado entre -x, -@, e -e. (VISCARDI, 2021, s/p)

O conteúdo que Jana Viscardi produz para o Youtube geralmente é de cunho crítico, em que ela chama a atenção para as formas neutras como uma “expressão de entendimento de sociedade [...] não estritamente com estrutura de língua” (Viscardi, 2021), e assim ela mobiliza metapragmáticas no sentido de deslocar a discussão para a reflexividade social das práticas, e se refere ao gênero neutro como uma parte das “transformações sociais que também reverberam na língua” (Viscardi, 2023), e de “estapafúrdias” as argumentações no sentido de que isso “destruiria o português” (Idem).

Viscardi também vende conteúdos pagos sobre “gênero e língua”, e mantém uma produção textual para revistas, publicando sobre o assunto desde 2020<sup>77</sup>. É comum em seu posicionamento, favorável ao uso, dizer que essa é uma forma de expressão que apenas estaria “acrescentando coisas à língua”, e não “implementando”.

O termo “neolinguagem” usado por ela aparece em um blogue atualizado em 2022 (Blogue Alternative), também favorável ao uso, mas este afirmando que sim, poderia se tratar de uma espécie de implementação:

A neolinguagem é uma proposta de criar e implementar uma alternativa linguística de natureza neutra ou sem associação com gêneros para assim incluir mulheres e pessoas não-binárias/cisdissidentes, assim como também incluir mais possibilidades e opções de linguagens pessoais e de palavras e denominações próprias.<sup>78</sup>

A ideia de “neolinguagem” também aparece no portal Orientando, afirmando que:

<sup>77</sup> Língua para todes: um ensaio sobre o gênero neutro. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Comportamento/noticia/2020/12/lingua-para-todes-um-ensaio-sobre-o-genero-neutro.html>>

<sup>78</sup><https://bloguealternative.wordpress.com/neolinguagem/#:~:text=A%20neolinguagem%20%C3%A9%20uma%20proposta,e%20op%C3%A7%C3%B5es%20de%20tratamentos%20pessoais%2C>

“Neolinguagem poderia ser definida como algo que engloba todos os gêneros gramaticais não aceitos na norma padrão da língua portuguesa, e isso inclui tanto o que usa @ como um artigo e como final de palavra (“@ menino@”) quanto o que usa elu como um pronome e a letra E como final de palavra (“elu é não-binária”).<sup>79</sup>

Ainda na Youtube, no canal “Português é Legal”, a professora de língua portuguesa responsável pelo canal inicia o seu vídeo afirmando que a “linguagem neutra” se trata de um “um fenômeno em andamento e interdisciplinar” e não um fenômeno da “gramática normativa”. Em seguida, ela comenta a relação entre o uso da “linguagem neutra” e a transfobia, fazendo o seguinte paralelo: ser simpático/simpática a uma “proposta de adotar uma linguagem que respeite todas as identidades de gênero” não equivale a uma “imposição”, e “ser resistente ao uso não equivale a ser transfóbico”. A argumentação se desenrola no seguinte sentido:

“não é possível realizar “cálculos matemáticos (...) falou x quer dizer que pensa y. (...) claro que uma pessoa transfóbica não vai jamais falar um ‘todes’, mas algumas pessoas não vão falar todos por outros motivos que não a transfobia”<sup>80</sup> (11min04seg [...] 11min18seg)

Dentro da plataforma Spotify, o que encontrei foram conteúdos mais próximos a relatos, e não regulações. Com a chave “não binariedade”, encontro em um podcast intitulado Cuxixo, no episódio “Não binariedades” de 2021, metapragmáticas em que a “linguagem neutra” aparece apenas como uma parte periférica da expressão da identidade não-binária, que ajudaria as pessoas a “se definir[em], vocalizar[em] isso mais” (Cuxixo, 2021).

O relato segue no seguinte sentido:

eu gostaria que as pessoas entendessem que não existe ameaça nenhuma em ser não binário porque a gente não quer que todo mundo se transforme em não binário [...], a questão é... tem pessoas que não se encaixam e você só ... é... **você não mexer nada, absolutamente nada, nem um pouquinho da sua linguagem pra respeitar pessoas que não se sentem bem dentro da binariedade você tá sendo imbecil** (...) ninguém tá te obrigando a deixar de ser cis mas tipo... tem pessoas que não são.<sup>81</sup>

Todos os textos reunidos aqui ocupam os espaços de distribuição social da palavra e acrescentam significados ao termo “linguagem neutra”, compondo este campo

<sup>79</sup> <https://orientando.org/o-que-e-neolinguagem/>

<sup>80</sup> Linguagem neutra, inclusiva, não binária | PARTE 1  
<[https://www.youtube.com/watch?v=0epqRQ4HJyI&t=704s&ab\\_channel=Portugu%C3%AAs%C3%A9Iegal](https://www.youtube.com/watch?v=0epqRQ4HJyI&t=704s&ab_channel=Portugu%C3%AAs%C3%A9Iegal)>

<sup>81</sup> Disponível em:

<<https://open.spotify.com/episode/6F8QrqbuciciCIOxTGi3aNp?si=ca40750b934b4db4>>

ideológico de maneira contraditória, ambivalente e performativa. E todo este capítulo demonstra como “os enunciados sobre língua no Brasil constroem performativamente consensos hegemônicos, ao mesmo tempo em que estão expostos a novos deslocamentos” (Pinto, 2013).

No caso do que foi reunido aqui empiricamente sobre os usos afirmativos, vários deslocamentos e poucos consensos parecem estar acontecendo num curto espaço de tempo. O mesmo agente responsável pelo Guia autodenominado “o maior da América Latina”, por exemplo, hoje se questiona sobre a possibilidade de “língua neutra” ter sido “uma fase de experimentação que não durou muito...”<sup>82</sup> (Elumesme, 2024).

\*\*\*

A discussão afirmativa reunida aqui traz à tona alguns deslocamentos e consensos prévios relativos ao significado e aos usos da “língua neutra”, inclusiva, não-binária, neolinguagem etc. e eles circulam de maneiras contraditórias, divergentes e desarticuladas. Enquanto uma parte da discussão foca em questões de visibilidade e identidade, há uma outra parte que está interessada em algum tipo de oficialização e gramatização e que empreendem esforços para impor uniformidade a algo que é variável (Milroy, 2001) – e nesse processo, reproduzem ideologias linguísticas tradicionais relacionadas a história de invenção das línguas modernas atreladas à invenção das nações.

Ao mesmo tempo em que um conjunto de textos normativos e prescritivos circulam para regular, explicar, banir e recomendar usos específicos relacionados à “língua neutra” e não-binária, também circulam metapragmáticas mais flexíveis que fogem de um enquadre estritamente regulatório e focam nos efeitos discursivos da inclusão de pessoas não-binárias na língua, deixando as questões normativas e de padronização em segundo plano.

A manualização (circulação de manuais e guias de uso com base em sistemas pronominais específicos) é criticada por uma parte da discussão afirmativa, que não a reconhece como uma estratégia adequada e algumas vezes se refere a essa prática como “neolinguagem” e não como língua “não-binária”, associando esse esforço de oficialização à criação de um ambiente artificial com equipamentos linguísticos inventados (LAGARES, 2018) assim como ocorreu com a língua única nacional - com políticas linguísticas implementadas de cima para baixo e como uma forma de reatividade política que acaba por apagar as pessoas não-binárias novamente. Essa mesma parte da

---

<sup>82</sup> Disponível em: <[https://www.instagram.com/p/C2vaNGYPE1U/?img\\_index=3](https://www.instagram.com/p/C2vaNGYPE1U/?img_index=3)>

discussão que dispensa a manualização excessiva é a que trata da linguagem não-binária numa perspectiva mais próxima a de trabalhos como de Lal Zimman, que fala de uma reforma trans-afirmativa mais radical e de baixo para cima, propostas por falantes trans e não-binários num sentido que extrapola as preocupações apenas com a pronominalização.

Dentro do rumo afirmativo, portanto, há uma cisão (ou uma desarticulação) principal: a manualização (expressa na ideia de neolinguagem e em esforços prescritivos) e a reforma linguística (expressa na ideia de linguagem não-binária e neutra e em esforços críticos). As recorrências dentro dessa cisão envolvem o enquadramento da manualização como “formalismo linguístico” e a uma política de dissolução de gênero que apaga novamente o gênero (das mulheres, das pessoas trans e dos não-binários) da língua – como se a “linguagem neutra” se tornasse um “novo masculino genérico”; e o apontamento de uma política linguística “correta” para indicar que as pessoas não-binárias existem: a marcação ao lado do masculino e feminino, no intuito de não “dissolver” os gêneros mas de reconhecê-los em sua multiplicidade, ou a readequação da língua para que não haja a pré-determinação automática dos gêneros, visto que existem várias pessoas com vivências dissidentes e que não se encaixam no espectro cis e binário.

#### **CAPÍTULO 4: PÂNICO E HIGIENISMO NA INVENÇÃO DA “LINGUAGEM NEUTRA” NO BRASIL EM TRÊS PONTOS DE INFLEXÃO**

Por tudo o que foi apresentado no capítulo anterior, é possível dizer que a discussão sobre a “linguagem neutra” no Brasil é uma dessas “ocasiões em que algo relacionado com a linguagem se torna uma questão de preocupação pública generalizada” (CAMERON, 1995, p. X, prefácio)<sup>83</sup> e que traz à tona um “conflito contemporâneo sobre valores sexuais” (RUBIN, 1984/2022) que se confunde e que se intersecta com questões de gênero, tanto em relação ao modelo binário masculino/feminino, quanto em relação ao modelo heterossexual cisnormativo.

Abro este último tópico no intuito de expor alguns pontos que me acompanharam à medida em que eu ia construindo e destrinchando o conjunto empírico, e que se tornaram momentos tanto de inflexão (no sentido de afetarem minha interpretação do que foi reunido e de alterarem o rumo das minhas conclusões), quanto de reflexão.

O **primeiro ponto** é o fato de os Projetos de Lei contrários à “linguagem neutra” terem sido declarados inconstitucionais em 2021 pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (Edson Fachin) por “ofenderem materialmente a Constituição”, e mesmo assim continuarem circulando em 2022 e 2023, sendo aprovados e se tornando decretos e leis em âmbitos municipais e estaduais, até hoje, no ano de 2024.

O que a proliferação de textos legislativos inconstitucionais sugere a partir do precedente aberto pelo parecer de inconstitucionalidade é que não se trata mais de uma empreitada legislativa “normal”, no sentido de serem projetos que nascem apenas para serem formalmente discutidos, comissionalmente avaliados e se tornarem possíveis leis – porque isso pode ser revogado a qualquer momento. Se, a qualquer momento, o precedente jurídico aberto poderá derrubar essas proposições – como aconteceu com o caso da lei de Rondônia de 2021 – não se trata mais de contar um possível sucesso jurídico, mas de uma aposta em algum tipo de ganho político que não advém apenas de uma tramitação bem-sucedida.

O que parece estar em jogo aqui, mais do que um avanço legal/normativo, é a participação e o engajamento discursivo e político numa pauta de costumes específica, comprometida com uma agenda anti-gênero, em ascensão no Brasil nas últimas décadas. A partir dessa leitura é que o primeiro ponto de inflexão/reflexão que se desenha aqui é a

---

<sup>83</sup> No original: “occasions where something to do with language becomes a matter of widespread public concern”

possibilidade de que esses PLs inconstitucionais passam a ser atos performativos, no sentido lato do termo – fazem coisas com palavras no espaço digital, mesmo contradizendo rituais institucionais mais tradicionais, como a Constituição. Como se o real valor deles fosse o seu deslocamento textual no ambiente digital – em que o valor agregado está em se dizer que protocolou, que se participou, eles se fazem dizendo, como um ato de fala<sup>84</sup>. Sem valor jurídico formal, mas com valor pragmático, político, discursivo, proclamativo. Os projetos inconstitucionais realizam a ação que se propõem no próprio ato de serem proclamados, postados, comentados. Tanto é assim que projetos que nem mesmo foram de fato protocolados foram noticiados e divulgados e passaram a “existir”. Quando me refiro ao valor “político”, estou tentando me aproximar do que Brown explica:

Diferentemente da política, o político não se refere principalmente a instituições ou práticas explícitas, não é coextensivo ao Estado e não se reduz às particularidades do poder político nem da ordem política. Em vez disso, o político identifica um teatro de deliberações, poderes, ações e valores o qual a existência comum é pensada, moldada e governada. (BROWN, 2019, p. 79)

Além desse valor político-performativo, por mais que sejam inconstitucionais, os PLs deixam um resíduo legislativo (RUBIN, 1998) e imprimem uma marca de pânico social no tecido social. Contar com uma estrutura discursiva pronta para ser acionada através de emblemas discursivos reconhecíveis é parte crucial para a inflamação de situações generalizadas de pânico social. Além de ocupar um espaço textual e institucional – já que vários circularam, tramitaram, foram aprovados, revogados etc., eles já marcaram irreversivelmente a discussão, como uma “chaga” discursiva. Ser “contra a linguagem neutra” parece ter se tornado uma etiqueta a mais dentro da pauta de costumes que recruta valores como “proteção à criança”, “em defesa da família”, “a favor da vida” etc.

É notável o interesse eleitoreiro que acompanha a dita pauta de costumes. Em trabalho sobre a relação entre a atuação relacional na Câmara dos Deputados e o andamento das propostas legislativas, Carlos (2022) menciona ser costumeira uma linha de atuação de parlamentares de extrema-direita que se valem da publicização das pautas do Congresso através do debate público – isto é, a produção de textos jornalísticos e de

---

<sup>84</sup> “Atos de fala é um conceito proposto pelo filósofo inglês J.L. Austin para debater a realidade de ação da fala, ou seja, a relação entre o que se diz e o que se faz – ou, mais acuradamente, o fato de que se diz fazendo, ou se faz dizendo.” (PINTO, 2013, p. 50)

postagens em redes sociais – como estímulo para aumento de seus ganhos políticos, como uma instrumentalização na produção de verdades e que se relaciona com o exercício de poder. Isso funciona pois estamos “sujeitos à produção da verdade pelo poder e não podemos exercer poder senão através da produção da verdade. (...) Michel Foucault, “Two Lectures”, p. 93-94” (BROWN, 2019, p. 212)

O **segundo ponto de inflexão/reflexão** que trago desemboca na natureza entextualizável dos textos e em como essa natureza se amplifica de uma maneira nociva no campo cibernético, em que o volume de repetição direcionado é utilizado como parte de um processo de fabricação de “verdades”. A estrutura digital favorece uma polarização política partidária, em que as informações e argumentações ocorrem de maneira tática, organizada, repetitiva, que se afasta da reflexão e se aproxima do combate. Por isso, acredito que este trabalho captura um *modus operandi* que vem ocorrendo nas últimas décadas e que diz respeito tanto a um ressentimento da nova direita<sup>85</sup> – que está constantemente “dançando em volta da fogueira daquilo que se queima” (BROWN, 2019) – criando problemas que não existem para em seguida 121omenta-los, bem como se apropriando de uma plataformização (Cesarino, 2022) da discussão pública como uma estratégia para ganhos políticos.

Para Cesarino (2021), o modo de construção da eficácia de uma hegemonia dentro das mídias digitais responde a uma arquitetura neoliberal, e o papel da digitalização na proliferação global de tendências é central. É como se a infraestrutura técnica digital viesse com uma política embutida, e ela fosse ultraliberal e reacionária. É por isso que Cesarino (2022) afirma que “a atual infraestrutura de mídia introduz um viés técnico favorável ao realce dos extremos”, que transforma estruturalmente a esfera pública, em que a “eficácia” dos enunciados se torna apenas mais uma questão mercadológica, e o investimento se volta para o modelo de realidade mais lucrativo (politicamente, economicamente, simbolicamente). Neste cenário,

o que gera engajamento é a novidade, a autenticidade, o entretenimento e o evento que demanda um posicionamento (HALL; GOLDSTEIN; INGRAM, 2016; CHUN, 2016), a intensificação do ritmo das interações acaba por levar à emergência de discursos que forçam as fronteiras daquilo que é considerado aceitável ou dizível em uma sociedade. (CESARINO, 2021, p. 2021)

---

<sup>85</sup> Sobre o ressentimento da direita em Brown (2019): “tornam-se uma política permanente da vingança, do ataque, àqueles culpados por destronar a masculinidade branca – feministas, multiculturalistas, globalistas, que tanto os destituem quando desdenham deles”

Além disso, Cesarino (2021) também observa o valor da recirculação, algo que acrescenta ao entendimento dos processos de descontextualização, recontextualização e entextualização. Para ela, o arranjo dos textos no ambiente digital “produzem ruído constante e geram valor ao recircular” e se relacionam menos com uma configuração moderna linear e mais com uma “proliferação de mediações algorítmicas (e mercadológicas) de ciclos cibernéticos curtos intensivos e que operam numa espacialidade de rede e temporalidade de crise permanente (CHUN, 2016)” (Cesarino, 2021, p. 79).

Considero, a partir disso, dizer que a recirculação em ambientes digitais também se trata de uma circulação performativa, que acrescenta à teia discursiva um novo texto mesmo quando parece apenas estar “copiando e colando”, e me refiro em alguns momentos às recirculações textuais recorrentes como emblemáticas (SILVERSTEIN; URBAN, 1996), no sentido de serem recontextualizações que “ocupam posições especiais numa cultura e tornam-se foco de múltiplas reexecuções” (SILVERSTEIN; URBAN, 1996, p. 12 *apud* VALLADA, 2021, p. 38). O espaço não é apenas uma arquitetura para o poder, mas a cena da imaginação e dos imaginários políticos (BROWN, 2019, p. 79)

Por fim, a ideia de populismo digital (CESARINO, 2020) também pode funcionar aliada à noção de entextualização que se perseguiu aqui. O populismo digital opera sob os termos aparato-mecanismo-tática, em que o levante de um aparato digital funciona como um mecanismo de mobilização para concretizar uma tática política de construção de uma hegemonia eficaz. Além de responder a uma plataformização da discussão pública, a disputa entre os dois regimes estabelecidos e descritos aqui está erguida sobre uma arquitetura desigual, visto que apenas o regime proibitivo conta com um aparato legal e oficial, e circula dentro de Câmaras e Assembleias legislativas com projeções na mídia tradicional e digital.

Por último, o **terceiro ponto de inflexão/reflexão** se dá no modo como os dois regimes metadiscursivos acessam algumas ideologias linguísticas de maneira a provocar uma contradição de base: em alguns momentos, o regime proibitivo se torna performativo, e o regime afirmativo se torna higienista. Tento explicar agora os motivos que me levaram a essa leitura.

O primeiro motivo é a ideia recorrente dentro do regime proibitivo de que a “linguagem neutra não existe”. Compreendo que esse emblema ocorre no sentido de afirmar que as formas neutras “não existem” porque não são atualmente reconhecidas

oficialmente pelas gramáticas normativas ou dicionários. Aqui, por mais que predomine uma visão de língua estandarizada, que só reconhece como existentes as formas já prescritas e padronizadas, uma contraparte se sobressai: por que empreender tantos esforços legislativos, discursivos e políticos para impedir algo que sequer existe?

Tentar proibir a circulação da “língua neutra” é atestar que ela existe, pois não haveria tentativa de refrear algo que não estivesse circulando, e a articulação em torno disso é ao mesmo tempo um atestado e reconhecimento da sua importância, e é aqui que a empreitada proibitiva se torna radicalmente performativa, pois ela reconhece que a alteração do tecido linguístico imprime algum tipo de mudança social. Ao propor cercá-la, o regime proibitivo reconhece a sua existência e importância, e tenta marcar um território discursivo e simbólico, agindo performativamente através de um aparato legal.

O segundo motivo advém de uma parte da discussão afirmativa que demonstra um ímpeto de gramaticalização em torno da “língua neutra”. Ao promover textos no sentido de arregimentar formas de usar a “língua neutra” com “consistência” e “clareza”, esses agentes também estão realizando práticas higienistas, tentando de alguma forma “melhorar” o uso da “língua neutra”. Alguns desses agentes, inclusive, assumem a oficialização como estratégia política, reconhecendo a dicionarização como a única forma de legitimação de usos que já estão circulando e sendo reconhecidos. Parte do regime afirmativo reforça ideologias da padronização e da normatização quando propõe a institucionalização de uma forma linguística que nasce para ser transgressiva e marginal – no sentido de estar fora da norma – como única alternativa possível para o reconhecimento da forma neutra como parte da língua. É como repetir o mesmo paradigma monolítico, e endossar a ideia de que a língua “só existe” se estiver oficializada e dicionarizada.

O aspecto normativo da discussão afirmativa também se destaca para mim quando a gramatização aparece como uma estratégia (ambivalente) para fazer avançar a agenda transgressiva: é necessário padronizar a “língua neutra” para que ela possa ser “oficializada”, legitimada e ensinada, mas também é necessário padronizá-la da maneira “correta”: e para uma parte da discussão isso não poderá ocorrer através de políticas de cima para baixo (como manuais prontos com sistemas gramaticais para serem reproduzidos) que passam a ser associados a criação de uma “neolíngua”; a maneira “correta” seria através de uma reforma linguística de fato trans-afirmativa e não-binária da língua, de reconhecimento da existência de gêneros dissidentes que passa por desvincular os gêneros binários pré-determinados das formas cotidianas de se fazer

referência a grupos de pessoas. Para isso ocorrer, não seria necessário “criar” uma outra linguagem, mas **trans-formar** o idioma já existente num nível metapragmático e performativo – e isso de fato é o que corresponderia a uma linguagem não-binária e neutra: uma forma de estruturar a língua de maneira a incluir pessoas trans e não-binárias sem a necessidade de fazer “esforço”.

As ideias desenvolvidas por Cameron e Rubin em *Verbal Hygiene* e em *Thinking Sex* foram essenciais para minha interpretação do material empírico em um enquadre como dois regimes metadiscursivos (MAKONI; PENYCOOK, 2007) que se operacionalizam através de políticas linguísticas. Como Rubin (1997) observou há algumas décadas, “as disputas sobre o comportamento sexual muitas vezes tornam-se veículos para deslocar as ansiedades sociais” (pág. 143), e como Cameron (1995) ressalta “o discurso avaliativo é um recurso importante através do qual as pessoas dão sentido aos fenômenos linguísticos”. A combinação desses dois fatores é o que contorna minha interpretação aqui: um desses regimes reverbera, através de um dispositivo de controle (conservadorismo legislativo), uma guerra político-moral que tem como marco zero a “ideologia de gênero” e encontra na ofensiva contra a “linguagem neutra” uma forma a mais de avançar a deslegitimação do outro através da profusão de narrativas ultraconservadoras abastecidas de pânico morais (proteção das crianças nas escolas) e de propostas de “melhorar” a língua, de excluir o que se acredita ser indesejável, de limpá-la do que é ruim, e assim limpando também as formas de existência consideradas indesejáveis, como se a história das políticas colonialistas se repetisse agora não para banir as falas associadas a povos imigrantes e a povos nativos – que não representavam naquele momento um ideal de nação – mas para banir quem não represente os ideais de família, sociedade e sexualidade normativa idealizada, que é aquele ideal que cabe dentro da norma culta padrão e que tem no masculino genérico a metonímia da sociedade.

A discussão proibitiva também é performativa porque há a preocupação de que a linguagem possa desenhar um novo território (BORBA & LOPES, 2018), e a discussão afirmativa também é higienista porque eles advogam a padronização/normatização como um caminho necessário. As práticas higienistas no caso do regime proibitivo funcionam para limpar a língua do “pronomes neutro”. As práticas higienistas no caso do regime afirmativo ocorrem no sentido de limpar a língua do “masculino genérico”.

Enunciados localmente ou historicamente circunscritos voltados para “regras específicas” e para uma espécie de “etiqueta linguística”, ao mesmo tempo em que se referem a uma reflexividade que se volta para a própria língua, recaem efetivamente em

problemáticas “intimamente ligada a questões sociais, morais e políticas” (BORBA & LOPES 2018, p. 254) que ao forjar determinados regimes de verdade sobre como a língua é também funcionam como projeções sobre “como deve funcionar e qual a sua relação com a realidade”. (Idem)

Isso ocorre nos dois regimes metadiscursivos, assim como alguns deslizamentos relacionados ao uso/não uso da “linguagem neutra”. Para o enquadre proibitivo, proibir a “linguagem neutra” é necessário pois o uso recorrente acarretará: a “supressão das diferenças entre homens e mulheres”, a “dissolução dos gêneros e da família”, e “prejuízos ao desenvolvimento social e educacional da população brasileira via a “corrupção das regras gramaticais”. No enquadre afirmativo, os deslizamentos ocorrem em torno do que a ausência da “linguagem neutra”, que acarreta práticas transfóbicas e invisibilidade das pessoas não-binárias.

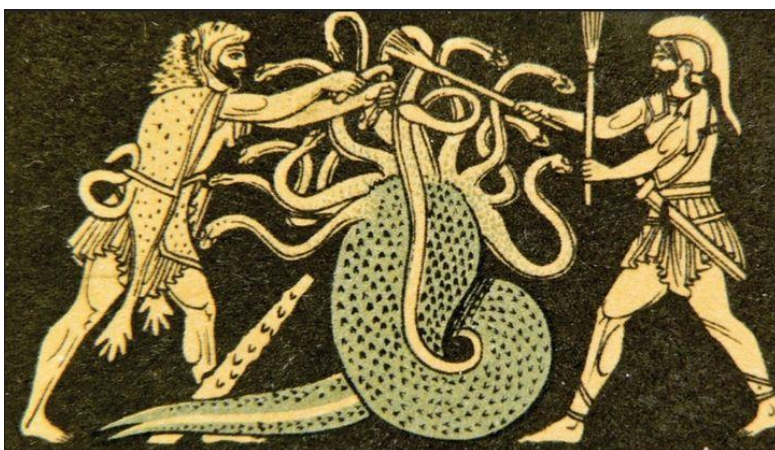
Ao apontar essas contradições, não tenho intuito de relativizar ou igualar os efeitos discursivos que os dois grupos provocam, pois há uma diferença fundamental entre eles: o regime proibitivo parte do pressuposto de eliminação de identidades que estão fora do espectro cis-heteronormativo, e o regime afirmativo parte do pressuposto de inclusão de grupos sociais dissidentes.

Tentar desdobrar essas inflexões foi o que me levou a uma última conclusão que desemboca no fechamento esta tese: o volume insano de entextualizações que orbitam em volta da “linguagem neutra” cria quase que um cenário “monstruoso”, e isso pode ser justamente o que me encaminha para o fechamento destes três pontos abertos.

Existem alguns trabalhos em linguística aplicada (BUNCE, PHILLIPSON, 2016; JORDÃO, 2016) que comparam o espalhamento da língua inglesa pelo mundo com o monstro Hidra de Lerna, para fazer alusão a um processo violento associado ao capitalismo, colonialismo e suas hierarquias raciais, epistêmicas e culturais, focando sobretudo nos impactos negativos da distribuição do inglês pelo mundo. A memória desses textos, principalmente o texto escrito por Clarissa Jordão, em que ela se refere a um "peso insuportável da Hidra" fazendo alusão a práticas de aquisição/aprendizagem de línguas excessivamente monolíngues e estanques, sempre em busca de um falante idealizado, e onde ela sugere "confrontar a Hidra" propondo um modelo menos focado em perspectivas estruturalistas e em direção a repertórios linguísticos hibridizados - me veio à tona quando eu estava fazendo o resgate dos meus resultados para a redação de uma possível conclusão, a qual passo agora.

## CONCLUSÃO: A HIDRA DE LERNA, O MONSTRO DA REGENERAÇÃO E A “LINGUAGEM NEUTRA”, O MONSTRO DA ENTEXTUALIZAÇÃO

“Segundo a lenda, as cabeças da Hidra podiam se regenerar; algumas versões dizem que, **quando se cortava uma cabeça, cresciam duas em seu lugar. A Hidra era tão venenosa que matava os homens apenas com o seu hálito e os comia**; se alguém chegasse perto dela enquanto ela estava dormindo, apenas de cheirar o seu rastro a pessoa já morria em terrível tormento.”<sup>86</sup>



“a linguagem neutra (que não é linguagem) **está destruindo os materiais linguísticos necessários para a manutenção e difusão da cultura (...)** é **um crime cultural de primeira grandeza (...)** o uso de signos ininteligíveis, cujo objeto é mera bandeira ideológica, impede a fruição da cultura e seus produtos, pois **interrompe o processo de comunicação da língua (...)** não se pode dizer que isso seja 'forma de expressão de um povo', pois não é expressão popular, nem dialeto, nem linguagem culturalmente hereditária, mas sim objeto artificial, sem significado real (...) ela não surgiu no cotidiano de um povo, mas sim **criada e integrada de forma alienígena**" (André Porciúncula, Portaria 604/2021)

“**Fora do mundo mitológico a Hidra é um animal bem menos pretensioso.** Não visa aterrorizar Lerna (...) e come coisas menos assustadoras que crânios: pequenos crustáceos, larvas e zooplâncton no geral. Elas são organismo-modelo da Biologia do Desenvolvimento, pois são alvo de pesquisas sobre regeneração de tecidos, células-tronco e tudo mais. As hidras conservam populações de células-tronco de alta potência durante toda sua vida, que podem ser utilizadas quando elas necessitarem. **Possuem, portanto, a capacidade de regenerar partes inteiras do corpo perdidas por ferimentos ou amputações.**”<sup>87</sup>

“A linguagem inclusiva de gênero, ou neolinguagem, **procura trazer à língua formas que se adequem melhor a comunidades de falantes que não se identificam com o uso das formas feminina e masculina correntes**, hoje, na língua portuguesa. Essas formas [...] têm transitado entre -x, -@, e -e. (Jana Viscardi, 2021)



<sup>86</sup> <https://www.spartacusbrasil.com/l/hidra-de-lerna/>

<sup>87</sup> <https://www.biologiaempauta.com/post/o-animal-imortal-a-hidra-e-imortalidade-biol%C3%B3gica>

Em algumas lendas gregas, a Hidra é uma espécie de monstro que “teria sete cabeças que se regeneravam em dobro quando cortadas.” Outros textos afirmam que se tratam na verdade de “1, 6, 7, 9, 12, 50 ou mesmo em 100 cabeças”. Alguns afirmam que essas cabeças tinham a forma de um rosto humano e outros, que tinham a forma de uma cobra. Já para a Biologia, a Hidra é simplesmente um organismo com grande capacidade de regeneração, usado em estudos que focam na possibilidade de imortalidade das células. Assim como a “Hidra”, ora descrita como um monstro mitológico grego, e ora descrita como um modelo para estudos de tecidos com alta capacidade de regeneração, a “linguagem neutra” também aparece aqui enquadrada ora como um “perigo linguístico mortal”, e ora apenas como uma “alternativa linguística” a mais.

Em todas as versões do mito sobre a Hidra, a única constante é a de se trata de um monstro que tem uma alta capacidade de regeneração. Se uma cabeça é cortada, uma nova nasce em seu lugar. A partir dessa metáfora ou alegoria é que abro essa conclusão para dizer que a “linguagem neutra” é um tópico que suscita contradições e uma inflamação textual *monstruosa* e constituída por contradições: ao mesmo tempo em que representa a “destruição sistemática da nossa cultura em todos os níveis” (PL 2013/20) também “não é linguagem” (Portaria 604/21); ao mesmo tempo em que é um símbolo na luta pela “visibilidade de pessoas trans e não binárias”, também é “uma fase de experimentação que já passou” (Elumesme, 2024). Ao mesmo tempo que não existe, deve ser proibida. Ao mesmo tempo que não precisa de regras, precisa ser dicionarizada. Ao mesmo tempo em que a manualização aparece como uma estratégia a ser considerada, ela é desconsiderada da forma como está sendo proposta – através de uma política de “dissolução” dos gêneros. Entre as cabeças dessa Hidra que foram se regenerando ao longo desta investigação, estão: as políticas linguísticas proibitivas – que o STF brasileiro já cortou, mas elas insistem em renascer; e algumas políticas não oficiais, mas que tentam uma padronização para o uso – guias e manuais que falam em sistemas pronominais com regras gramaticais a serem respeitadas que também e que também se multiplicam rapidamente. Zelar da língua passa a ser uma medida protetiva, que antecipa um risco para que seja acionado um dispositivo de segurança - que se espalha seus tentáculos para todos os lados.

O nível de circulação textual em torno da “linguagem neutra” – em que atravessam deslizamentos para pânicos sociais, higienismos, transfobias, ideologias linguísticas da padronização, normatização, etc. tudo de forma imbricada – a transforma numa espécie de Hidra de Lerna, um monstro construído aqui não a partir não de cabeças, mas de

entextualizações quase intermináveis. Na tentativa de acompanhamento desse “monstro”, minhas perguntas também se desdobraram. Meus objetivos se expandiram, meus procedimentos metodológicos se tornaram difusos, multiplicados e multidirecionais. Meus resultados, primeiro vieram na forma de grafos com inúmeras relações, depois se tornaram uma busca por entender analiticamente a formação não mais de um, mas de dois regimes metadiscursivos, que nomeei “proibitivo” e “afirmativo”.

As entextualizações sobre os vários significados para a “linguagem neutra” se multiplicam como cabeças que, quando são cortadas, voltam a nascer. Foi assim que o material empírico que tentei descrever passou a ser composto não somente pelos Projetos de Lei mas também por notícias, reportagens, palestras, aulas, podcasts, postagens em redes sociais, entrevistas, estudos teóricos, manuais de uso linguístico, livros etc. que circularam em revistas comerciais, jornais institucionais e comerciais, canais de TV, plataformas digitais de áudio e vídeo, blogues de grupos militantes etc. que ocupam um espaço de multiplicação textual que constitui de um regime metadiscursivo em curso no Brasil.

As noções teóricas de entextualização, descontextualização e recontextualização (BAUMAN & BRIGGS, 1990; SILVERSTEIN & URBAN, 1996), regimes metadiscursivos e metapragmáticas da língua (MAKONI & PENNYCOOK, 2007; POVINELLI, 2016)) foram decisivas para sustentar epistemologicamente o processo de registro e sistematização do material empírico deste estudo.

Em 2021, eu me perguntava: **Qual é o lugar do monolinguismo nos regimes metadiscursivos em torno de debates públicos sobre a “linguagem neutra”?** Hoje, em 2024, eu diria que o monolinguismo aparece como um pano de fundo, como parte integrante de um rol em que na superfície estão os processos de normatização, padronização, higienismo, pânico e performatividade.

**De que forma as ideologias monolíngues atravessam os discursos que circulam em debates públicos contra o uso da “linguagem neutra”?** Atravessam na forma de um deslizamento/deslocamento da correspondência entre "língua ideal" e "ideal de nação" para a correspondência entre "língua ideal" e "ideal de gênero". Como se a história das políticas colonialistas se repetisse agora não para banir as falas associadas a povos imigrantes e a povos nativos – que não representavam naquele momento um ideal de nação – mas para banir quem não represente os ideais de família, sociedade e sexualidade normativa idealizada (aquele que cabe dentro da norma culta padrão e que tem no masculino genérico a metonímia da sociedade).

**Como a tentativa de implementação de políticas linguísticas contrárias ao uso da “linguagem neutra” e o debate público se articulam textualmente?** Se articulam deliberadamente através de uma rede textual articulada, se articulam imprimindo uma mancha residual de pânico moral, e insistindo em políticas higienistas de cerceamento; e também de maneira orgânica, através de grupos que mesmo desarticulados representam uma resistência à esfera proibitiva. Um pânico social aparece como uma manobra e políticas linguísticas oficiais e articulação política organizada são utilizadas como instrumentos. Do outro “lado”, também estão ocorrendo práticas de higiene verbal, visto que os agentes do regime afirmativo também estão tentando “melhorar a língua”, seja tentando manter a ideia de norma culta, seja tentando acrescentar uma alternativa de neutralização pronominal a mais. Uma característica da disputa é que o local em que ela ocorre – o ambiente digital – favorece uma polarização política partidária, em que as informações e argumentações ocorrem de maneira tática, organizada, repetitiva, que se afasta da reflexão e se aproxima do combate. O desenho final desta tese conta como a “linguagem neutra” tem sido inventada por um fio de entextualizações que vai ocupando vários domínios textuais através de uma disputa desigual, em que um regime dotado de poder institucional se apropria dela para ganhos políticos. Portanto, não falo aqui sobre o que de fato a “linguagem neutra” seja, mas sobre quais ideologias linguísticas a atravessam e sobre como um aparato político higienista e performativo vem se apropriando dela como um alvo, um objeto, e como um pretexto para fazer avançar agendas sustentadas em pânicos morais, e sobre como nesse processo regimes metadiscursivos passam a reclamá-la, atacá-la, e defendê-la, fazendo, na verdade “suposições sobre o caráter de falantes ou comunidades específicas [que] sustentam avaliações de formas linguísticas específicas” (WOOLARD, 1998, p. 3).

No fim da história da Hidra de Lerna, Hércules e Lolau conseguem matar o monstro da regeneração após cortarem todas as suas cabeças ao mesmo tempo em que cauterizaram os pescoços. No caso da “linguagem neutra”, não há possibilidade de cauterização, pois não há monstro a ser derrotado, o que há são efeitos discursivos que se regeneram a cada vez que são entextualizados; nada pode proibi-la e nada pode implementá-la, ela existe nas práticas e não existe nas normas. Esforços normativos não conterão a entropia das práticas performativas. E esforços performativos talvez não anulem a força das normas estabelecidas. Em questões de língua, a cada vez que se tenta cortar uma cabeça higienista, uma cabeça performativa nasce, e vice-versa, pois esses processos estão pervasivamente imbricados. Se Deborah Cameron tem razão ao afirmar

que, em questões de língua, “não há como escapar da normatividade” (1995), o que essa pesquisa mostra é que talvez também não haja escapatória da performatividade.

## REFERÊNCIAS

ABDALLA, Sharon. Professor deve ensinar as principais teorias de um assunto, sem tomar partido. *Gazeta do Povo*, 2016. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/professor-deve-ensinar-as-principais-teorias-de-um-assunto-sem-tomar-partido-10ath9zlc1kwi1mj0s47rsk60/>>

ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Política lingüística, mitos e concepções lingüísticas em áreas bilíngües de imigrantes (alemães) no Sul do Brasil. *Revista internacional de lingüística iberoamericana*, v. 2, n. 1 (3, p. 83-93, 2004.

ANZALDUA, Gloria. Como domar uma língua selvagem. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, no 39, p. 297-309, 2009.

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles L. Poetics and performances as critical perspectives on language and social life. *Annual review of Anthropology*, v. 19, n. 1, p. 59-88, 1990.

BONACINA-PUGH, Florence. Researching ‘practiced language policies’: Insights from conversation analysis. *Language policy*, v. 11, p. 213-234, 2012.

BLOMMAERT, Jan. Contexto é/como crítica. In: SIGNORINI, I. (org.) *Situar a língua[gem]*. São Paulo: Parábola, 2008.

BLOMMAERT, Jan. *Key topics in sociolinguistics*. Reino Unido: Cambridge, 2005.

BLOMMAERT, Jan; JIE, Dong. *Ethnographic fieldwork: A beginner's guide*. Multilingual Matters, 2020.

BODINE, Ann. Androcentrism in prescriptive grammar: singular ‘they’, sex-indefinite ‘he’, and ‘he or she’1. *Language in society*, v. 4, n. 2, p. 129-146, 1975.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. *Dados*, v. 66, 2022.

BORBA, Rodrigo. *Gendered politics of enmity: language ideologies and social polarisation in Brazil*, 2019.

BORBA, Rodrigo; LOPES, Adriana Carvalho. Escrituras de gênero e políticas de diferença: imundície verbal e letramentos de intervenção no cotidiano escolar. *Revista Linguagem & Ensino*, v. 21, p. 241-285, 2018.

BRIGGS, Charles L. Communicability, racial discourse, and disease. *Annu. Rev. Anthropol.*, v. 34, p. 269-291, 2005.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente; tradução Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUNCE, Pauline et al. (Ed.). Why English?: confronting the hydra. Multilingual Matters, 2016.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter*. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

BUTTURI JUNIOR, Atilio; MÜLLER CAMOZATTO, Nathalia; DA SILVA, Bianca Franchini. Uma monstruosidade linguístico-moral: os discursos sobre a linguagem neutra nos projetos de lei do Brasil. *Calidoscópico*, v. 20, n. 1, 2022.

CALVET, Louis-Jean *As Políticas Linguísticas*. Florianópolis e São Paulo: Ipol. 2007.

CAMERON, Deborah. *Performing gender identity*. *Language and gender: a reader*, 1998.

CAMERON, Deborah. *Verbal hygiene: the politics of language*. New York: Routledge, 1995.

CAMERON, Deborah. *The myth of Mars and Venus*. Oxford University Press, USA, 2007.

CARBONI, Florence et al. O plurilinguismo na história do Brasil: considerações exploratórias. *Organon*. Porto Alegre, RS. Vol. 32, n. 62 (2017), [17 p.], 2017.

CARLOS, Luana Marques. Rede de Relações na Prática Política: Um Estudo de Caso sobre a Atuação Relacional na Câmara dos Deputados em Torno da PEC da Redução da Maioridade Penal. *MEDIAÇÕES*, Londrina, v. 27, n. 2, p. 1-20, mai.-ago. 2022

CESARINO, Leticia. Como as mídias sociais proporcionam uma política populista: observações sobre liminaridade com base no caso brasileiro. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, p. 404-427, 2020.

CESARINO, Leticia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. *Ilha Revista de Antropologia*, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021.

CESARINO, Leticia. *O mundo do avesso: Verdade e política na era digital*. Ubu Editora, 2022.

CIBORGA, Coletiva. *Etnografia digital: um guia para iniciantes nos estudos da linguagem em ambientes digitais*. 2022.

CORREA, Djane Antonucci (Org.) *Política Linguística e ensino de línguas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

CORREA, Djane Antonucci. Reflexões sobre política linguística e ensino de línguas: configurações de língua (gem) que orientam a formação inicial de professores. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), v. 46, n. 2, p. 561-576, 2017.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. cadernos pagu, 2018.

DIETZE, Gabriele; ROTH, Julia (Ed.). Right-wing populism and gender: European perspectives and beyond. transcript Verlag, 2020.

GAL, Susan. Gender and the discursive authority of far right politics. Gender and Language, v. 15, n. 1, p. 96–103-96–103, 2021.

GAL, Susan; IRVINE, Judith T. Signs of difference: Language and ideology in social life. Cambridge University Press, 2019.

GARCIA, Ofelia. Foreword: Intervening Discourses, Representations and Conceptualizations of Language. In: MAKONI, Sinfree; PENNYCOOK, Alastair. Disinventing and Reconstituting Languages. Clevedon: Multilingual Matters, 2007. P. xi-xv.

GONZALEZ, Clarissa. Brasil e o fetiche monolíngue: narcisismo e apagamentos. 2020 Disponível em: <<http://contxt.letras.ufrj.br/item/65-brasil-e-o-fetiche-monolingue.html>>

GOROVITZ, Sabine. Direitos Linguísticos e Direitos Humanos - Políticas Linguísticas e Cidadania. Escola Nacional da DPU. 2021. disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=NkI87bsYViQ&t=1176s&ab\\_channel=EscolaNacionaldaDPU](https://www.youtube.com/watch?v=NkI87bsYViQ&t=1176s&ab_channel=EscolaNacionaldaDPU)>

GRAFF, Agnieszka; KOROLCZUK, Elżbieta. Anti-gender politics in the populist moment. Taylor & Francis, 2022.

GRAMLING, David. The invention of monolingualism. Bloomsbury Publishing USA, 2016.

HALL, Kira; LEVON, Erez; MILANI, Tommaso M. Navigating normativities: Gender and sexuality in text and talk. Language in Society, v. 48, n. 4, p. 481-489, 2019.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton de Souza. Quando fundamentalismo religioso e mercado se encontram: as bases históricas, econômicas e políticas da escola sem partido. Roteiro, v. 45, 2020.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo, 2013.

HYMES, Dell. Ethnography, linguistics, narrative inequality. Toward an understanding of voice. New York: Taylor & Francis, 1996.

IPOL. Lista de línguas cooficiais em municípios brasileiros. 2022. Disponível: <<http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/>>

IRVINE, Judith T. 1989. “When Talk Isn’t Cheap: Language and Political Economy.” *American Ethnologist*. 16 (2): 248–267.

IRVINE, Judith.; GAL, Susan. Language ideology and linguistic differentiation. In:

KROSKRITY, Paul V. (Ed.). *Regimes of language: Ideologies, politics, and identities*. James Currey Publishers, 2000.

JOHNSON & RICENTO. *Conceptual and theoretical perspectives in language planning and policy: situating the ethnography of language policy*. 2013

JORDÃO, Clarissa Menezes. TEFL as Hydra: rescuing Brazilian teacher educators from “privilege” In: *WHY ENGLISH? Confronting the Hydra*. Pauline Bunce, Robert Phillipson, Vaughan Rapatahana and Ruanni Tupas (eds.), Bristol: Multilingual Matters, 2016.

KERCHE, Francisco Weichsler; MENDES, Miguel Borges. Caminhos cruzados: uma possível radicalização do YouTube Gamer. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, v. 8, n. 4, p. 128-152, 2021.

KIM ABE, Stephanie. Quase 60 projetos de lei relacionados ao escola sem partido tramitam em todo o país. 2017 Disponível em: < <https://deolhonosplanos.org.br/projetos-lei-escola-sem-partido/>>

KROSKRITY, Paul V. Regimenting language: language ideological perspectives. In: KROSKRITY, Paul V. (Ed.). *Regimes of language: Ideologies, politics, and identities*. James Currey Publishers, 2000.

LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2018.

LAKOFF, Robin. 1979. Stylistic strategies within a grammar of style. In: Orasanu, J.; Slater, M.; Adler, L. (eds.). *Language, sex and gender* *Annals of the New York Academy of Science*. v. 327, p.53-78.

LAKOFF, Robin. *Language and Women's Place*. New York: Harper and Row, 1975.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. Escola sem Partido: análise de uma rede conservadora na educação. *Praxis Educativa*: 1–17, 2020.

MAAS, Martha Regina; PEREIRA FRITZEN, Maristela. " A GENTE FALA MUITO ERRADO O PORTUGUÊS": REPRESENTAÇÕES SOBRE LÍNGUAS EM UM CONTEXTO PLURILÍNGUE. *Organon* (01026267), v. 32, n. 62, 2017.

MÄDER, Guilherme Ribeiro Colaço et al. *Masculino genérico e sexismo gramatical*. 2015.

MAKONI, Sinfre et al. *Disinventing and reconstituting languages*. *Bilingual education and bilingualism*, v. 62, p. 1, 2007.

MAKONI, Sinfre. *Southern Multilingualisms*. Georgetown University Round Table. 2019. Disponível em: <<https://gurt.georgetown.edu/sinfre-makoni/>>

MALY, Ico. *Ideology and algorithms. Ideology, theory and practice*, 2021.

- MARIANI, Bethania. Políticas de colonização lingüística. *Letras*, n. 27, p. 73-82, 2003.
- MARINHO, Enilda Valéria Gomes. Quem tem medo da linguagem não-binária?. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasil.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*. (Trad.: Solange Ribeiro de Oliveira). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- MILROY, James. Language ideologies and the consequences of standardization. *Journal of sociolinguistics*, v. 5, n. 4, p. 530-555, 2001.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, p. 725-748, 2017.
- MONTEAGUDO, Henrique. A invenção do monolinguismo e da língua nacional. *Gragoatá*, v. 17, n. 32, 2012.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE*, v. 25, n. 2, 2009.
- OSTERMANN, Ana Cristina & FONTANA, Beatriz. (Orgs.) *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- PENELOPE, Julie. *Prescribed Passivity: The Language of Sexism*, 1988.
- PENNYCOOK, Alastair. The myth of English as an international language. *Disinventing and reconstituting languages*, v. 62, p. 90-115, 2007.
- PINTO, Joana Plaza. Da língua-objeto à práxis linguística: desarticulações e rearticulações contra hegemônicas. 2010. *Linguagem em Foco*, v. 2, p. 69-83, 2011.
- PINTO, Joana Plaza. Ideologias linguísticas e a instituição de hierarquias raciais. 2018.
- PINTO, Joana Plaza. Modernidade e diferença colonial nos discursos hegemônicos sobre língua no Brasil. *Muitas vozes*, v. 1, n. 2, p. 171-180, 2012.
- PINTO, Joana Plaza. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo. *Revista Gênero*, v. 3, n. 1, 2002.
- PINTO, Joana Plaza. Prefigurações identitárias e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org). *Português no século XXI: Cenário Geopolítico e sociolinguístico*. Parábola, 2013.
- POVINELLI, Elizabeth et al. Intimate Pragmatics Language: Subjectivity and Gender. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 1, p. 205-237, 2016.
- PRATT, Mary Louise; NASCIMENTO, André M. do; PINTO, Joana Plaza. Utopias linguísticas. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 52, p. 437-459, 2013.

RAJAGOPALAN, K. O discurso científico, seus desdobramentos e seus embustes. *Ciências da linguagem: o fazer científico*. Campinas: Mercado de Letras, v. 2, p. 7-23, 2004.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A ideologia do suprimido: ou, como não teorizar a respeito da ideologia. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 14, p. 121-139, 1998.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Política linguística e a política da linguística. In: SIMÕES, D.; HENRIQUES, C. C. (orgs). *Língua Portuguesa, Educação & Mudança*. Rio de Janeiro, Ed. Europa, 2008. p. 11-22.

RUBIN, Gayle S. "Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality." *Culture, Society and sexuality*. Routledge, 2002.

SEGATO, R. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela [Itineraries of gender in anthropology and beyond]. *Revista Série Antropologia*, v. 236, p. 1-22, 1998.

SEVERO, Cristine Gorski. A invenção colonial das línguas da América. *Alfa*, São Paulo, 60 (1): 11-28, 2016.

SEVERO, Cristine Gorski. Política (s) linguística (s) e questões de poder. *Alfa: Revista de Linguística (São José do Rio Preto)*, v. 57, n. 2, p. 451-473, 2013.

SHOHAMY, Elana. *Language policy: Hidden agendas and new approaches*. Routledge, 2006.

SIGNORINI, Inês; LUCENA, Maria Inês. Linguagem e economia política em ativismos no twitter sobre o uso de 'linguagem neutra'. *Revista da ABRALIN*, 2023.

SILVERSTEIN, Michael; URBAN, Greg. The natural history of discourse. *Natural histories of discourse*, p. 1-17, 1996.

SCHIFFMAN, Harold; RICENTO, Thomas. Language policy and linguistic culture. An introduction to language policy: Theory and method, v. 111, p. 125, 2006.

SOUSA, Socorro Claudia Tavares; DIONÍSIO, Cynthia Israelly Barbalho. Language policy and planning: An analysis of the themes present in research in Brazil. *Rev. Bras. Linguíst. Apl.*, v. 19, n. 2, p. 265-293, 2019

SPENDER, Dale. *Man made language*. London: Routledge & Kegan Paul, 1980.

SPOLSKY, Bernard. *Language policy*. Cambridge university press, 2004.

VALLADA, Amanda Diniz et al. Inventando a diferença: ideologias linguísticas e história natural dos discursos do novo biologismo. 2021.

VALLADA, Amanda Diniz; PINTO, Joana Plaza. Cinco décadas de linguística feminista: índices de consolidação do campo. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, p. e64988, 2021.  
VERGEIRO, Viviane S. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016.

VISCARDI, Jana. A palavra “mulher”. 2021. Disponível em: <<https://janaviscardi.com.br/apalavramulher/>>

WARREN, Virginia L., Guidelines for Non-Sexist Use of Language. 1994. Chapman College. APA Committee on the Status of Women in the Profession. Disponível em: <<https://www.apaonline.org/page/nonsexist>>

WOOLARD, Kathryn A. Introduction: Language ideology as a field of inquiry. Language ideologies: Practice and theory, v. 3, n. 11, p. 1-50, 1998.

ZIMMAN, Lal. Beyond the cis gays' cis gaze: the need for a trans linguistics. Gender & Language, v. 15, n. 3, 2021.

ZIMMAN, Lal. Trans Pronoun FAQ, Part 1. 2016. Disponível em: <https://medium.com/@lalzimman/trans-pronoun-faq-part-1-e96b5d10d425#.9wddo01d9>

ZIMMAN, Lal. Transgender language reform: Some challenges and strategies for promoting trans-affirming, gender-inclusive language. Journal of Language and Discrimination, v. 1, n. 1, p. 84-105, 2017.